

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

AIRTON FERNANDES ARAÚJO

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O PODER DOS NEGROS NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação do professor doutor André Marengo.

Porto Alegre, dezembro de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores, elaborada por Airton Fernandes Araújo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política.

Comissão Examinadora:

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS.....	8
AGRADECIMENTOS	10
DEDICATÓRIA.....	11
EPÍGRAFE.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
1 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DAS ELITES PARTIDÁRIAS E OS NEGROS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES	21
1.1 Teoria das elites e seu impacto no Partido dos Trabalhadores	21
1.2 Michels, os negros e a lei de ferro no Partido dos Trabalhadores	22
1.3 EM RESUMO.....	35
CAPÍTULO 2	
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROTESTO NEGRO	36
2.1 MOVIMENTO PELA NEGRITUDE NA EUROPA.....	39
2.2 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E O PROTESTO NEGRO BRASILEIRO	41
2.2.1 A Revolta Popular.....	41
2.2.2 Frente Negra Brasileira	42
2.2.3 Cultura como Movimento	44
2.2.4 Movimento Negro Unificado.....	45
2.3 MOVIMENTO DE PROTESTO NEGRO EM PORTO ALEGRE	48
2.3.1 Grupos Palmares	48
2.3.2 Maria Mulher – Organização de mulheres negras	49
2.4 EM RESUMO.....	52
CAPÍTULO 3	
3 OS NEGROS NOS PARTIDOS E O COMPORTAMENTO POLÍTICO.....	54

	4
3.1 GRUPOS ORGANIZADOS NOS PARTIDOS POLITICOS.....	57
3.2 OS NEGROS E O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	59
3.2.1 Comissão do Negro.....	61
3.2.2 O Núcleo de Negras e Negros do PT.....	63
3.3 COMPORTAMENTO POLITICO E AS CANDIDATURAS NEGRAS PETISTAS	65
3.3.1 Desempenho Eleitoral dos Candidatos Negros do Partido dos Trabalhadores no Município de Porto Alegre.....	68
3.4 EM RESUMO.....	72
CAPÍTULO 4	
4 DEMOCRACIA OU OLIGARQUIZAÇÃO? AS DESIGUALDADES DOS NEGROS NO PT.....	73
4.1 IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DO GOVERNO DIRETO DAS MASSAS	74
4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NOS DIRETÓRIOS.....	75
4.2.1 Os Negros e as Secretarias de Governo	79
4.3 A BASE CONSERVADORA PETISTA.....	82
4.3.1 CRESCIMENTO ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO SUL E EM PORTO ALEGRE.....	86
4.4 ESTABILIDADE DOS CHEFES.....	90
4.5 EM RESUMO.....	93
CAPÍTULO 5	
5 PERFIL DOS SERVIDORES DE CARGOS DE CONFIANÇA DO GOVERNO PETISTA	95
5.1 ETNIA	96
5.2 OUTRAS ETNIAS	97
5.3 FAIXA ETÁRIA E GÊNERO	99
5.4 GRAU DE INSTRUÇÃO.....	99
5.5 FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	100
5.6 FAIXA SALARIAL	101
5.7 FILIAÇÃO AO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	102
5.8 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO PARTIDO DOS TRABALHADORES .	102
5.9 FILIAÇÃO A OUTRO PARTIDO POLITICO ANTERIOR AO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	103
5.10 CATEGORIA DO CARGO.....	104
5.11 ANO DE ADMISSÃO NO CARGO ATUAL	105

5.12 SALÁRIO GANHO ANTERIORMENTE AO CARGO OCUPADO.....	106
5.13 CARGOS REMUNERADOS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	108
5.14 OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO EM OUTROS GOVERNOS QUE NÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	109
5.15 TENDÊNCIAS POLÍTICAS INTERNAS.....	109
5.16 FORMAS DE INDICAÇÕES PARA OS CARGOS.....	110
5.17 QUANTIDADES DE CARGOS OCUPADOS ANTERIORMENTE.....	111
5.18 EM RESUMO.....	112
CAPÍTULO 6	
6 ANÁLISE COMPARATIVA DOS NEGROS DA REGIÃO METROPOLITANA COM OS NEGROS SERVIDORES DE CARGOS DE COMISSÃO DO GOVERNO PETISTA.....	114
6.1 MULHERES NEGRAS E CARGOS DE CHEFIA.....	117
6.2 QUANTO AO CRESCIMENTO PROFISSIONAL E À PRESENÇA FEMININA.....	119
6.3 QUANTO À ESCOLARIDADE.....	121
6.4 QUANTO AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL.....	124
6.5 EM RESUMO.....	126
CAPÍTULO 7	
7 A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NUM GOVERNO PETISTA.....	128
7.1 EM RESUMO.....	138
CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	152
ANEXOS.....	161
ANEXO I - Composições das Comissões Provisórias e dos Diretórios Municipal do PT em Porto Alegre.....	162
ANEXO II - Frequência relativa e absoluta da amostragem oficial.....	176
ANEXO III - Cruzamentos com significância das variáveis sexo, etnia e salário.....	168

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo, suscitar o debate acadêmico acerca do binômio raça e poder. Nesse aspecto, é pretendido no decorrer desse trabalho, analisar a participação dos negros no Partido dos Trabalhadores, no que se refere às formas democráticas de acesso ao poder disponibilizado pelo partido em toda sua estrutura. É importante observar que, os negros no Brasil, assim como no sistema social e econômico, no âmbito político, também sofreu pela discriminação racial.

Todavia, a partir do surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1979, no cenário político brasileiro, a expectativa de obtenção de poder político por este segmento historicamente discriminado tomou proporção. Vale acrescentar que esse partido tornou-se uma novidade no sistema partidário brasileiro por que rompeu com os padrões do modelo político até então vigentes, quais sejam, clientelismo, conservadorismo e elitismo. Além disso, trata-se de um partido socialista formado pelas bases sociais completamente externo aos compêndios do Estado, cujo programa partidário, tem o compromisso com o combate a discriminação e o aperfeiçoamento da democracia. Assim, o movimento negro organizado brasileiro vislumbra a partir dessa agremiação, a chance real de conquista de poder, visto que, os negros, formam uma parcela consistente da base social brasileira que corroborou para a formação inicial do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, esta análise da participação política e de poder dos negros no Partido dos Trabalhadores é realizada à luz de quatro mandatos consecutivos desse partido no governo do município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, destacada pela democracia participativa e, como referência do socialismo para o mundo. Para isso, esse estudo realizou uma pesquisa de campo, com os servidores que ocupam cargos de confiança na administração municipal, no sentido de verificar a participação dos negros e a qualidade dos cargos exercidos por eles num governo administrado por um partido de origem socialista. É importante observar, também, que esse estudo ancorou-se nos pressupostos teóricos sobre elites partidárias dos autores Robert Michels e Ângelo Panebianco. Assim, o objetivo principal desse estudo, é averiguar até que ponto o discurso de um partido socialista originário das bases sociais, é realizado na prática quando o tema é a democratização de poder com os negros.

ABSTRACT

This master thesis has the goal of raising academic debate over the race/power binomial. In this sense, it is intended, during the course of the present work, to analyze the role of black people in the *Partido dos Trabalhadores* (Brazil's workers party) concerning the democratic forms of access to power made available by the party in its whole structure. It is important to note that black people in Brazil have suffered racial prejudice in the political sphere as much as in the social and economical ones.

However, since the foundation of the Workers Party in the Brazilian political scene in 1979, the expectation for political power acquisition by this historically prejudiced group has reached large proportions. It is worth noting that this party has become a novelty in the Brazilian party system for breaking up with the patterns of the political model in activity so far – namely clientelism, conservatism and elitism. Furthermore, it is a socialist party formed by society, completely outside of the State's influence. Its program is committed to fighting prejudice and perfecting democracy. Thus, from this political gathering, the organized Brazilian black movement glances at a real chance of amassing power, once black people form a sizeable part of the Brazilian social base which contributed to the formation of the Workers Party.

Therefore, this analysis of black people's power and political role within the Workers Party is conducted after this party's four consecutive administrations in the city of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul – a city known for its participative democracy and as a socialist reference to the world. Likewise, this study has conducted interviews with the public workers occupying strategic positions in the city's administration in order to check black people's role and the quality of their positions in a government administered by a party of socialist origins. It is also important to bear in mind that this study is based on authors Robert Michel's and Ângelo Panebianco's theories on party elites. Thus, this study's main goal is to find out to what extent the rhetoric of a people-made socialist party are applied to reality when it comes to power democratization with black people.

QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS.

Capítulo 3

Quadro 1 Votações obtidas pelos candidatos negros do Partido dos Trabalhadores em eleições no município de Porto Alegre	69
--	----

Capítulo 4

Quadro 2 Participação dos negros nos Diretórios Municipal	76
Quadro 3 Os secretariados e a participação dos negros	80/81
Quadro 4 Crescimento do PT em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul	86

Capítulo 5

Tabela 1 Sexo	95
Tabela 1A Sexo	96
Tabela 2 Etnia	97
Tabela 3 Outras etnias	98
Tabela 4 Faixa salarial e gênero	99
Tabela 5 Grau de instrução	100
Tabela 6 Formação acadêmica	101
Tabela 7 Faixa salarial	101
Tabela 8 Filiação ao Partido dos Trabalhadores	102
Tabela 9 Filiação anterior ao Partido dos Trabalhadores	103
Tabela 10 Filiação partidária anterior ao Partido dos Trabalhadores	104
Tabela 11 Categoria do cargo	105

Tabela 12	Ano de admissão ao cargo atual	106
Tabela 13	Comparação do salário atual ao recebido anteriormente	107
Tabela 14	Cargos remunerados no Partido dos Trabalhadores	108
Tabela 15	Ocupação de cargos em outros governos	109
Tabela 16	Tendências Políticas Internas	110
Tabela 17	Formas de indicações para o cargo	111
Tabela 18	Quantidade de cargos ocupados	112

Capítulo 6

Gráfico 1	Proporção da amostragem para os cargos em comissões por sexo e etnia ...	116
Gráfico 1A	Presença feminina em cargos públicos - comparação	117
Gráfico 2	Presença feminina segundo a categoria do cargo	120
Gráfico 2A	Mulheres nos cargos de direção e planejamento	121
Gráfico 3	Comparação escolaridade DIEESE X servidores de cargos de confiança	122
Gráfico 4	Comparação do percentual de alcance do salário médio mensal por sexo e etnia.....	125

Capítulo 7

Tabela 19	Faixa salarial e etnia	129
Tabela 20	Faixa salarial masculina e etnia	130
Tabela 21	Faixa salarial do sexo feminino e etnia	131
Tabela 22	Grau de instrução e etnia	132
Tabela 23	Categoria do cargo ocupado	133
Tabela 24	Quantidades de cargos ocupados e etnia	134
Tabela 25	Ano de filiação ao PT e sexo	135
Tabela 26	Ano de filiação ao PT e faixa salarial	136
Tabela 27	Possui filiação ao PT e faixa salarial	137
Tabela 28	Tendência Política Interna e faixa salarial	138

AGRADECIMENTOS

Ao professor, mestre e amigo André Marengo, pela competência, seriedade, disciplina, paciência e companheirismo demonstrados na orientação deste trabalho.

Às professoras Céli Pinto e Mercedes Cánepa pelas observações críticas e pontuais na apresentação do projeto desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por muito enriquecerem os meus conhecimentos.

À Cristina Prudêncio, minha companheira.

Aos colegas do curso, em especial, Cleber, Iara, Augusto e o Fajardo.

À Luisa Jussara Coelho, excelente profissional de estatísticas, amiga e incentivadora.

Aos servidores de cargos de confiança na administração municipal que se prontificaram em participar da pesquisa.

Ao Luis Alberto Pires, José Bitencourt, Sonia Ribeiro, Rudinei Pinto, Maria Conceição, pelas informações prestadas.

À professora Juçara da Silva Pires, pela revisão de texto.

DEDICATÓRIA

À Julieta da Silva Fernandes Araújo, minha mãe, por ter me dado a base da vida para trilhar os caminhos da vitória com muito esforço, dignidade e perseverança.

Ao meu filho Taiwô, eterno amigo, que eu possa ser seu inspirador.

EPÍGRAFE

A partir do momento em que atingem um certo grau de desenvolvimento e de poder, as democracias começam a se transformar pouco a pouco, adotando o espírito e muitas vezes também as formas da aristocracia que elas tinham amargamente combatido no passado. Mas contra a traição se dirigem incessantemente novos acusadores que, após uma era de combates gloriosos e de poder sem honra, terminam por misturar-se à velha classe dominante, cedendo o lugar a oponentes novos que, por sua vez, os atacam em nome da democracia. E esse jogo cruel provavelmente nunca terá fim.
(Robert Michels)

INTRODUÇÃO

No Brasil, por causa do forte racismo, velado, vivenciado na sociedade contra os negros, as atividades relativas ao poder político foram-lhe negadas. Desta forma, buscando seguir dando conta sobre os negros no exercício do poder, o estudo ora apresentado pretende analisar a condições dos negros como sujeitos ativos do poder que se organizam no interior dos partidos políticos para a obtenção de poder político. Nesse aspecto, se tentará verificar: o posicionamento do partido frente à articulação interna dos negros; de que forma ocorre à distribuição de poder a esses grupos e, finalmente, se, ocorrem no interior dos partidos as desigualdades vivenciadas na sociedade.

É importante observar que, as Ciências Sociais até meados dos anos 70¹, somente se ocuparam com os temas concernentes aos estudos das relações raciais, desigualdades raciais e mobilidade social dos negros, sem, no entanto se ocupar com a questão raça e política. Também a Ciência Política brasileira, ao longo dos anos, se mostrou inócua com relação ao componente raça na política para o norteamento de suas pesquisas. Desta forma, apenas o trabalho de Bolívar Lamounier² rompeu com esse silêncio ao propor na década de sessenta, uma análise da variável raça no comportamento político eleitoral dada às desigualdades sociais e raciais vivenciadas entre negros e brancos. Ou seja, Lamounier perguntava se dada a essas desigualdades, se isso influenciaria o voto de negros e brancos? Esse autor inaugurou esse tema e abriu a porta para outros trabalhos nesse sentido. Nesse caso, ressalta-se Berquó (1992), Prandi (1996), Silva e Soares (1985), Souza (1971) e Valente (1982).

Antes de mais nada, é importante salientar que um estudo sobre raça e poder no qual se pretenda verificar a participação dos negros como sujeitos ativos de poder no sistema

¹ Acerca desses temas figuram autores exponenciais dessa área como Pierson (1945), Fernandes (1965) ou Azevedo (1955). Segundo essas teorias, a ausência dos negros nos cargos de poder político era explicada pela imobilidade social dos negros e, por suas precárias condições na sociedade. O corolário desse conjunto de fatores foi o que produziu no Brasil, um modelo de sistema político com um padrão de comportamento em vigora majoritariamente, os homens brancos e de elites.

² LAMOUNIER, B. Raça e classe na política brasileira. São Paulo: Cadernos Brasileiros, 1968.

partidário brasileiro, a partir da redemocratização do país, no final dos anos 70, deve passar inexoravelmente pela análise dessa relação no Partido dos Trabalhadores, sobretudo, por esse partido representar uma inovação no sistema político brasileiro. Essa inovação ocorre porque o Partido dos Trabalhadores ao ser fundado, em 1979, originou-se fundamentalmente, da classe trabalhadora, do novo sindicalismo, dos movimentos sociais urbanos surgidos nessa época, de setores da intelectualidade brasileira e, por último, de alguns grupos da esquerda revolucionária. Assim, o Partido dos Trabalhadores representou a ruptura com os padrões tradicionais de organização partidária no Brasil, originados de partidos políticos criados a partir das oligarquias políticas, ou seja, oriundos das extensões familiares as quais deixaram, à margem, do processo político do País, grande parcela da sociedade.

Pelas características importantes acima referidas sobre o Partido dos Trabalhadores e, pelos compromissos assumidos no seu programa com os segmentos explorados e oprimidos da sociedade, torna-se indispensável um estudo sobre essa agremiação, para verificar em que circunstâncias os negros estão incluídos nesse novo projeto de poder político para o país. Ou seja, é preciso saber como os negros que formam a base da sociedade brasileira, os quais, historicamente, têm sofrido a discriminação racial na ordem social e política, seriam percebidos num partido político originário das bases sociais e tem como uma de suas metas, o combate à discriminação de gênero e de raça quanto à distribuição de poder.

Nesse aspecto, este estudo do poder dos negros no Partido dos Trabalhadores se orientará à luz dos quatro mandatos desse partido no governo do município de Porto Alegre que iniciou em 1988 e expira em 2004. Assim, haverá uma discussão analítica e reflexiva sobre os espaços que são ocupados pelos negros na organização interna do partido, bem como suas influências nos respectivos governos administrados pelo Partido dos Trabalhadores na capital gaúcha. É oportuno lembrar que o Partido dos Trabalhadores assumiu essa prefeitura, pela primeira vez, em 1989, tendo Olívio Dutra como prefeito, seguido por Tarso Genro em 1992, Raul Pont em 1996 e, por último Tarso Genro em 2000, cuja administração encerra essa pesquisa.

Além disto, a justificativa desse estudo é a necessidade de investigar se o Partido dos Trabalhadores, uma vez no poder em quatro mandatos, cumpre o seu programa de origem, o qual visava garantir a participação de todos e o controle das decisões nas bases do partido. Ou seja, é preciso verificar se segmentos dos negros, mulheres e outros, que são discriminados na sociedade civil estão respaldados, num partido de cunho socialista, por um dos cânones da democracia, que é a igualdade de oportunidades.

O tema ainda demonstra relevância, além das características ímpares do Partido dos Trabalhadores no cenário político brasileiro, demonstrada anteriormente, pelo fato desse partido ter alçado, ao poder executivo do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, um presidente da república completamente alheio às oligarquias tradicionais da política brasileira, proveniente da base da pirâmide social, ocupada, majoritariamente, por cidadãos pobres e negros, cujo partido é o Partido dos Trabalhadores com um período de vida política considerado curto. Diante disso, é relevante para a pesquisa em geral e para os negros, em particular, refletir sobre o pensamento e a prática diária de um partido de massas que chega ao poder 23 anos após sua fundação.

Por último, a pesquisa se justifica, pelo fato de ser o Partido dos Trabalhadores, o que traz, desde sua origem, a preocupação com o combate à discriminação racial e a defesa de uma sociedade igualitária, possuindo um número expressivo de filiados negros, organizados no Núcleo de Negras e Negros e na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo. Portanto, acredita-se que um estudo desse tema seja pertinente, por sua complexidade e por seu caráter incomum na Ciência Política.

Desse modo, esse estudo pretende responder a dois questionamentos: apesar da consolidação do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, visto que governam há 16 anos, foram concedidos aos negros maiores recursos políticos, que os credenciassem como sujeitos ativos de poder, ou seja, existe de fato uma lei sociológica de ferro nos partidos socialistas, como o Partido dos Trabalhadores, a qual permite uma oligarquização no poder, estando os negros incluídos em tal oligarquia? Em segundo lugar, ao chegar ao poder, o Partido dos Trabalhadores age, internamente, no sentido de assegurar uma distribuição uniforme de poder, na sociedade política, aos setores marginalizados da sociedade civil?

Para a busca de respostas a esses questionamentos, a pesquisa de campo e bibliográfica serão utilizadas, objetivando fazer uma abordagem crítica e reflexiva da problemática dos negros no Partido dos Trabalhadores sob as seguintes hipóteses:

1^a - o Partido dos Trabalhadores permanece vinculado à concepção de que o problema de raça, no Brasil, está relacionado ao problema de classe. Nesse sentido, a discriminação racial será banida no momento em que forem suprimidas as estruturas arcaicas que colaboram para o desenvolvimento da discriminação; 2^a - o Partido dos Trabalhadores se constitui naquilo que Robert Michels chamou de uma tendência da organização à oligarquização³. Isso significa dizer que, nos partidos socialistas, a luta interna ocorre entre facções que, quando

³ - MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos políticos*. Brasília: Editora Universitária Brasília, 1982. p. 225.

chegam ao poder se distanciam das bases; 3^a - o Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo uma organização que nasce solidária à causa de todas as massas oprimidas, responde infimamente à questão racial. Logo, assemelha-se à sociedade civil, por não contemplar as reivindicações dos negros. Sendo assim, devido ao seu espetacular crescimento, tanto de militância como de poder, o partido adquiriu os mesmos “*fundamentos do Estado*”⁴ por ele combatidos; 4^a - os negros foram absorvidos pela lógica da burocracia do Partido dos Trabalhadores? Nesse sentido, a luta por cargos, no partido e nos governos, cria a ilusão de participação no poder, conforme afirma Michels (p.106): “*Na burocracia observa-se à caça aos empregos, a mania das promoções, uma servilidade obsequiosa frente aos superiores e uma atitude condescendente em relação aos inferiores*”.

Assim, esta pesquisa tem como objetivos contribuir com a Ciência Política e com o estudo dos partidos políticos brasileiros sobre a dualidade raça e poder, buscando de agregar, aos estudos existentes, novos elementos e fenômenos políticos percebidos com a atuação dos negros no sistema político brasileiro. Isso, com certeza, dará uma contribuição à Ciência Política brasileira, no sentido de fazer uma reflexão crítica e científica sobre as relações de poder de grupos discriminados que se organizam nos partidos políticos, algo, até agora, pouco desenvolvido na Ciência Política.

Além disso, é de suma importância analisar como se articulam, numa sociedade política que visa chegar ao poder, grupos os quais, fora dela, são preteridos em amplos setores pela discriminação racial, entendida como:

*qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública (Artigo 1º da Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial)*⁵.

Por outro lado, torna-se pertinente uma análise de como o referido partido age politicamente quanto à distribuição equânime de poder aos grupos historicamente discriminados, sendo um partido que, na sua origem, combate todas as formas de

⁴ - “*Nascido para derrubar o poder centralizador deste, partindo da concepção de que, para triunfar sobre a organização do Estado, a classe operária só precisa de uma organização suficientemente vasta e sólida, o próprio partido operário terminou se dando uma forte centralização que repousa sobre os mesmos fundamentos do Estado: autoridade e disciplina*” (MICHELS, p. 221).

⁵ - GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 19.

discriminação⁶. Logo, é mister conhecer o que pensa sobre políticas de diferenças o Partido dos Trabalhadores, que se tornou uma das maiores agremiações políticas no Brasil, um fenômeno no sistema partidário brasileiro, elegendo, em 2002, o Presidente da República.

A pesquisa pretende, ainda, dar uma contribuição social, visto que discutirá a organização e a relação do movimento negro no interior de um partido político, sabendo-se que ele mesmo que em certos momentos tenha se organizado de modo frágil e desarticulado, perdura desde o regime escravocrata e se fortalece nos momentos de crise política.

Assim, no intuito de atingir os objetivos propostos anteriormente, esse estudo parte de uma pesquisa bibliográfica de autores que versam sobre o tema nas Ciências Sociais e na Ciência Política brasileira, além de uma pesquisa exploratória de campo para verificar a participação dos negros nos cargos de confiança do governo do Partido dos Trabalhadores, ou seja, a qualidade dos cargos num partido político socialista que prioriza a igualdade e o combate à discriminação.

Para tanto, o método de pesquisa utilizado para a composição da amostra dos servidores de cargos em comissões é a pesquisa descritiva conclusiva em função de uma série de informações levantadas por estudos exploratórios. Dentro da pesquisa descritiva foi caracterizado o levantamento de campo, mas, mantendo a preocupação de obter os dados representativos da população que interessa, tanto em relação ao número de casos incluídos na amostra quanto à forma de sua inclusão, objetivando a geração de tabelas com os dados coletados, e, principalmente, as tabelas com cruzamentos possibilitando conhecer o inter-relacionamento entre as diversas variáveis que possam conduzir determinado fenômeno.

A população amostrada é constituída de 614 servidores ocupantes de cargos de confiança no governo do município de Porto Alegre indicados pelo Partido dos Trabalhadores e, pelos partidos que compõem o governo do município. A apresentação da população foi feita através de uma listagem específica de cada órgão e/ou secretaria onde, para a maioria destes a exposição dos servidores era caracterizada pelo nome, data de admissão, função e categoria do cargo. A classificação dos diversos cadastros não respeitou uma ordenação específica, no entanto, na grande maioria foi observada a ordem alfabética.

Os servidores encontram-se distribuídos em, aproximadamente, vinte e sete órgãos e/ou secretarias e, dentro destes, as funções são classificadas em oito categorias de Cargos em Comissões.

⁶ - PARTIDO dos Trabalhadores. *Resoluções de encontros e congressos – 1977-1998*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. P. 73.

A técnica de seleção dos servidores utilizada foi a Teoria de Amostragem Aleatória Sistemática, pois o cadastro, em sua maioria, apresenta-se ordenado de forma alfabética com a listagem em meio não magnético. Este método de coleta de dados isenta a possibilidade de selecionar-se muitos servidores com as mesmas iniciais, assim como, concentrar-se as unidades amostrais selecionadas em determinados órgãos e/ou secretarias. Além disso, este tipo de amostragem estatística garante uma maior segurança de que a classificação dos indivíduos esteja proporcionalmente distribuída ao longo do cadastro, possibilitando uma amostra representativa da população, isto é, não existe a possibilidade de se privilegiar alguns órgãos em detrimento de outros, principalmente em relação àqueles menos expressivos a contar ao número de servidores.

O método de pesquisa utilizado neste estudo para a composição da amostra dos servidores que ocupam cargos de confiança, fundamenta-se na aplicação da teoria da probabilidade. Por isso, à maioria das inferências realizadas neste estudo foram obtidas com uma probabilidade de 95% consideradas de confiabilidade. Salienta-se que através da metodologia científica, pode-se obter, por meio de uma sucessão de passos, novas relações entre os fenômenos que interessam, o que garante ao pesquisador a objetividade necessária ao tratamento dos fatos. Assim, os procedimentos estatísticos e técnicas, que usam mecanismos aleatórios na seleção dos elementos da amostra, fornecem considerável contribuição às conclusões obtidas, sobretudo mediante experimentação, observação, análise e prova. Dessa forma, a amostra, tenta abranger o universo dos elementos e garantir a representatividade em relação à população. Os métodos e técnicas de amostragem por sua vez devem garantir as condições para se chegar a conclusões válidas e a previsões muito próximas da realidade possibilitando uma pequena margem de erro.

Considerando uma confiança de 95% e um erro máximo de estimação de 3,87%, o tamanho de amostra ficou definido em 159 servidores de cargos de confiança do serviço público municipal. De acordo com a técnica de amostragem sistemática, a fração de amostragem assume o valor 4 e o primeiro elemento da população sorteado se refere à posição de número 216. Essa pesquisa de campo com questionários de respostas fechadas foi realizada nos meses de julho, agosto e setembro de 2003.

Apesar da seleção amostral ter sido definida, tomando como base os órgãos e/ou secretarias, assim como a categoria dos cargos exercidos, um dos principais objetivos do trabalho é a comparação do perfil dos indivíduos quanto à etnia. Contudo, tal informação é inexistente ou pouco confiável, tanto no contexto do Governo Municipal quanto no próprio Partido dos Trabalhadores. Conforme os resultados da amostra oficial, o número de

indivíduos de etnia negra ficou em quinze integrantes ou 9,43%. Diante disso, foi necessária a realização de uma segunda etapa de amostragem, através de um estudo de casos selecionados, de caráter complementar, caracterizado por 11 entrevistas com pessoas da raça negra, ficando o total de negros para a análise comparativa de 26 indivíduos ou 15,38%. Desta forma, foi garantido o número mínimo de observações para a realização das comparações com uma confiabilidade de 95%. O percentual das pessoas entrevistadas supera em 3,38% o definido pela Prefeitura de Porto Alegre, que determina a cota de 12% para negros ingressarem no serviço público por intermédio de concurso. No entanto, essa diferença se faz necessária em função dos diversos recortes (cruzamentos que levam em consideração duas ou mais variáveis) os quais exigem um número maior de indivíduos para a análise.

No que concerne ao referencial metodológico e analítico que assegura o embasamento do tema em questão e o cumprimento dos objetivos propostos, esse estudo está dividido em sete capítulos. O capítulo 1 apresentará os pressupostos teóricos que nortearam esse estudo e garantiram subsídios para os argumentos finais. Para tanto, será analisada a correlação de poder dos negros no Partido dos Trabalhadores sob o ponto de vista do modelo organizativo de Ângelo Panebianco e da premissa de uma tendência inexorável à oligarquização das organizações partidárias de Robert Michels, teorias fundamentais para compreender essa relação de poder e raça invisível no Partido dos Trabalhadores.

No capítulo dois, será discutida a atuação dos movimentos sociais negros na política institucional brasileira, abordando-se a mobilização dos negros no cenário político e suas conseqüências para a transformação da realidade social.

A participação do negro na política institucional brasileira será o tema abordado no capítulo três. Dentro do referido assunto, tratar-se-á, também, da organização e articulação de grupos oprimidos que se reúnem no interior dos partidos políticos para a obtenção de espaços de poder. Na segunda seção, que é sobre eleições, serão analisados alguns estudos sobre o comportamento político dos negros que evidenciam diferenciações nas votações dos pleitos eletivos quanto à clivagem étnica.

No capítulo quatro, analisar-se-á a presença dos negros nos diretórios do Partido dos Trabalhadores no município de Porto Alegre e, nos cargos de primeiro escalão dos governos desde o primeiro mandato do partido que iniciou em 1989, demonstrando, dessa forma, a exclusão dos negros das categorias mais elevadas da hierarquia de poder no partido e em seus governos. Ao mesmo tempo, demonstrará que, apesar do crescimento político, eleitoral e burocrático do partido, os negros, em termos de capital político no partido, não acompanharam tal progresso.

O perfil dos servidores de cargos de confiança do governo de um partido político socialista, ou seja, o Partido dos Trabalhadores, será o tema do capítulo cinco, no qual serão discriminadas as características sociais e econômicas dos servidores que ocupam cargos de confiança na administração petista, apresentando-se a dimensão política desses servidores, a qual servirá para verificar os setores que influenciam nos governos.

O capítulo seis analisará a qualidade dos cargos de confiança ocupados pelos servidores de etnia negra num governo de um partido socialista, no que tange aos salários, status, e influência política. A partir desses dados, será feito um comparativo, através de gráficos, com uma pesquisa efetuada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que analisou as dificuldades das mulheres negras no contexto social da região metropolitana de Porto Alegre.

Para finalizar, o capítulo sete demonstrará a situação dos negros no que se refere aos salários, sexo, categoria do cargo, grau de instrução, filiação partidária e Tendências Políticas. Dessa forma, mesmo em se tratando um partido de origens socialista, poder-se-á verificar a inferioridade dos negros nos governos petistas.

Portanto, em função dos argumentos apresentados, pretende-se discorrer sobre o assunto e subsidiar a Ciência Política com o tema raça e poder no Partido dos Trabalhadores, buscando analisar o posicionamento de um partido socialista, calcado nas bases sociais, frente a um problema histórico e presente na sociedade brasileira. Vale acrescentar, contudo, que este estudo não pretende se esgotar, mas lançar um esteio teórico e prático além do motivacional inerente ao pesquisador, para dar continuidade ao doutoramento em Ciência Política.

1 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DAS ELITES PARTIDÁRIAS E OS NEGROS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Este capítulo tem como finalidade trazer à tona uma reflexão sobre a teoria das elites, à luz do cumprimento dos quatro mandatos de um partido político de cunho socialista no município de Porto Alegre, o qual tem como uma de suas causas de luta a democracia interna. Para tanto, o estudo se propõe a analisar de que modo grupos étnicos, secularmente discriminados, no caso em questão, os negros, participam como sujeitos detentores de poder nessa organização. Isso porque, de acordo com os teóricos elitistas, em toda a organização há uma classe de elite no poder. Assim, este estudo pretende averiguar se os negros, que são historicamente discriminados na sociedade brasileira, uma vez participando da formação e da representação de um partido socialista, fazem parte, igualmente, dessa elite partidária.

Diante disso, o capítulo começa por analisar, em primeiro lugar, sob a perspectiva de Mario Grinszspan, mesmo que resumidamente, os clássicos da teoria das elites, os quais, demonstraram toda a contrariedade às formas de democracia e de igualdade requeridas por pensadores como Karl Marx ou Jean Jacques Rousseau. Para finalizar, discorrer-se-á sobre dois autores igualmente importantes e que também podem fazer parte da genealogia dos autores elitistas: são Robert Michels e Ângelo Panebianco. É imperioso realçar que são esses dois pensadores sociais que permitem a sustentação teórica desta dissertação sobre o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores.

1.1 TEORIA DAS ELITES E SEU IMPACTO NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Para se contrapor às idéias socialistas e democráticas, alguns autores difundiram reflexões e pesquisas, a partir do século XIX, acerca daquilo que ficou conhecido nas Ciências Sociais como a Teoria das Elites. Nesse aspecto, destacaram-se no século em questão os italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Na perspectiva deles, sobre elites, há

sempre um grupo minoritário que detém o poder, quer pelos recursos adquiridos, quer pela competência ou dom. Esse fenômeno é uma lei sociológica. Sobre isso, assim afirma Mário Grynszpan:

[...] Esta era uma lei inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava-os da igualdade entre os homens e da soberania popular – produziam era a legitimidade do mando da minoria, cujos desígnios passaram a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas maiorias. (GRYNSZPAN, Mário. Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p.11).

Dessa forma, verifica-se que os teóricos elitistas⁷ opunham-se à idéia de democracia ou de um socialismo igualitário que, na concepção desses teóricos, não passava de uma teoria metafísica, sem embasamento cujo único propósito legitimar uma minoria no poder.

1.2 MICHELS, OS NEGROS E A LEI DE FERRO NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Qualquer estudo sobre democracia e relações de poder nos partidos políticos passa, necessariamente, pela obra *Sociologia dos partidos políticos*, de Robert Michels. Esse autor nasceu em Colônia, na Alemanha, filho de uma família de comerciantes de lã com formação religiosa católica. Foi filiado à social democracia, chegando a ser ativo militante dos movimentos sindicais alemão, francês e italiano, o que lhe rendeu o trancamento de seus estudos nas universidades de seu país. Em 1907, transferiu-se para a Itália e, nos anos 20, chegou a fazer parte do governo de Mussolini. Por isso, alguns de seus críticos, dentre eles Lukács, o apontaram-no como simpatizante do fascismo.

Embora Michels não figure na Sociologia ou na Ciência Política como um dos fundadores da teoria das elites, seu nome, sem dúvida, faz parte da genealogia consagrada dos autores que versaram sobre esse tema. Nesse aspecto, quando analisa a social democracia alemã dos primeiros anos do século XX, Michels constata que, embora esse partido tenha nascido com os propósitos da instauração e consolidação de uma democracia interna, na

⁷ Embora o meio acadêmico reconheça Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, como referências ímpares na Ciência Política e nas Ciências Sociais, essa pesquisa teve como referencial teórico os autores Robert Michels e Angelo Panebianco, por considerar que os mesmos reúnem, em suas respectivas obras, subsídios suficientes para tentar explicar a relação de poder de grupos étnicos que se organizam nos partidos para a obtenção de poder.

realidade, concentrou o poder nas mãos de uma minoria, ou seja, os partidos socialistas formam uma oligarquia no poder.

Esta discussão resulta na formulação consistente e clássica de Michels, que se tornou conhecida como a lei de ferro das oligarquias. Assim, se essa lei sociológica acaba regendo o Partido dos Trabalhadores, é relevante verificar se os negros são protagonistas para a implementação dessa lei. Nesse sentido, consoante, Michels:

reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental, que rege inelutavelmente os partidos políticos (dando a palavra políticos seu sentido mais abrangente), pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia⁸.

Essas formulações do autor se referem aos partidos políticos socialistas, protetores e arautos da democracia, guardiões das classes oprimidas. Entretanto, servem à sociedade e ao Estado, sendo suscetíveis aos fenômenos sociológicos até aqui discutidos, os quais demonstram a necessidade de uma classe dirigente:

de acordo com essa concepção, o governo ou, se preferirmos, o Estado não saberia ser outra coisa a não ser a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a ordem jurídica, a qual aparece como uma justificação, uma legalização da exploração a qual ela submete a massa dos hilotas, em vez de ser a emancipação da representação da maioria⁹.

Desse modo, a partir das considerações acima e da análise da participação dos negros nos cargos de direção do Partido dos Trabalhadores ou nos cargos de primeiro escalão de seu governo, pode-se recorrer, ainda, aos enunciados michelianos: *é por isso que a revolução social não acarretará nenhuma modificação na estrutura interna da massa. A vitória dos socialistas não será a do socialismo, que perecerá no mesmo momento em que triunfarem seus partidários* (1982 p.235).

Desta forma, a obra de Robert Michels será importante para a proposta desta pesquisa porque o autor demonstra, de forma magnífica, que as grandes associações políticas são dirigidas por uma elite profissional, inclusive os partidos socialistas, que tendem a se afastar de suas bases. Além disso, a democracia, que é algo almejado em seus programas, na direção e na organização interna dos partidos políticos, deixa de ocorrer. Portanto, se o partido político é dirigido por uma oligarquia e se esse fato foi constatado num partido socialista alemão, cabe examinar através dos artifícios de Michels, se no Partido dos Trabalhadores, que

⁸ MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 238

⁹ Idem, p. 234.

é um partido socialista originário das bases sociais, os negros também são tidos como verdadeiros oligarcas no poder interno desse partido.

Diante disso, tem-se que, para se originar o princípio de uma tendência à oligarquização dos partidos políticos, Michels começa por argumentar sobre a necessidade de ser uma organização. Para o autor, aqueles setores que desejam realizar um conjunto de políticas, seja no âmbito econômico, seja no político propriamente dito, necessitam de uma organização. Essa, para a classe operária, é o coração do seu organismo:

*(...) o operário que se recusa à participação da vida coletiva de sua classe só pode atrair conseqüências funestas para ele próprio. Por seu grau de cultura, por suas condições econômicas, físicas e fisiológicas, o proletariado é o elemento mais fraco da nossa sociedade. Isolado, encontra-se submetido à exploração dos mais fortes (...)*¹⁰.

Nota-se, então, que Michels parte da necessidade das classes se reunirem em organização para obterem força política, mesmo que essa organização venha ser, futuramente, um obstáculo. *“É que a organização constitui precisamente a fonte que as correntes conservadoras lançam na planície da democracia, e ocasionalmente, as inundações que tornam esta planície irreconhecível”*¹¹.

Além disso, a obra *Sociologia dos partidos políticos* é imperiosa para o estudo do Partidos dos Trabalhadores e dos negros nesse partido em particular, pelo fato de que essa agremiação política traz na sua vida política pregressa, o rótulo de democrática e popular. Sendo assim, Michels (p. 18), argumenta e, ao mesmo tempo, refuta a idéia de um governo popular quando trata do que chamou de *“impossibilidade mecânica e técnica do governo direto das massas”*. Isso deve ao fato de que as condições de espaço e de tempo impõem dificuldades para reunir um número elevado de cidadãos. Logo, necessita-se de representantes das massas para orientar suas vontades coletivas. Ou seja, parte-se do princípio de que a democracia não é um fator de obstrução para a formação de oligarquias.

*(...) mesmo imaginando-se meios de comunicação mais perfeitos do que aqueles de que dispomos, como seria possível reunir tamanhas multidões em um determinado local, em horas fixas e com freqüência que impõem as exigências da vida partidária(...)*¹²

É nesse contexto que surge a figura do chefe, que é o serviçal das massas na organização onde todos gozam de direitos e influências. Entretanto, à medida que cresce a organização, torna-se inviável a participação popular, no entendimento de todos os negócios

¹⁰ Idem, p.15.

¹¹ Idem, p.16.

¹² Idem, p.18.

da organização. Logo, de acordo com Michels, é necessária a formação de uma classe de políticos profissionais e funcionários dos partidos com especialidades técnicas.

(...) Daí que o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos de direção, é pouco a pouco retirado das massas e concedido exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão os órgãos executivos da vontade coletiva, em breve tornam-se independentes das massas, frustrando-se ao seu controle¹³.

Essa constatação de Michels é relevante, uma vez que as organizações, ao se tornarem complexas, alçam ao poder uma elite que se distancia das massas, ao mesmo tempo em que toma as decisões sem consulta prévia das bases. Daí a importância de investigar se os negros no Partido dos Trabalhadores são esses profissionais que dependem da organização para a sua sobrevivência e contribuem para decidir os rumos do partido.

Nesse sentido, se um partido socialista, como o Partido dos Trabalhadores, que surgiu no final da década de setenta, em plena redemocratização do Brasil, para romper com o modelo tradicional e conservador da política brasileira, isto é, com a política das elites dirigentes que excluía as bases sociais do processo de participação política, ao chegar no poder não responde satisfatoriamente a uma distribuição discriminatória de poder aos segmentos historicamente excluídos da sociedade brasileira, esse fator pode estar, também, relacionado, na visão petista, à impossibilidade mecânica e técnica do governo das massas. Nesse caso, o partido é que será a vanguarda para orientá-los rumo ao socialismo.

Diante disso, os negros que fazem parte da militância do Partido dos Trabalhadores podem estar sendo vistos como uma parte das massas e, nesse caso, posicionados na camada inferior da divisão social do trabalho no partido. Conseqüentemente, mesmo fazendo parte de uma organização “socialista”, acabam inseridos na maioria dos militantes que não detêm poder de decisão. Ou seja, o Partido dos trabalhadores, ao assumir o poder na capital gaúcha, mesmo tratando-se de um partido socialista, não inverteu a ordem das elites tradicionais, até então combatida, no que se refere ao poder. Nesse caso deve-se reportar a um ensinamento pontual de Michels:

A história parece nos ensinar que não existe nenhum movimento popular, por enérgico e vigoroso que seja, capaz de provocar no organismo social do mundo civilizado, transformações profundas e permanentes que os elementos preponderantes do movimento, a saber, os homens que o dirigem e o alimentam, terminam por se afastarem pouco a pouco das massas e por serem atraídos pela órbita da classe política dominante¹⁴.

¹³ MICHELS, p.21.

¹⁴ Idem, p.236.

O caráter burocrático do Partido dos Trabalhadores e a consequência que causa na organização podem ser analisados no trabalho seminal de Carlos Alberto Novaes (Dados, n.35, 1991) que, analisando a burocratização desse partido, constatou que um contingente de assessores provenientes do sucesso eleitoral do partido vem aumentando consideravelmente à medida que o mesmo obtém vitórias nos pleitos eleitorais. Logo, segundo o autor, a combinação da presença no núcleo decisivo do partido de militantes remunerados através de outras instituições, somada ao interesse cada vez mais agressivo do partido pela ordem institucional de representação e a centralização de poder, vem contribuindo para que o partido tenha o seu projeto político ameaçado.

É produtivo para a pesquisa acompanhar, a seguir, a conclusão do autor: *o PT corre o risco de, cada vez mais, de emaranhar-se na ordem institucional que principiou combatendo, perdendo a autonomia estratégica que um partido de massas e socialista requer.* (p.227). Ou seja, corre-se o risco de o processo de burocratização do Partido dos Trabalhadores fazer com que políticas de democratização interna e públicas no combate à discriminação racial, sejam relegadas a um segundo plano, conforme a ordem institucional que era acintosamente combatida anteriormente pelo partido.

No que concerne ainda à burocracia nos partidos socialistas, merece destaque a afirmativa de Michels, a qual que estabelece que, à medida que cresce e progride uma organização, maior é sua necessidade de tornar-se uma profissionalizada. Logo, o partido deve possibilitar aos seus militantes e filiados a oportunidade de carreira política com cargos remunerados, principiando uma vida pública eficiente e com uma sólida prática política.

Essa questão torna-se vital, pelo poder político que representa o profissional político e, nesse caso, deve-se analisar a posição dos negros nas direções do Partido dos Trabalhadores ou nos cargos de primeiro escalão de um governo “socialista”. Isso porque,

*enquanto o trabalho profissional e as exigências da vida quotidiana tornam inacessível à massa um conhecimento aprofundado da engrenagem social e, sobretudo, do movimento e do funcionamento da máquina política, o operário que se tornou-se chefe está, ao contrário, graças à sua nova situação, em condições de se iniciar em todos os detalhes da vida pública e de aumentar, assim, sua superioridade sobre seus mandantes*¹⁵.

Por conseguinte, seguindo a doutrina micheliana, o Partido dos Trabalhadores não tem contribuído com os negros, no que tange à sua profissionalização e superação política, hipótese verdadeira se forem analisadas as três primeiras gestões na prefeitura de Porto Alegre

¹⁵ Idem, p.54.

e a primeira no governo do Estado. Nessas administrações, não foi alçado nenhum negro para ocupar cargos de primeiro escalão. Michels diz que, nos partidos socialistas,

*os operários melhores, dotados de intelectualidade, se vêem transformados em empregados, levando uma vida de pequeno-burgueses, oportunidade de obter, às custas das massas, uma instrução superior e uma visão mais nítida das relações sociais*¹⁶.

Uma outra questão fundamental pela qual esta pesquisa poderá recorrer à obra de Michels refere-se ao conservadorismo da organização. Nesse sentido, segundo o autor, o partido pode, em alguns momentos, desenvolver políticas modernas e democráticas. Porém, na medida em que segmentos da extrema esquerda fazem parte da ação governamental, todo o processo evolutivo fica estagnado. Isso ocorre pelo fato de que o poder e a política das oligarquias são conservadores. O conservadorismo é explicado pelo caráter parlamentar que adquire o partido: “*O partido socialista, como agregado político que procura alistar ao mesmo tempo membros e eleitores, tem um interesse vital em ganhar sempre novos votos e novas adesões*”¹⁷

O corolário disso é a dificuldade que partidos socialistas, uma vez no poder, têm de implantar políticas estruturais antes preconizadas, mas, que são contrárias a certos setores organizados. Assim, soberbamente, prevê Michels:

*à medida que aumenta sua necessidade de tranqüilidade, suas garras revolucionárias se atrofiam e ele se torna um partido bravamente conservador que continua se utilizando da terminologia revolucionária, mas na prática não exercerá outra função senão a de um partido de oposição*¹⁸

Essa afirmação é importante porque demonstra as dificuldades que os partidos de matizes socialistas, uma vez no poder, têm para implementar ou adotar internamente políticas que façam parte do seu compromisso original. Isso torna o partido o conservador, por temer a perda das conquistas eleitorais. Dessa forma, esse conservadorismo, verificado também na sociedade brasileira, pode explicar a lentidão de um partido “socialista” quanto a uma distribuição igualitária de poder.

Sendo assim, verifica-se que a democracia nos moldes gregos ou rosseauiano não ocorre nos partidos socialistas. Qualquer ordem social ou política necessita de uma classe política. Ou seja, a democracia é uma eterna luta de uma minoria com outra minoria pelo poder. Isso segundo o autor, é um “*fenômeno orgânico e uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista*” MICHELS (1982 p. 238).

¹⁶ p. 53

¹⁷ p. 220

¹⁸ p. 224

Logo, o poder dos chefes deve, sempre, ser levado em consideração nos partidos socialistas, pois é deles a soberania.

Portanto, eis a importância do estudo da obra de Michels para analisar de que forma estão baseados os princípios de democracia interna do Partido dos Trabalhadores e como os grupos discriminados têm acesso aos recursos que possibilitem influenciar políticas as quais, ao chegarem ao poder, provoquem transformações sociais que viabilizem uma sociedade a qual respeite a pluralidade e produza justiça social.

1.2.2 Os negros no Partidos dos Trabalhadores e o modelo de organização e poder de Panebianco.

Ângelo Panebianco¹⁹, outro estudioso do assunto, diverge de Robert Michels no que tange ao poder nas organizações. Enquanto que, para o segundo, ocorre uma oligarquização do poder e as decisões são tomadas por uma minoria, à revelia da grande massa, para o primeiro, entretanto, essas decisões não passam de acordos previamente definidos entre líderes e liderados e, ao contrário do que pregou o alemão, reforça que o que ocorre é uma subdivisão no poder dos partidos. Logo, a análise de Panebianco sobre o modelo de organização e a estrutura de poder irá auxiliar o estudo da participação e poder dos negros no Partido dos Trabalhadores.

A obra “Modelos de Partido – Organización y poder en los partidos políticos” de Angelo Panebianco é importante para a pesquisa, porque nela o autor detalha, com propriedade e acuidade, as indefinições das origens até então estudadas tornando mais fácil entender os partidos políticos. Nesse sentido, de acordo com Panebianco²⁰, os partidos políticos devem ser analisados também em função da dinâmica eleitoral, do funcionamento das instituições estatais que os influenciam e, finalmente, da relação que se estabelece entre classes sociais e partidos. Nota-se que Panebianco difere-se dos autores considerados clássicos da Ciência Política, os quais analisaram os partidos políticos somente quanto ao seu núcleo organizativo. Segundo ele,

desde Ostrogovski a Weber, de Michels a Duverger, los partidos politicos y sus actividades resultaban complesibles si, y solamente si, se tomada como punto de

¹⁹ PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos – Organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza Editorial, 1990.

²⁰ - PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos – Organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza Editorial, 1990. p. 14.

*partido al partido en cuanto organizacion, en su fisionomia i en su dinâmico organizativas*²¹.

Ou seja, Panebianco analisa os partidos políticos em função de outras influências externas, que podem alterar suas atividades e os objetivos. Vale observar que, quando o autor se refere à relação entre classes sociais e partidos que moldam a ação do partido, é pertinente lembrar a importância da classe sindical e dos movimentos sociais na construção do Partido dos Trabalhadores.

*[...] os vínculos de origem do PT com o novo sindicalismo e o envolvimento de importantes sujeitos políticos no processo inicial de organização do partido compuseram basicamente seu perfil interno no período estudado*²².

Sendo assim, quando Panebianco trata de “*alguns dilemas em matéria de organização*” (PANEBIANCO, p. 27), trata das duas premissas trazidas pela literatura aos partidos políticos. A primeira, a premissa sociológica, diz que as práticas e demandas dos partidos políticos advêm das necessidades dos grupos sociais que os formam. A partir daí, se constituem os partidos dos trabalhadores, partidos burgueses etc.

Diante disso, pode-se traçar um paralelo a partir dessa perspectiva do autor e entender as origens do Partido dos Trabalhadores, que traz consigo, desde a sua fundação, uma intensa mobilização social de metalúrgicos das cidades da região metropolitana de São Paulo. Vale lembrar que se junta a esses trabalhadores uma classe política contrária ao “*status quo*”, movimentos sociais urbanos e setores envolvidos com a intelectualidade e com o catolicismo. Portanto, analisando essa complexa formação do Partido dos Trabalhadores, entender-se-á o seu comportamento político misto.

É importante observar, conforme Panebianco, as conseqüências que essas formações ocasionam, ou seja, a probabilidade de conflitos entre representantes de interesses diversos. Nesse sentido o autor baseia-se em S. Eldersveld, o qual sustenta que, nos partidos políticos, existe uma estrutura de poder múltiplo com setores de autoridades, ao invés de oligarquia de poder. Os setores de autoridade são as sub-coalizões internas que representam um grupo sociocultural particular, tais como minorias étnicas, grupos de interesse econômico etc.

No que concerne ainda, à premissa sociológica, um outro tema abordado, importante para se verificar se os negros nos Partidos dos Trabalhadores são críveis de discriminação, surge quando Panebianco afirma que o partido político é quem produz as desigualdades:

²¹ Ibidem.

²² MENEGUELLO, R. PT: a formação do partido (1979/1982). São Paulo: Paz e Terra, p.64.

Aún más, el prejuicio sociológico hace perder de vista el hecho de que el partido no solo no refleja mecánicamente, ni en su organización ni en su política, el sistema de las desigualdades sociales, sino que es en sí mismo y ante todo, un productor de desigualdades en su propio seno: desigualdades que llamaré organizativas para distinguirlas de las que se derivan Del sistema de estratificación social²³.

A partir dessa análise, pode-se abordar a formação e as atividades das várias facções políticas que se desenvolveram dentro do Partido dos Trabalhadores, além de examinar de que forma os negros estão inseridos nas mesmas como sujeitos políticos. Nesse sentido, o autor ressalta que a tese de seu livro é justamente demonstrar que as causas dos conflitos internos se devem às desigualdades geradas no interior dos partidos. No entanto, ele não descarta que essa desigualdade tenha, também, um viés da sociedade. “Um sistema que tiene que ver con las desigualdades sociales, pero no es absoluto su simple reflejo”²⁴.(p.30)

Nesse aspecto, de acordo com o modelo de partido Panebiancano, os problemas vivenciados pelos negros quanto à distribuição e ao acesso ao poder, relacionam-se com as desigualdades sociais presenciadas na sociedade brasileira. Logo, dentro dessa perspectiva as desigualdades quanto ao poder interno no Partido dos Trabalhadores não são nada mais do que o reflexo de uma sociedade brasileira racista e sexista.

É imperioso ressaltar que, ao mesmo tempo em que se discutem as distribuições de poder no Partido dos Trabalhadores, bem como os acessos dos negros nesse poder, verifica-se que isso reflete sobre os dilemas de uma organização, ou seja, são as demandas internas assumidas pelo partido que devem ser tratadas com equilíbrio, devido às complexidades e contradições vivenciadas por essas instituições. Dessa forma, os quatro dilemas enunciados por Panebianco, com que se deparam as organizações, são relevantes para o estudo do poder dos negros. O primeiro refere-se ao modelo racional das associações, segundo o qual as organizações são meios para as consecuições de fins específicos, isto é, as ações e a ordem interna dessas organizações consubstanciam seus fins específicos.

[...] En la perspectiva Del modelo racional tanto las actividades como la fisionoma o el orden interno de toda organización son comprensibles solo a la luz de sus fines organizativos. Los miembros de la organización, cada uno en el papel que tiene asignado en la división interna del trabajo, participan en la realización de aquellos fines y únicamente este aspecto de su comportamiento tiene relevancia para el funcionamiento de la organización.[...]”²⁵

²³ PANEBIABCO, p. 29.

²⁴ Idem, p.30.

²⁵ Idem, p.35.

Esse modelo é rechaçado por Panebianco, pois os objetivos de uma organização não podem ser determinados antecipadamente, ou seja, numa organização existe uma pluralidade de fins, tanto quanto são os membros dessa organização.

Dessa forma, o autor rejeita o modelo racional de partido, sugerindo um outro modelo alternativo o qual contribui para uma reflexão sobre as oligarquias. O modelo proposto é o sistema natural que prioriza assegurar a variedade das demandas, de acordo com as distintas congregações internas, ressaltando o equilíbrio interno.

En contraste con las ideas básicas de la tradición racionalista, la perspectiva que introduce el análisis de sistemas no contempla la organización principalmente como un instrumento para la realización de los fines de sus titulares. Sino más bien como una estructura que responde y se adaptá a una multiplicidad de demandas por parte de los distintos jugadores y que trata de mantener el equilibrio conciliando aquellas demandas²⁶.

Nesse modelo, não existe uma elite dirigente e, sim mediadores para dar equilíbrio à execução das variadas demandas. Torna-se importante por demonstrar que o Partido dos Trabalhadores, na maioria das vezes, age como o modelo racional, com um fim específico, que é a busca do poder sem, no entanto, equilibrar as demandas internas quanto à garantia do acesso ao poder dos vários segmentos sociais que o constituem, principalmente o segmento negro, que colabora na formação do partido e tem sido historicamente discriminado na sociedade brasileira.

O segundo dilema de uma associação voluntária é particularmente importante, porque contribui como referencial teórico, uma vez que é através da distribuição dos incentivos que se pode verificar o grau de poder dos participantes ou militantes de uma organização, mensurar o grau de democratização interna e acesso dos negros a esses incentivos.

Consoante Panebianco (1990, p.39), existem duas teses sobre a teoria dos incentivos. A primeira refere-se aos “incentivos coletivos”, significando a distribuição de benefícios equanimente a todos os participantes. A segunda diz respeito aos “incentivos seletivos”, segundo os quais a distribuição dos benefícios efetuados pela organização se dá de maneira diferenciada e somente para alguns participantes. Assim, os incentivos coletivos podem ser de caráter de identidade, solidariedade e ideológica. Já os de incentivo seletivo são poder, status e bens materiais.

Para uma melhor compreensão de como se organiza, internamente, um partido ou qualquer associação e, assim entender o processo de dotação de influência e poder no Partido dos Trabalhadores, é imperioso notar as palavras do autor:

²⁶ PANEBIANCO Apud Abrahamsson, p.36

Las tesis que aqui se recoge mantiene que los partidos son a un tiempo burocracias que demandan la continuidad de la organizacion y la estabilidad de las propias jerarquias internas, y asociaciones voluntarias, que deben contar com, por lo menos, un cierto grado (mínimo) de participacion no obligada, y que, por tanto, deben distribuir simultaneamente tanto incentivos selectivos como colectivos²⁷

Além disso, o estudo da teoria dos incentivos é primordial porque explica o comportamento político das elites partidárias que competem entre si pelo controle de cargos, além de explicar a participação da militância de base. Ou seja, esses fatores podem contribuir para a análise da composição dos órgãos internos do Partido dos Trabalhadores.

Logo, ao se analisar os cargos ocupados pelos negros nos governos do Partido dos Trabalhadores, assim como a quantidade e a qualidade dos cargos ocupados nas direções municipais, verifica-se o equilíbrio nas distribuições de incentivos num partido de cunho “Socialista”.

Portanto, um partido político de cunho “socialista”, uma vez que chegar ao poder de um Estado, desenvolverá políticas preconizadas ao longo de sua história. Acerca desse tema, o terceiro dilema “*adaptación al ambiente versus predominio*” revela-se interessante para uma comparação com o objeto dessa pesquisa, que é a relação de poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. No caso desse partido que governa o município de Porto Alegre há dezesseis anos, quanto a uma distribuição equânime de poder, pode-se concluir que o partido optou por uma estratégia de adaptação ao ambiente, ao invés de radicalizar e, nesse caso, instituir políticas internas que distribuíssem o poder de forma equilibrada entre os vários setores que o representam. Ou seja, o partido, mesmo sendo “socialista”, obedeceu à lógica de garantir a presença nos cargos de poder, de acordo com o reflexo majoritário da constituição étnica presente na sociedade gaúcha. Sobre esse aspecto, assim profere Panebianco:

*[...] o bien un partido que se limite a trasladar al ámbito político las demandas de los grupos sociales que forman su base electoral (de acuerdo con lo que ha definido como el prejuicio sociológico) es una organización que se adapta al propio ambiente, isto é, ciertos segmentos sociales [...]*²⁸

Dessa forma, verifica-se que o Partido dos Trabalhadores, a priori, trabalhou com uma estratégia de passividade interna para garantir uma coesão. Essa adaptação também refletiu nas políticas desenvolvidas em seus governos, principalmente no primeiro mandato, quanto à questão racial, pois se revelaram tímidas em comparação às propostas de origem do partido.

No quarto e último dilema, o autor sustenta que não procede a idéia da existência de um núcleo de dirigentes que decide unilateralmente sobre os rumos do partido, assim como não é

²⁷ - Idem, p.41

²⁸ Idem, p.45.

verdadeira a máxima que sustenta ser a organização quem determina as políticas a serem tomadas. Consoante Panabianco (p. 48), as decisões são pré-negociadas.

*[...] en la mayor parte de los casos se trata de coaliciones de individuos y/o de grupos. De aquí que las decisiones organizativas sean generalmente, el producto de negociaciones en el interior de la organización de influencias recíprocas entre los actores de esta [...]*²⁹.

A partir das considerações acima, sendo realmente correto o seu raciocínio, uma questão, sobre o estudo da relação de poder dos negros no Partido dos Trabalhadores carece de reflexão: caso existam as subdivisões de poder no interior do partido, as quais negociam antecipadamente as decisões, como se comportam os negros? Ou seja, ao se reunirem nos núcleos e secretarias, são consideradas sub-divisões ou esse movimento se dilui em outras facções mais influentes? Essa questão torna-se importante pelo fato de existir, no Partido dos Trabalhadores, um Núcleo de Negras e Negros, que não tem um reconhecimento expressivo pelo conjunto do partido ou pelo seu núcleo de poder.

No que diz respeito à relação de poder e o acesso dos negros a ele no Partido dos Trabalhadores, é importante analisar como Panebianco concebe uma organização partidária e, principalmente, como se dá a relação de poder nessa organização e sua distribuição interna. Diante disto, o autor examina com precisão o conceito de poder e como se estruturam os respectivos incentivos de participação. Apesar de uma escassa definição de poder organizativo dentro da literatura sobre os partidos políticos, o autor critica os dois modelos usualmente conhecidos na Ciência Política. A primeira crítica se refere à teoria da Lei de Ferro das oligarquias de Robert Michels, que destaca o poder como um grupo de líderes capazes de decidir e manipular as questões políticas internas e parlamentares. Segundo ele, existem alguns teóricos que não acreditam na existência de tal lei. Para esses, os líderes se organizam e atuam em concordância com a militância de bases, pois as decisões não passam de acordos negociados entre líderes e liderados.

O outro modelo utilizado e criticado por Panebianco são os partidos políticos ingleses Trabalhistas e o Conservador, como modelo de diferença de estruturação de poder. Nesses dois partidos, ressalta existem diferentes percepções de concentração de poder. Assim sendo, para uma corrente, num partido, o poder está concentrado nas mãos de um líder parlamentar, enquanto que para a outra está fragmentado. Para os primeiros, o líder dispõe de liberdade de decisão e de manobras políticas, enquanto que os segundos acreditam que os poderes dos líderes são atenuados nos grupos das militâncias das bases, que condicionam essa soberania.

²⁹ Idem, p.48.

Entretanto, embora o autor reconheça que os líderes dos partidos políticos dispõem de privilégios de poder e incentivos, o mesmo não simplifica a detenção de poder nas mãos de alguns poucos, como fez Michels. Ou seja, Panebianco (p.62) atribui aos liderados uma conveniência que justifica a ação política dos líderes, que se dá através de acordos mútuos. Não obstante, mesmo com as dificuldades assinaladas pelo autor, esse estudo de diferentes concepções de poder, torna-se imperioso para os propósitos dessa pesquisa.

Sabe-se que o poder dos negros nos órgãos internos do Partido dos Trabalhadores pode ser mensurado pelo grau de incentivos recebidos por eles nessa instituição. Panebianco, magistralmente, ressalta que a formação e a estabilidade das lealdades do eleitorado, dos filiados, dos militantes fiéis ocorre por intermédio da distribuição de incentivos coletivos ou seletivos. Todavia, aos líderes, cabe a obtenção de maiores incentivos ou, o que Panebianco denomina de intercâmbio desigual³⁰. A desigualdade no intercâmbio entre líderes e seguidores se justifica pelo fato de que, assim, os líderes têm maior liberdade de manobra e de participação. Além disso, para que os mesmos obtenham êxito nessa liberdade de manobra, os incentivos ganhos pelos liderados não podem ser facilmente substituídos. Isso significa que eles devem depender, para a sua sobrevivência, somente dos recursos disponibilizados pelo partido. A consequência desse fato é que, nesse jogo de poder, os liderados ficam fragilizados, ao mesmo tempo em que se fortalece o poder de manipulação dos líderes. Portanto, com esse desequilíbrio de forças, Panebianco quer dizer que, ao contrário do que previu Michels, que não existe uma relação de poder entre dominantes e dominados e, sim uma negociação de interesses. Logo, num determinado momento, essa relação será fortemente favorável aos líderes, em outro haverá uma negociação em que ambos ganharão. Assim afirma o autor sobre esse importante tema:

“No encontraremos nunca casos puros de uno o de outro tipo: los juegos de poder vertical que efectivamente se produzcan en los partidos, tendencém a colocar-se en un punto y outro del continuum, en funcion de las posibilidad de justitucion de los incentivos organizativos³¹”

As constatações de Panebianco, discutidas anteriormente, sobre relações de poder e os incentivos recebidos nas organizações são importantes para uma averiguação dos negros enquanto sujeitos que reivindicam poder no Partido dos Trabalhadores, à medida que esse segmento, enquanto constituído em núcleos ou secretarias, ao buscar a obtenção de cargos de poder nos governos desse partido, não obtém êxito, tendo em vista a ausência dos negros

³⁰ - PANEBIANCO, p. 64.

³¹ - Idem, p.81.

nesses postos nos dezesseis anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Isso pode significar que, enquanto grupo reunido em órgãos específicos, aos negros cabem, em uma negociação antecipada, apenas cargos de menor status.

Portanto, o estudo de Panebianco demonstra que o poder é assimétrico nas organizações e que, apesar de concentrar-se nas mãos de uma elite política, as tomadas de decisões, muitas vezes, vêm antecipadas por acordos prévios das bases organizativas. Segundo esse autor, o que ocorre nos partidos políticos é uma variedade de demandas internas, de acordo com os grupos que formam essa organização, cabendo, portanto, aos mediadores, garantir o equilíbrio nas distribuições dos recursos. Sendo assim, o grau de poder nos partidos políticos pode ser mensurado pela distribuição equânime dos incentivos e, nesse caso, os negros estariam muito mais associados aos que recebem incentivos coletivos pelo fato de estarem ausentes nos cargos de direção partidária e nos cargos de tomada de decisão nos governos desse partido.

1.3 EM RESUMO

Os pressupostos teóricos aqui destacados têm, portanto, a finalidade de permear a pesquisa empírica sobre os negros, enquanto sujeitos participantes do Partido dos Trabalhadores no que tange, exatamente, ao acesso ao poder desse grupo no interior dessa organização. Nesse aspecto, as categorias utilizadas como objeto de análise, tais como: oligarquias, organização, incentivos, relações de poder, líderes e liderados, entre outras, vêm para formular uma análise teórica, de modo a trazer para o estudo da Ciência Política um outro olhar e novos elementos relevantes acerca do tema poder e raça. Isso porque percebe-se que um segmento social, organizado no interior de um partido socialista, originário das bases sociais, reivindica poder e influência.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROTESTO NEGRO

A atuação dos movimentos sociais no cenário sócio-político das sociedades contemporâneas vem crescendo fortemente, para se contrapor à idéia consolidada de democracia de mercado como modelo regulador das relações sociais. Esses movimentos produzem os meios alternativos de participação política e inclusão social dos segmentos oprimidos e marginalizados do processo social. Ou seja, confirmam a realização de novas formas de identidades coletivas e abrangem o espaço na arena da representação política.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é analisar a importância dos movimentos reivindicatórios como representantes de grupos coletivos, bem como sua contribuição para a fomentação de políticas populares e para a transformação social. Sendo assim, esse estudo contemplará uma questão importante, a análise da participação dos movimentos sociais negros na política brasileira. Também será feita reflexão sobre a mobilização dos negros em momentos cruciais da política no Brasil, tendo como referencial o movimento pela Negritude originado na Europa. Finalizando, neste capítulo serão estudados os movimentos negros formados em Porto Alegre e suas contribuições para o protesto do negro brasileiro, bem como a tensão que se forma entre as atuações dos movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais e os limites de cada uma para a consolidação dos espaços democráticos.

Os movimentos sociais, basicamente, vêm se caracterizando, nos últimos tempos, como uma reinvenção das formas de fazer política que tentam transcender as arenas de cunho político-parlamentar ou partidário. Logo, adquiriram um compromisso referente à transformação social, inclusão e democratização dos espaços públicos. Nesse aspecto, tornaram-se influentes no decorrer dos anos setenta envolvendo os mais variados segmentos da sociedade (feministas, ecologistas, etnologistas). Sendo assim, cumprem dois objetivos: “repolitizar o desenvolvimento e reinventar a democracia participativa”.³²

³² REPOLITIZAR o desenvolvimento consiste em dar uma remodelagem nos aspectos daquilo que até então se entende como desenvolvimento que nada mais é, do que os cidadãos que estão na base da pirâmide social, acabem por encontrar o seu espaço na economia política. Portanto, repolitizar significa ir além disso, ou seja, um desenvolvimento pluralista na luta política para que todos atinjam os bens sociais.

É importante observar que, analisando-se os movimentos sociais, se está, ao mesmo tempo, discutindo o novo papel da sociedade civil frente às questões até então de obrigação do Estado. Nesse sentido, de acordo com Íris Young,

*a sociedade civil permite a emergência das esferas públicas, onde setores sociais diferenciados expressam sua experiência e formulam sua opinião. E, mais importante, a esfera pública permite que os cidadãos exponham as injustiças do Estado*³³.

A sociedade civil, ao gerenciar políticas de participação política e de melhorias no modo de vida, contrapõe-se ao papel do Estado que, em última análise seria o condutor das atividades de bem estar social. Assim, pelo fato da sobrecarga e da lentidão do Estado moderno, a sociedade civil torna-se o seu limitador.

Assim, na contemporaneidade, a sociedade civil adquire a função de implementar e de se responsabilizar pela totalidade da vida social, fazendo parte das mais diversas atividades, tanto do modo de vida, como associações reguladas ou mercados de transações. No entanto, como adverte Young:

*As instituições do Estado têm capacidades únicas para coordenação, regulação e administração em larga escala que, mesmo uma democracia funcional não consegue. Embora a sociedade civil esteja em tensão com essas instituições do Estado, um fortalecimento de ambas é necessário para aprofundar a democracia e acabar com as injustiças, especialmente aquelas que derivam do poder econômico privado: cada aspecto social, ou seja, Estado, economia e sociedade civil, pode limitar quanto dar suporte aos outros.*³⁴

Logo, é imperioso para os movimentos sociais perceberem que, mesmo ainda fragilizado, conforme sustentam alguns autores, o Estado possui um papel vital para a promoção da justiça e de políticas públicas redistributivas e que, portanto, devem trabalhar tanto na sociedade civil, como o Estado, para estreitar a ligação entre ambos e buscar o bem estar social.

Nesse sentido, é mister a observância de que, no mundo atual, a sociedade civil adquiriu um novo formato no que concerne a sua prática, ou seja, antes, nas décadas de sessenta e setenta, principalmente na América Latina, a luta era pelas liberdades civis e políticas renegadas pelos regimes militares ditatoriais. Na África do Sul, por exemplo, a luta era contra o regime segregacionista do “apartheid” que negava os direitos sociais, políticos e civis aos

REINVENTAR a democracia seria desfazer a noção de que participação política dos cidadãos se dá somente no âmbito dos direitos políticos de eleger seus representantes. Portanto, reinventar a democracia significa a participação dos cidadãos em todas as esferas do poder público, com autonomia nas tomadas de decisões. SHETH, D. Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SANTOS B. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 p. 103.

³³ YOUNG, Íris. Inclusion and democracy. New York: Oxford University Press, 2000 p.155

³⁴ Idem, p.156

negros, mesmo sendo a maioria da população. Dessa forma, atualmente, as reivindicações são pela abrangência da democracia e da promoção do bem estar social.

Sobre esse aspecto Andrew Arato e Jean Cohen³⁵ argumentam que os movimentos sociais podem constituir os elementos potenciais para o desenvolvimento da moderna sociedade civil. Devido a isso, portanto, os autores denominam os novos movimentos sociais como aqueles que chamam para si as responsabilidades radicais que independem do Estado. Para justificar a novidade dos movimentos sociais contemporâneos, esses autores analisam dois paradigmas a serem superados pelos novos movimentos sociais: mobilização de recursos e o dos novos movimentos sociais.

Para Arato e Cohen, no paradigma da mobilização de recursos, a organização e a racionalidade são pontos cruciais, pois, os sujeitos ou grupos agem racionalmente e, nesse caso, substituem uma multidão que é referência na análise da ação coletiva. O principal objetivo desse paradigma é a inclusão do maior número possível de atuantes na sociedade política. Por outro lado, o paradigma dos novos movimentos sociais, originário da Europa Ocidental, reprovava a idéia de que a ação coletiva deva ser feita através de acordos e acúmulos políticos, assim como sustenta que tal ação não se orienta por meio de um cálculo estratégico. Isso porque, para esse modelo, os agentes coletivos possuem identidades com aquilo que defendem e analisam, acima de tudo, a influência que os sujeitos da sociedade civil exercem sobre os da sociedade política. Ou seja, os novos movimentos sociais priorizam a identidade, as normas sociais e os modelos culturais dos sujeitos sociais, para que se obtenha o controle das instituições da sociedade civil, modelo proposto por Alain Touraine.

Diante disso, à guisa de uma conclusão sobre os movimentos sociais, pode-se que os mesmos correspondem, de fato, às novas potencialidades na promoção social e no bem estar de uma sociedade civil. Entretanto, é o Estado que possui responsabilidades que lhes são inerentes como a educação, alimentação, saúde etc. No desenvolvimento dessas atribuições, é comum ocorrer o atrito do Estado com os movimentos sociais. No entanto, é importante observar que, para uma consolidação da democracia, principalmente em países com fortes tradições de golpe de Estado, é necessária a presença constante tanto do Estado como da sociedade civil.

Além disso, torna-se importante aos movimentos sociais a atuação externa à política institucional, assim como é primordial a pressão política no sentido de influenciar governos para a implementação de políticas condizentes com as necessidades de um grupo social ou de

³⁵ ARATO, A. COHEN, J. Civil society and political theory. Cambridge: Mit Press, 1999 p.492

uma população. Nesse aspecto, assumem os movimentos um duplo papel: o defensivo, no sentido de construir com a sociedade apresentando alternativas de soluções para os problemas sociais, e o ofensivo no que tange à sua participação e influência nos governos, com o objetivo de desenvolver políticas sociais que venham a suprir as necessidades de seus cidadãos.

2.1 MOVIMENTO PELA NEGRITUDE NA EUROPA

Na busca pelo reconhecimento, identidade e promoção social, os movimentos dos negros pela Negritude na Europa e o Movimento Negro no Brasil se organizaram para contestar contra a ordem até então estabelecida e, a partir desse momento, traçar um novo patamar nas relações raciais dessas sociedades.

O movimento Negritude nasceu de um protesto intelectual de negros com formação cultural europeia que tomaram conhecimento da diferença de tratamento e da inferiorização que os europeus impunham à sua raça. O termo negritude foi empregado, pela primeira vez, por Aimé Césaire, em 1939, e para ele significava “o simples reconhecimento do fato de ser negro e a aceitação deste fato de nosso destino”. Para Sedar Senghor, significava “a soma total dos valores africanos”.

Esse movimento intelectual, social e político teve seu ápice na arte literária com a publicação da revista *Légitime Défense*, em Paris, em 1932. Porém, foi contestada pelos conservadores contemporâneos, não passando da primeira edição. Mais adiante, um outro grupo fundou o jornal *L'Étudiant Noir*, que se auto-intituiu como corporativo e combativo, tendo como objetivo o fim da tribalização do sistema de clãs em vigor no bairro latino.

O movimento pela Negritude, além de ser criticado pelos conservadores, passou também, posteriormente, a receber ataques combativos da ala mais radical, como foi o caso de Wole Soyainke, que dizia sobre o movimento: “O tigre não precisa proclamar sua tigritude”.

Portanto, era um movimento que vinha para se contrapor à ordem europeia estabelecida que, para se legitimar e cristalizar sua superioridade sobre o negro, recorria a subsídios econômicos, religiosos, científicos, sociais e políticos. No plano econômico eram eles os administradores do comércio, das indústrias e da exploração dos bens de produção e dos lucros; no religioso, acontecia através da conversão das almas negras, da educação e do encaminhamento ao mundo do opressor; no plano científico, a legitimação era feita por teses que consideravam os negros como raça inferior; no âmbito social e político, através de

estereótipos criados, enaltecendo os brancos e depreciando os negros, taxados como preguiçosos, feios, ladrões e fétidos.

Nos dias atuais, um outro aspecto importante em que o racismo age, sobre o negro, afetando sua auto-estima, de acordo com Kabenquele Munanga (1988, 27), é pela assimilação dos valores culturais do branco:

Esse processo ocorre através do embranquecimento sofrido pelo negro na tentativa de assemelhar-se ao opressor, para amenizar as formas preconceituosas e discriminatórias impostas. Sendo assim, o negro veste-se, alimenta-se, adora a música e passa a usar a linguagem e tudo o que for do opressor³⁶.

Sobre a questão da identidade, Conceição Chagas (1996, p.39) faz uma brilhante análise em sua obra “Uma identidade em construção” quando expõe, com propriedade, as dificuldades dos negros para a busca de sua identidade, devido ao estigma dentro e fora da família. A consequência disso é que ele absorve sentimentos de inferioridade e falta de auto-estima. Segundo Conceição, Goffman, outro estudioso do assunto, propôs três dimensões para se atingir uma identidade positiva: identidade social, identidade pessoal, identidade do eu.

A identidade social é a categoria e o atributo que os outros conferem ao indivíduo. A pessoal é o dado e o item biográfico. Já a identidade do eu é a concepção e o sentimento que o indivíduo adquire em relação a si.

Para conceituar identidade, Conceição recorre a Bomfim que afirma:

É o conjunto de características bio-sócio-psicológicas, que individualizam o sujeito, permitindo-lhe reconhecer-se e ser reconhecido como membro dos diversos grupos a que pertence e, através desses, da sociedade, inclusive. A identidade expressa-se no modo de ser, pensar, sentir, agir e interagir do sujeito, permitindo-lhe e permitindo-nos dizer quem ele é³⁷.

Como destacou Conceição Chagas, todos esses componentes não são encontrados nos negros, visto que a marginalidade racial no Brasil foi construída intencionalmente.

Segundo a autora, que trabalhou com um grupo de pessoas negras, a identidade é algo difícil de ser resgatada quando se tem uma baixa auto-estima, ocasionada pelos estereótipos impostos aos negros. Em função disso, propõe a autora uma intensa conscientização com o esclarecimento devido e correto da importância histórica do negro e a contextualização desses fatos.

Portanto, a Negritude, como um movimento social e político, vem para resgatar e reerguer a dignidade tirada dos negros, no sentido psicológico, cultural, moral e físico. Busca,

³⁶ MUNANGA, Kabenguele. Negritude: usos e costumes. São Paulo: Ática, 1988, p. 27.

³⁷ CHAGAS, Conceição. Negro uma identidade em construção. Rio de Janeiro: Vozes, 1996 p.39.

assim, resgatar suas raízes, combater os estereótipos dirigidos aos negros e, principalmente, fortalecer sua auto-estima. A partir disso, a intelectualidade negra se posiciona, passando a questionar e a enfrentar os postulados ideológicos do racismo.

Para encerrar é importante salientar que o movimento pela Negritude não surgiu em solo africano, mas no continente Europeu e no Americano. Os objetivos desse movimento visavam, entre outras coisas, protestar contra a ordem estabelecida, lutar pela emancipação de seus povos e pela transformação das relações sociais para uma civilização universal. Dentre esses quatro objetivos, o que merece mais destaque é o que se refere à identidade cultural, pois é a partir dela que ele resgata o amor próprio, o orgulho por sua cor e por sua pátria.

2.2 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E O PROTESTO NEGRO BRASILEIRO

George Andrews³⁸, num engenhoso estudo sobre o movimento negro em São Paulo, identificou quatro momentos na política brasileira em que houve uma mobilização política dos negros, sendo que em dois deles, essas ações políticas ocorreram externamente aos preâmbulos do Estado, o que se configurou num verdadeiro movimento de massas e conquista popular.

2.2.1 A Revolta Popular

O primeiro momento com essa característica, de acordo com o autor, foi o período da abolição da escravidão, em 1888, onde foram os negros que se insurgiram fazendo com que o Estado promulgasse o fim da escravidão. Esse movimento se deu através das fugas em massa, queima de plantações e luta física. É importante observar que, mesmo com o apoio dos abolicionistas, os negros foram os protagonistas desse movimento. Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de um dos editoriais dos jornais da época, que dedicavam aos negros e não ao Estado ou aos fazendeiros os méritos da libertação:

não fugissem os escravos em massa das fazendas, rebelando-se contra os senhores (...). Não fossem eles, em número superior a vinte mil, para o famoso quilombo de Jabaquara (na periferia da cidade de Santos), e talvez ainda hoje seriam escravos (...). (...) a lei de 13 de maio não foi mais que a sanção legal, para o poder não se

³⁸ ANDREWS, G. O protesto político negro em São Paulo (1888 a 1988). Revista de Estudos Afro-Asiáticos: Rio de Janeiro, 1991 p.40.

*desmoralizar de um ato que já estava consumado pela revolta em massa dos escravos*³⁹.

Portanto, esse movimento, na concepção de Andrews, foi considerado o mais sublime momento de movimentação das massas e revolta popular na história da política brasileira.

2.2.2 Frente Negra Brasileira

O segundo momento de mobilização política dos negros, de acordo com Andrews (p.31) refere-se ao período da fundação da Frente Negra Brasileira na conjuntura da revolução de 30. No Brasil, nessa época, o movimento Negritude trouxe em seu bojo os mesmos princípios do movimento europeu, observando-se, no entanto, que, para os africanos, devido ao processo de luta dos seus povos contra o colonialismo, o conceito, aqui no Brasil, teve que ser contornado e muitas vezes negado. A consequência desse fato foi que o movimento aqui ficou restrito a uma elite negra. Contudo, muitos grupos se organizaram de maneira independente para reivindicar o fim da marginalização a que era submetido o povo negro.

Particularmente, o final da década de vinte e início dos anos 30 foi marcado por enormes agitações na política brasileira. Isso se deve ao fato de que, pela Constituição de 1891, era vetado ao presidente da república suceder a si mesmo no cargo. O corolário disso é que, de quatro em quatro anos, ocorria uma acirrada disputa entre as oligarquias regionais pelo cargo maior da política nacional. Na tentativa de impedir que o então presidente Washington Luis elege-se como seu sucessor, o seu indicado Júlio Prestes, políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais formaram a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, em cujo programa constava a instituição do voto secreto, a justiça eleitoral, voto feminino e jornada de oito horas de trabalho.

Para os negros, a Aliança Liberal representava uma possibilidade concreta de seus ingressos na política do País. De fato, ao assumir o governo, Getúlio Vargas implementou uma política de industrialização e de crescimento econômico, que trouxe novas perspectivas aos negros brasileiros, conforme será visto no capítulo seguinte. Nesse cenário surgiu a Frente Negra Brasileira. Houve, portanto, um revigoramento generalizado dos negros quanto aos anseios políticos. Nesse sentido, George Andrews demonstra a empolgação em uma das reuniões dessa associação política:

a reunião de ontem à noite foi realmente notável, tanto do ponto de vista da assistência, que foi vultosíssima, quanto pelos discursos oferecidos (...) sente-se

³⁹ Apud ANDREWS, p.30.

*visivelmente uma consciência nacional, despertando entre os negros brasileiros, impelindo-os a uma participação mais direta na vida social e política do país*⁴⁰.

Os movimentos negros, assim chamados após o período do Brasil moderno de 1930, são responsáveis pela ruptura das “regras do conformismo social”, decorrente do mito da democracia racial, que nada mais é do que a “institucionalização dos sistemas de ações, ou seja, práticas, expectativas, sentidos e valores contidos no senso comum”.

Esses movimentos iniciaram na década de trinta e se caracterizaram pelo fortalecimento em momentos de fortes tensões no tecido social. Nessa época surgiu, por exemplo, a Frente Negra Brasileira.

A Frente Negra Brasileira foi a primeira entidade negra que contou com 60.000 associados em nível nacional, sendo esses do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Surgiu, inicialmente, como uma sociedade recreativa dos negros, com vários departamentos, entre eles: musical, esportivo, médico, cultural etc. Além disso, tinha preocupação com a formação da cidadania dos negros, oferecendo, para isso, cursos de costura, alfabetização, música e outros, além de possuir um forte jornal, A Voz da Raça.

Vale acrescentar que a idéia da construção de um partido político eminentemente negro já vinha desde o início dos anos vinte, devido à negligência dos partidos democratas e republicano com a causa racial. De acordo com George Andrews (1991, p.32), em 1929, o jornal O Clarim da Alvorada já reivindicava um partido dessa natureza em seu edital, sob o título “o negro deve ser político”. Para a construção de um partido político negro, os argumentos de Francisco Lucrecio, um de seus fundadores eram os seguintes:

*Cria-se um clube de futebol, o negro torce, veste a camisa do clube, acompanha tudo, estimula; cria-se um partido político, o negro participa, assina, contribui, vota nos candidatos apresentados pelo partido; criam-se movimentos religiosos, o negro entra para a religião, reza, pede, acompanha a comunidade religiosa. Mas nunca um negro assume a liderança nem no partido político, nem no clube de futebol, e nem na comunidade religiosa.*⁴¹

Nota-se, então, que havia uma predisposição generalizada dos negros, no que diz respeito à participação política e mesmo setores conservadores da imprensa negra, como o jornal O Progresso, saudaram positivamente a fundação do partido.

Entretanto, a Frente Negra Brasileira, como partido político, teve curta duração e três fatores concorrem para isso. Primeiro, um índice acentuado de analfabetos não permitiu eleger nenhum parlamentar fretenegrino. Em segundo lugar, a Frente Negra Brasileira se

⁴⁰ Apud ANDREWS, 1991 p.33.

⁴¹ BARBOSA, Marcio. Frente Negra Brasileira: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1988 p.58.

aliou ao Movimento Integralista⁴² que era simpático ao fascismo europeu e rejeitava a democracia liberal, adotando, inclusive, o seu lema “pela família, pelo país e por Deus” acrescentando “pela raça”. O terceiro fator é conseqüente do anterior, pois, à medida que a Frente se aliava com o integralismo, mais se afastava das classes populares e da classe média negra da sociedade paulista. Porém, com o advento da ditadura de Vargas, em 1937, e a extinção dos partidos políticos, a Frente Negra Brasileira não logrou êxito.

2.2.3 Cultura como Movimento

O terceiro momento de mobilização política dos negros, diz respeito ao período após o fim do Estado Novo, em 1945. Essa fase foi marcada pelo contundente crescimento econômico implementado por Vargas durante a ditadura, o qual fez com que desenvolvesse a indústria, gerando o aumento da força de trabalho. Conseqüentemente, os negros foram incluídos nessa força de trabalho e começaram a participar dos movimentos operários e dos partidos políticos. Esse “boom” na economia fez com muitos negros fossem alçados à classe média e obtivessem melhores níveis de educação, o que os credenciava como eleitores nas eleições. Diante disso, os negros foram incorporados nos partidos populistas e nos sindicatos atrelados ao Estado, porém, acabaram perdendo a capacidade de mobilização política.

Tendo em vista o fato de os negros terem perdido sua capacidade de mobilização política por estarem participando da política institucional, restou-lhes a atividade cultural. De fato, o período que se iniciou com a redemocratização do Brasil, em 1946, foi marcado pela valorização da cultura brasileira e por um projeto nacionalista de economia. Para os negros, esse projeto de nação proporcionou-lhes, além de inserção no mercado de trabalho, uma maior visibilidade da tradição cultural de matriz africana ou luso-brasileira, como a capoeira, o candomblé, o samba, a culinária, o barroco colonial de Pernambuco etc. Nessa conjuntura, portanto, surgiram duas organizações culturais negras: a Associação Cultural do Negro e o Teatro Experimental do Negro.

A Associação Cultural do Negro foi fundada em 1954, em São Paulo, por Geraldo Campos de Oliveira. Possuía uma direção executiva, com oito membros, e 28 conselheiros, sendo que os departamentos dividiam-se no cultural, esportivo, feminino e estudantil. Em 1958, essa instituição realizou um extenso programa comemorativo aos 70 anos da abolição da escravidão, tendo como participantes intelectuais como Florestan Fernandes, Carlos Burlamaqui, ao lado de negros como Abdias do Nascimento, Solano Trindade e outros. Essa

⁴² ANDREWS, p.34.

associação perdeu a unidade de seus integrantes pelas divergências quanto ao projeto político para o negro brasileiro perdurando até o final dos anos setenta, porém, atuando, nessa época, como uma estrutura assistencial.

O Teatro Experimental do Negro, por sua vez, surgiu em 1944 tendo como fundadores Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos. De caráter eminentemente cultural, o objetivo do TEN era apresentar o movimento pela negritude de forma consciente, através das artes cênicas, aos negros brasileiros, ao mesmo tempo em que elevava a auto-estima dos mesmos. Ao criticar o imperialismo europeu e o norte americano e propondo uma Ciência Social voltada para realidade brasileira, Ramos e a ideologia do Teatro Experimental do Negro se identificavam com a política nacional da época. Entretanto, para Clovis Moura, esse movimento imprimiu um corte elitista nas suas atividades, afastando-se, portanto, da comunidade negra marginalizada nas favelas.

No que se refere à mobilização dos negros, Andrews (p.36) concluiu que, nesse período de forte conotação artística e cultural, não houve um protesto político negro pelo fato de que esse movimento não interferiu no sistema político-partidário do país com relação ao tema racial. No entanto, para Guimarães, esse período também simbolizou o protesto político por que: *Guerreiro Ramos transforma a negritude em assunção de uma identidade nacional brasileira livre dos complexos de inferioridade deixados pela colonização portuguesa*⁴³.

2.2.4 Movimento Negro Unificado

A década de setenta foi marcada pelo recrudescimento aos movimentos de oposição ao regime militar, ao mesmo tempo em que os generais tiveram como preocupação primordial, no aspecto político, reformular o sistema, de modo a torná-lo imune aos anseios populistas e, no plano econômico, tornar o Brasil moderno e industrializado. Tiveram sucesso na segunda intenção, pois o crescimento da economia foi acima de 10% ao ano, entre 1968 e 1974, tornando o País a sétima economia do mundo. Porém, esse crescimento, no entanto, foi orientado desordenadamente, pois somente as classes médias e altas usufruíram dele, ou seja, 20% da população brasileira.

Portanto, foi nesta conjuntura que os negros de classe média, com nível de educação superior e, mesmo aqueles com o nível secundário, se mobilizaram para protestar contra sua exclusão social por práticas de racismo. Nasceu então, o Movimento Negro Unificado,

⁴³ GUIMARÃES, A. A questão racial na política brasileira. São Paulo: Revista de Sociologia da USP Tempo Social, 2001, V.13, num.2, p.132

inspirado nas idéias libertárias dos países africanos de língua portuguesa, tendo como referência os grupos de direitos civis dos Estados Unidos da América. Sua concretização ocorreu após um ato público em São Paulo, reunindo mais de três mil negros nas escadarias do teatro municipal para protestar contra a morte de Robson Silveira da Luz por policiais, contra a expulsão de quatro atletas negros do Clube de Regatas Tietê e contra a morte de Nilton Lourenço, um operário negro. Nesse ato, foram oradores Clóvis Moura (Rebeliões na Senzala, Raízes do protesto negro, Sociologia do Negro Brasileiro e outros), Abdias do Nascimento e Milton Barbosa.

O programa inicial do Movimento Negro Unificado tinha como objetivos a luta contra a discriminação racial, a busca pela emancipação política, econômica e cultural do negro e um estreitamento nas relações com as camadas mais pobres da sociedade. O movimento, não obteve sucesso nesse aspecto, entretanto, no plano político, conquistou influências vitoriosas, devido à reforma partidária em 1979. Nas palavras de George Andrews,

*como os recém criados partidos de oposição estivessem competindo por apoio eleitoral, eles dirigiram particular atenção a esse, florescente movimento negro, inserindo princípios anti-racistas em suas plataformas e criando grupos de trabalho e comissões especiais para investigar os problemas raciais no Brasil.*⁴⁴

Salienta-se que o Movimento Negro Unificado, nos últimos anos, é apenas uma entre tantas organizações que surgiram na sociedade brasileira e, devido a isso, as demandas e reivindicações foram desmembradas. Acerca dessa questão, Antonio Sergio Guimarães argumenta:

*De fato, o movimento negro recente trouxe para a cena brasileira uma agenda que alia política de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), política de identidade (racialismo e voto étnico), política de cidadania (combate à discriminação e a afirmação dos direitos civis dos negros) e políticas redistributivas (ações afirmativas ou compensatórias)*⁴⁵.

Logo, essa variedade de demandas fez com que ocorresse uma heterogeneidade do movimento negro brasileiro, onde os programas se dissiparam e suas principais lideranças se distanciaram.

Um outro motivo que pode ser o responsável pela heterogeneidade do movimento negro e, conseqüentemente, o seu arrefecimento foi o discurso hegemônico, por vários anos, da ideologia da democracia racial. Esse termo foi cunhado, inicialmente, pelo sociólogo Gilberto Freire, para designar a existência fraterna entre as raças branca, negra e indígena, ao mesmo tempo em que queria também justificar o luso-tropicalismo português. A partir dessa dedução

⁴⁴ ANDREWS, p.37.

⁴⁵ GUIMARÃES, p.135.

do autor, passou-se considerar o problema do negro brasileiro como consequência das condições sociais vivenciadas na sociedade brasileira. O corolário disso foi que os próprios negros passaram a ser cúmplices por sua condição social. Para Clovis Moura (1985, p.95), o objetivo de Freire era justificar o colonialismo de Portugal e assegurar que os portugueses eram simpáticos aos negros e que, portanto, poderiam se misturar com as outras raças e democratizar a colônia. Diz Moura:

Essa teoria foi criada para justificar o colonialismo de Portugal e apresentar como idílica a escravidão que existiu no Brasil que, para Gilberto Freire, foi muito mais benigna, paternal, protetora, compreensiva e humanitarista do que o trabalho livre que a substituiu⁴⁶.

Todavia, num outro artigo, Guimarães (2001, p.148) retira parte da responsabilidade de Gilberto Freire sobre a cunhagem do termo democracia racial. Para Guimarães, essa locução no Brasil foi utilizada, em primeiro lugar, por aquele que mais combateu essa ideologia, Abdias do Nascimento, no 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950:

Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia e da sociologia, numa bem delineada doutrina da democracia a servir de lição que é complexa, conforme é o nosso caso⁴⁷.

Consoante Guimarães, Freire se referiu somente a uma certa democracia étnica, em 1944, numa conferência em Indiana, nos Estados Unidos da América. No entanto, segue o autor, o paraíso racial defendido por Freire já era exaltado antes mesmo do surgimento da sociologia, conforme referiu Célia de Azevedo, em 1850 ou ainda Quentin, em 1867, e Hellwig em 1910.

O Movimento Negro Unificado, portanto, representou, no final dos anos 70, a retomada do processo político pelos movimentos de base da sociedade. Ou seja, uma conquista popular, somente perdendo para a mobilização dos negros no período pré-abolição, como foi visto anteriormente. Aliás, foi tão forte e marcante o viés político implementado pelo Movimento Negro Unificado, que os partidos políticos aderiram ao tema racial para obterem apoio eleitoral dos negros.

Andrews (p.39) concluiu, em sua pesquisa, que o movimento dos anos oitenta sofreu o mesmo processo da Frente Negra Brasileira, ou seja, deixaram de lutar pelas questões dos negros para envolverem-se com o Integralismo, enquanto que o Movimento Negro Unificado deixou num segundo plano a questão racial para ser um movimento de esquerda. Essa

⁴⁶ MOURA, C. Brasil: as raízes do protesto do negro. São Paulo: Global, 1985 p.93.

⁴⁷ GUIMARÃES, A Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. São Paulo: Novos Estudos, 2001, p.148.

constatação é importante, visto que, atualmente em Porto Alegre, os militantes do Movimento Negro Unificado são, na sua maioria do Partido dos Trabalhadores.

2.3 MOVIMENTO DE PROTESTO NEGRO EM PORTO ALEGRE

Para analisar os movimentos sociais e populares em Porto Alegre, mesmo que resumidamente, e entender por que o grupo Palmares, um movimento de negros surgido nos anos 70, tornou nacional a reivindicação do dia 20 de novembro como o dia da consciência negra, em detrimento do dia 13 de maio, deve-se levar em conta a tradição do associativismo e dos movimentos populares peculiares da capital do Rio Grande do Sul. De fato, essas experiências surgiram nos anos 50, com a implementação de várias associações de moradias e, a seguir, com a constituição da Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros (FRACAB).

2.3.1 Grupos Palmares

Em Porto Alegre, um dos movimentos de protesto que se destacou foi o Grupo Palmares, no início dos anos 70, sob a liderança do poeta e professor Oliveira Silveira. Esse grupo surgiu com o objetivo de resgatar e desenvolver os aspectos culturais da população negra porto-alegrense. Nesse sentido, ainda nos primórdios de sua atividade, com o intuito de reverenciar alguns personagens negros que tiveram importância na história, realizaram alguns seminários para homenagear Luís Gama e José do Patrocínio, tendo como local a Sociedade Floresta Aurora onde ocorria uma celebração para enaltecer Palmares, o quilombo onde se refugiavam os negros escravos que buscavam liberdade e condições sociais dignas. Esse seminário foi realizado no Clube Náutico Marcílio Dias, situado na avenida Praia de Belas quase esquina José de Alencar.

Todavia, a questão nevrálgica que mobilizava o grupo era a data oficial da comemoração da abolição da escravidão no Brasil, que era o dia treze de maio. Segundo seus expoentes, essa data não representava a emancipação dos negros, visto que a Coroa portuguesa agiu assim por imposição dos países exportadores de seus produtos, que necessitavam de mercados livres e de assalariados. Sendo assim, os negros saíram da condição de escravo, mas foram excluídos de qualquer processo social e econômico. Diante disso, para o Grupo Palmares, a data que melhor representaria a luta e a liberdade dos negros

era o vinte de novembro, dia da morte de seu maior líder, Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1695. Logo, o grupo passou a reivindicar tal data e, para isso, baseou-se nos estudos de Edson Carneiro, negro brasileiro, em sua obra “O Quilombo dos Palmares”, de 1947, e na obra “As guerras nos Palmares”, de Ernesto Ennes, branco português. O Grupo Palmares manteve sua atuação até 1986, quando passou a fazer parte do Movimento Negro Unificado.

2.3.2 Maria Mulher – Organização de mulheres negras

O grupo de mulheres negras, denominado Maria Mulher surgiu no dia 08 de março de 1987, na cidade de Porto Alegre, numa conjuntura em que prevaleciam, no pensamento político do movimento negro brasileiro, as teorias marxistas baseadas na eterna luta de classes para designar os problemas da sociedade. A díade raça e classe passou a ser prioridade nos debates desses movimentos. Dessa forma, esse grupo de mulheres pautou em suas reivindicações que as especificidades das mulheres negras fossem garantidas e observadas atenciosamente pelo movimento negro e pelos partidos políticos, tendo em vista que essa questão era tratada em conjunto com o problema do negro.

Inicialmente, a ação política do grupo Maria Mulher era baseada na conscientização étnica dos negros e negras da sociedade, bem como denúncias de atos de racismo sofridos pelos mesmos. O grupo mantinha a publicação bimestral de um boletim informativo com temas de relevância para a comunidade negra. Além disso, eram mencionados os eventos a serem realizados sobre a questão racial, assim como denúncias de atos de racismo vivenciados pelos negros na sociedade gaúcha. É o caso, por exemplo, do assassinato, por policiais da Brigada Militar, do operário negro Julio Cezar de Mello Pinto, no dia 14 de maio de 1987, o qual ficou conhecido na imprensa de Porto Alegre como o caso do homem errado, pelo fato dos policiais terem alegado que haviam enganado-se quanto à pessoa a ser presa. Na ocasião, o grupo Maria Mulher participou ativamente, em conjunto com outras organizações negras, no sentido da denúncia por discriminação racial e na busca pela justiça. Nesse caso, esse era um dos informes do boletim:

*O dia 18 de dezembro de 1987 é uma data histórica para a comunidade negra de Porto Alegre e do Brasil. Nesse dia, ocorreu o julgamento dos oficiais, cabos e soldados da Brigada Militar que assassinaram, no dia 14 de maio de 1987, Julio Cezar de Mello Pinto, 30 anos, operário negro, sem antecedentes criminais. (...) Na verdade, houve dois julgamentos: um no fórum e outro nas ruas, onde a população, em urnas improvisadas pelo movimento negro, julgava os assassinos de Julio Cezar. Participaram do júri do povo 908 pessoas, das quais 904 condenaram os policiais assassinos e apenas 4 os absolveram. (...)*⁴⁸.

⁴⁸ MULHER M. Boletim informativo n. 2, 1987.

A partir de 1998, a Maria Mulher começou a desenvolver trabalhos de atendimento e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica em uma determinada região de Porto Alegre. Esse trabalho tinha como finalidade a recuperação da auto-estima dessas mulheres, bem como a construção de sua cidadania. Em 1999, a organização também desenvolveu um trabalho de atendimento a meninas e adolescentes vítimas de abuso sexual, fornecendo, num primeiro momento, um atendimento psico-terapêutico e, a seguir, esclarecimentos sobre os procedimentos a serem tomados em relação a denúncia de abuso sexual. É importante observar que essas duas políticas foram financiadas ou pelo poder público ou por empresas privadas. Essa organização, portanto, a partir da metade dos anos 90, vem atuando na efetivação de políticas onde o Estado não se faz presente ou, se faz, de modo pouco eficiente. Ou seja, atua como sujeito político ao invés de ser organizadora para que a comunidade seja o agente político.

Dessa forma, verifica-se que, a intensa militância e organização dos movimentos sociais negros em Porto Alegre, que fez com que surgissem fortes mobilizações e contestações políticas, é conseqüência da tradição dos movimentos populares já experimentados nessa cidade nos anos 40.

Cabe ressaltar que foram trazidos dois exemplos de movimento social, porém, outros poderiam ser citados, como aqueles que se destacavam como veículos de informação sobre a questão racial para a comunidade negra, como o trabalho da revista *Tiçõ*, criada por um grupo de intelectuais negros em 1977, que foi referência para o centro do país e para os formadores de opinião local a partir de uma reportagem sobre a existência de uma colônia africana no bairro Rio Branco em Porto Alegre. Além desse, o *Folhetim do Zaire* foi outro importante instrumento de comunicação da comunidade negra.

Portanto, apesar do movimento social negro se encontrar, atualmente, em fase adormecida, como o restante dos movimentos sociais brasileiros, foi possível notar que, nos momentos desfavoráveis, esses grupos, em Porto Alegre, se mobilizaram e produziram resultados significativos no sentido da denúncia e das proposições de políticas de inclusão. No entanto, parece provável que a cooptação pelos partidos políticos do tema e dos militantes do movimento negro, somada à heterogeneidade de suas ações políticas, vem contribuindo para uma certa paralisia dos movimentos sociais de negros.

Nos últimos anos, tem se propagado a idéia de que o modelo vigente de Estado encontra-se enfermo, devido à crise fiscal que o atingiu por causa do esgotamento da estratégia de industrialização por substituição de importações, a qual impôs a esse Estado uma

forte intervenção na economia. Devido a isso, o Estado tem um fraco desempenho nos setores sociais e econômicos, por exemplo. No que tange ao aspecto social, paralelo a essa transformação que vem experimentando o Estado, novas formas de organização da sociedade e, novos espaços de esfera pública vêm tentando responder às demandas para políticas sociais inclusivas e de participação política. Ora auxiliando os movimentos sociais, ora substituindo-o, é nesse cenário que prosperaram desde os anos 90, no Brasil, as Organizações Não Governamentais (ONGs).

As Organizações Não Governamentais existem praticamente desde 1946, através da Ata de Constituição da Organização das Nações Unidas e nada mais são do que entidades civis sem fins lucrativos, que prestam serviços para a coletividade.

Essas organizações num primeiro momento eram responsabilizadas pelos trabalhos de educação popular junto às comunidades carentes, trabalho esse, proveniente do caráter voluntário. Isso significa que as mesmas romperam com as formas tradicionais de relacionamento com o poder e buscando autonomia em relação ao Estado.

Todavia, com a crise do Estado, a valorização do mercado e o crescimento acentuado dos problemas sociais, as Organizações Não Governamentais, apontam para uma prática de luta e defesa de interesses dos mais variados segmentos que buscam reconhecimento na sociedade, ou seja, negros, mulheres, homossexuais ou por políticas distributivas, como moradia, esporte. Sendo assim, elas acabam substituindo o papel do Estado como gestor de políticas sociais, ao mesmo tempo em que busca nos movimentos sociais a ação política e mobilizadora. Isso se deve ao fato de que as Organizações Não Governamentais são destituídas de envolvimento partidário. Assim, como mantêm financiamentos de empresas públicas e privadas para pesquisas e projetos sociais, terminam sendo interlocutores de governos e empresas com a sociedade civil, visto que não representam ameaça política, ao contrário dos movimentos sociais.

Portanto, pode-se supor que as Organizações Não Governamentais, ao se estabelecerem como intermediárias entre sociedade civil e Estado ou empresas privadas, acabam desmobilizando os cidadãos quanto a uma reflexão crítica de visão de mundo. Além disso, minam a criatividade dos agentes populares, que foram substituídas pelo financiamento ou doações. Assim, essas organizações deixam adormecidos os ímpetos críticos e políticos dos agentes sociais.

2.4 EM RESUMO

Neste capítulo, verificou-se que a contemporaneidade dos movimentos sociais remete ao compromisso de pressionar o Estado na agilização para implementar políticas públicas de promoção e bem estar social. Esses movimentos trazem consigo a responsabilidade e os potenciais positivos para um novo aprimoramento da sociedade civil. Entretanto, um fortalecimento da sociedade civil condiz com uma inevitável tensão dessa com o Estado, o que significa que o fortalecimento de ambos corroboraria para o aprofundamento democrático, bem como a diminuir as injustiças sociais.

Entretanto, como pôde ser analisada, a atuação dos movimentos sociais vem sendo reprimida ou, em muitos casos, substituída pelas Organizações Não Governamentais (Ongs). Isso porque essas instituições, uma vez que incorporam as responsabilidades que seriam do Estado para implementar políticas sociais, acabam, em parte eximindo-o de suas obrigações. A consequência desse fato é que as Organizações Não Governamentais passam a ser sujeitos da ação política e, com isso, desmobilizando os cidadãos quanto a uma contestação política. Todavia, não há incompatibilidade na atuação dessas duas instituições, visto que complexidade das sociedades modernas exige, ao mesmo tempo, a intervenção no Estado no sentido de pressionar pela busca de soluções para os distúrbios sociais, quanto a uma emergente efetivação de políticas sociais que venham a dar conta para redução das mazelas sociais.

No que tange aos movimentos sociais negros, pode-se perceber que os mesmos obtiveram um maior grau de mobilização política nos momentos em que os negros sofreram exclusão social. Nesse aspecto, vale ressaltar, em primeiro lugar, o período da abolição da escravidão, em que foram os negros os partícipes da movimentação de massas, embora tivessem o apoio dos abolicionistas. O segundo momento foi o crescimento do movimento negro no final da década de setenta, tendo em vista a forte exclusão social, econômica e racial sofrida pelos negros face ao modelo econômico adotado na época. Porém, nos momentos em que o Estado respondeu, mesmo que infimamente, às demandas da população negra, houve um arrefecimento na mobilização política dos movimentos negros. Dessa forma, o exemplo a ser trazido é o período pós-revolução de 30, quando a política de desenvolvimento industrial implementada por Vargas inseriu os negros na força de trabalho. Um outro momento de desmobilização dos movimentos sociais negros pode ser considerado o período após o término do Estado Novo, em 1945, ou seja, em que os negros ainda se beneficiavam pela

mesma política, participando de partidos políticos ou de sindicatos. Nessa época, foi intensa a movimentação exclusivamente cultural.

Nos dias atuais, o fato de o Estado estar respondendo, mesmo que pifiamente, aos anseios políticos dos movimentos sociais negros, auxiliado pela atuação das Organizações Não Governamentais que dão assistência às populações marginalizadas, pode ser um dos motivos da apatia dos movimentos negros contemporâneos. Isso significa que o Estado vem respondendo com políticas redistributivas, como as cotas para o acesso de negros nas universidades e nos cargos públicos, assim como as políticas de reconhecimento e de cidadania vêm sendo desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais, relativas à questão racial. Soma-se a esses fatores o fato de que os partidos políticos se apropriaram do tema racial para discussão no seu interior, o que faz com que os negros participem deles mais ativamente, em vez dos movimentos sociais de suas especificidades.

Portanto, partindo do princípio de que a intensa e vitoriosa mobilização dos movimentos de protesto negro foi articulada externamente aos arcabouços institucionais do Estado e, somando-se a isso o fato da jovialidade da participação desse segmento em grupos organizados no interior dos partidos políticos, pode-se explicar a incipiente força política dos negros quando se organizam para obterem poder político nessas agremiações. Não obstante, pelas características assumidas pelo Partido dos Trabalhadores, os capítulos que se seguem demonstram a dificuldade desse partido no trato da questão dos negros e o poder.

3 OS NEGROS NOS PARTIDOS E O COMPORTAMENTO POLÍTICO.

A participação do negro na política institucional do Brasil vem sendo, desde os primórdios da República, renegada pela presença constante e aguda do racismo na sociedade brasileira. Esse racismo é metamorfoseado e atenuado por aquilo que se convencionou chamar, nas Ciências Sociais, de democracia racial, o que vem caracterizando as relações raciais dessa sociedade e que, por isso, faz com que esse conceito se torne político. Assim, o objetivo desse capítulo é analisar a participação ou ausência dos negros nos partidos políticos. Também será avaliada a presença política desse segmento étnico, quando se reúne em grupos, para influenciar no interior dos partidos políticos, tendo como direcionamento, o Partido dos Trabalhadores. Além disso, será abordado o comportamento político dos negros, no sentido de averiguar se o modo como votam brancos e negros, no Brasil, corresponde às desigualdades sociais vivenciadas entre os mesmos na sociedade brasileira. Particularmente, essa abordagem é importante no intuito de avaliar as candidaturas dos militantes negros do Partido dos Trabalhadores, que utilizam discursos eminentemente raciais em suas plataformas políticas. Por último, essa discussão confluirá para uma análise da participação dos negros militantes do Partido dos Trabalhadores nos processos eleitorais do município de Porto Alegre.

Estudos mostram que os partidos políticos brasileiros sempre dedicaram uma pífia atuação no que se refere às questões raciais do negro no Brasil. Nos primórdios da república, essa discriminação era fortemente presenciada na prática dos partidos. Nesse aspecto, vale ressaltar que, nessa época, a república absorveu e difundiu com maestria as idéias científicas de racismo e da ordem natural das coisas e, com isso, tentou transformar o Brasil na “belle époque tropical”. De acordo com George Andrews,

parte importante dessa campanha nacional era uma tentativa consciente de substituir a população mestiça brasileira por uma população branqueada e fortalecida por imigrantes europeus. O governo federal fez da promoção da imigração européia um de seus principais objetivos em matéria de políticas públicas e o governo de São Paulo investiu milhões de dólares num programa

*destinado a trazer europeus para o estado, subsidiando suas passagens marítimas até Santos*⁴⁹.

É imperioso, ainda, observar que da gênese republicana, até os anos 30, o número de analfabetos correspondia a dois terços da população, que era, na sua maioria de negros. Portanto, os negros sofriam uma discriminação política, social, econômica e cultural. Política, pela exclusão nos sufrágios e outros tipos de participação política. Social, porque envolviam estereótipos criados em face da teoria do embranquecimento. Econômica, pois preteridos do trabalho em detrimento dos imigrantes. E, finalmente, cultural, porque se enraizou no imaginário da sociedade uma suposta inferioridade dos negros.

Paralelo aos problemas dos negros no final da primeira república, a classe média e a agrária também enfrentavam dificuldades: a primeira reclamava por maior liberdade política e sua exclusão do poder; a segunda era prejudicada por uma política que privilegiava somente os grandes produtores. Porém, esse mesmo segmento, descontente e discriminado, que colaborou para fundar o Partido Democrático, não foi sensível à causa dos negros e não fez qualquer esforço no sentido de arregimentá-los para suas alas. A consequência desse descaso, tanto do Partido Republicano, quanto do Partido Democrático, levou os negros a apoiarem a Aliança Liberal e a revolução de 30. Andrews assim justifica esse apoio:

*Os negros tinham uma razão particular para se juntarem à agitação contra República. Além de favorecerem abertamente a classe dos fazendeiros, cujo interesses estavam em conflito direto e freqüente com os recém libertos, República havia abraçado as doutrinas do racismo científico e do darwinismo social e lançara o Brasil numa campanha nacional destinada a transformá-lo de colônia atrasada em belle époque tropical”, uma sociedade européia transplantada para os trópicos*⁵⁰.

Além disso, o autor também se baseou no crescimento da participação política dos negros para os mesmos apoiarem a Aliança Liberal: “um ano depois e a seguir uma série de comícios com bom comparecimento, eles haviam organizado a Frente Negra Brasileira, partido político que rapidamente se espalhou pelo estado de São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul”⁵¹.

Com a acelerada política de industrialização implementada por Getúlio Vargas, houve um rápido crescimento econômico do país e, conseqüentemente, fez com que aumentasse também a força de trabalho. O corolário disso foi a geração de empregos aos negros que até

⁴⁹ ANDREWS, G. O protesto político negro em São Paulo. In: Revista estudos Afros asiáticos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991p.32

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Idem, p.32.

então estavam às margens da economia, dando, inclusive, condições de capacitação da mão de obra através de cursos profissionalizantes. Assim, os negros se habilitaram para concorrer em condições iguais com os imigrantes. Para Andrews, essa inclusão dos mesmos na força produtiva da economia teve conseqüências políticas imediatas:

Em primeiro lugar, ao reduzir as antigas barreiras à participação negra na economia industrial, diminuiu consideravelmente o ressentimento da população de origem africana. Em segundo lugar, ao filiar os trabalhadores negros ao movimento operário controlado pelo Estado, integrou os afro-brasileiros no sistema político do país de uma forma nova e sem precedentes⁵².

Diante das considerações acima, pode-se notar que houve um assédio por parte dos partidos populistas, (Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Progressista, além do Partido Comunista) aos negros, visto que, tinham se tornado um grande poder de voto, apesar da ainda da baixa escolaridade que estava sendo amenizada pela atuação dos sindicatos. Essa cooptação trouxe como conseqüências uma freada brusca no sentimento de mobilização política dos negros e, remetendo-os apenas, às atividades culturais nos anos cinquenta e no início dos anos sessenta. Sendo assim, a institucionalização da mobilização da ação dos negros acabou reduzindo-lhes o senso crítico da necessidade de um movimento negro político. Em 1964, com o golpe militar, esses movimentos e os partidos políticos diminuíram suas ações.

Com o processo de abertura política e de redemocratização a partir de 1979, com o objetivo de enfraquecer o partido da oposição, ou seja, o Movimento Democrático Brasileiro, os militares, que controlavam o partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional, decretaram o fim do sistema bipartidário e a liberação do multipartidarismo, no sentido de fragmentar a oposição. Logo, os partidos de oposição que surgiram a partir desse momento, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), passaram a incluir a questão racial em seus programas, aproveitando o momento de evidência desse tema, protagonizado pela intensa atuação do Movimento Negro Unificado, conforme visto anteriormente. É importante a observação de que os partidos passaram a criar núcleos, comissões e conselhos⁵³, relativos à questão racial.

⁵² Idem, p.35.

⁵³ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao vencer o governo de São Paulo, em 1982, criou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; em 1986, o partido se reelegeu e instituiu a Secretaria Especial de Relações Sociais, dirigida por um negro. No plano federal, em 1984, a Secretaria de Cultura iniciou o Projeto Zumbi, que envolvia palestras, concertos, exposição de artes, programas de rádio e TV no mês de novembro. Em 1985, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra distribuiu jornais gratuitamente nos bairros pobres da cidade de São Paulo sobre essa temática. A campanha da

Dessa forma, verifica-se que os negros começaram a participar da política institucional, ainda que lentamente, somente com o advento da era Getúlio Vargas, em 1930. Antes disso, esse processo foi marcado por um racismo incondicional contra os negros, não somente na matriz política, como também social, econômica e cultural. Com a política de crescimento econômico adotada por Vargas, os negros foram incluídos na vida produtiva do país, fazendo emergir uma nova classe média negra com disponibilidade para discutir as questões raciais e, inclusive, funda um partido político, a Frente Negra Brasileira ou, posteriormente, participar dos partidos populistas como o Partido Trabalhista Brasileiro. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, os partidos políticos foram fechados e a Frente Negra Brasileira se dissolveu passando os negros a atuarem, no final dos anos quarenta, com a abertura do sistema partidário e, na década de cinquenta, mais em atividades culturais, visto que as questões políticas tinham sido absorvidas pelos partidos políticos. Em 1964, com o golpe militar, novamente são fechados os partidos políticos. Com a reinstauração da democracia, nos anos 80, tendo em vista a emergência dos movimentos de protesto negro, os partidos políticos passaram a incorporar as questões dos negros em seus programas. Portanto, em dois períodos de efervescência da consciência étnica dos negros, os partidos políticos se apropriaram desse tema e arrefeceram a luta política dos negros.

3.1 GRUPOS ORGANIZADOS NOS PARTIDOS POLITICOS

Na Ciência Política brasileira ainda é incipiente o estudo de grupos organizados (gênero, homossexuais e etnia) nos partidos políticos. No entanto, em alguns partidos, encontram-se grupos intensamente articulados ou, por gênero, ou por etnia discutindo suas peculiaridades e propondo ações políticas nos seus respectivos governos.

Para a cientista política Céli Pinto, grupos oprimidos que se organizam no interior dos partidos correm o risco de perder sua identidade em favor de outras causas de interesse do partido. Assim argumenta a autora:

(...) Se por um lado, os partidos políticos não podem se furtar de considerar as potencialidades eleitorais de sujeitos constituídos no interior dos movimentos sociais, por outro, esses sujeitos são inevitavelmente reconstituídos quando em contato com os partidos, na medida em que, incorporando-se a eles, assumem

*clivagens distintas das que os formaram enquanto sujeito no interior do movimento sócia (...)*⁵⁴.

Segundo a autora, os grupos terão maiores chances de obterem espaços na disputas partidárias se menores forem suas identidades. Caso isto não ocorra, acabarão se isolando em grupos sem influência no partido, ocorrendo uma “guetização” nas palavras da autora. Essa análise é pertinente e faz remeter a uma reflexão sobre a ação do Núcleo de Negras e Negros e, principalmente, entender a adesão dos militantes negros pelas Tendências Políticas internas, em detrimento de setores organizados desse segmento.

Céli Pinto, com isso, levanta duas questões elementares para os propósitos desse trabalho, sobre participação e representação referentes à participação das mulheres que podem servir como parâmetro para o caso dos negros:

*Primeiro: o campo da política institucional é problemático pela dificuldade de candidaturas de sucesso que se articulem em torno das questões referentes aos direitos da mulher (...). Segundo: (...) a crise de confiança nas instituições e na representação (...) cria espaço para que a participação fora dos limites do campo da política stricto sensu constitua sujeitos mais eficazes, considerando a auto-imagem de eficácia como os resultados de participação fora do espaço da política institucional*⁵⁵.

Diante das afirmações acima, pode-se fazer algumas inferências pertinentes aos propósitos deste trabalho, em relação ao poder dos negros no Partido dos Trabalhadores: torna-se periclitante aos militantes negros, identificados exclusivamente com as questões raciais obterem êxito em pleitos eleitorais, mesmo em se tratando de um partido socialista, em que, supõe-se, os movimentos sociais de negros estão comprometidos com alguma legenda partidária.

Um dos movimentos sociais de negros organizados nos partidos políticos mais influente na década de oitenta foi o Movimento Trabalhista de Integração da Raça Negra (MOTIRAN), vinculado ao Partido Democrático Trabalhista praticamente desde sua fundação. Esse grupo era formado por negros que combatiam a discriminação racial na sociedade e contribuíam com os trabalhistas na formulação de políticas antidiscriminatórias.

Desde a fundação do Partido Democrático Trabalhista, a preocupação com a questão racial já constava no seu manifesto de lançamento através do 4º compromisso⁵⁶ do programa

⁵⁴ PINTO, C. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H; MUNHOZ, M. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994. p. 203.

⁵⁵ Idem, p.204.

⁵⁶ “O quarto compromisso programático é com a causa das populações negras como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso nós concretizaremos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações

partidário. É importante observar que esse partido não prima por uma política exclusivamente racial, mas uma que abranja o universo da sociedade brasileira. Assim, acreditam os trabalhistas que, uma vez provendo o acesso à educação a todos os brasileiros, irão ao mesmo tempo, incluir os negros, que são quase a sua totalidade dos excluídos.

No aspecto dos cargos de poder no partido e em seus governos, o Partido Democrático Trabalhista chama para si o pioneirismo, pois, elegeu dois governadores, um senador e, nos cargos de primeiro escalão dos seus governos, os negros se fazem presente em mais de um cargo. Em Porto Alegre, quando o partido administrou o município, de 1985 a 1988, eram negros, o chefe de gabinete do prefeito e o Secretário da Administração. No governo do estado do Rio Grande do Sul de 1991 a 1994, também, mais de um negro perfilou entre os cargos de primeiro escalão. Nesses dois momentos, os chefes dos executivos, tanto do município, como do estado era igualmente um negro, Alceu Collares. Esse grupo existiu com a denominação de Movimento Trabalhista de Integração da Raça Negra até 1994, quando passou para Movimento Negro Trabalhista.

Vê-se, então, que os grupos étnicos que atuam no interior dos partidos políticos podem acabar perdendo suas identidades ao assumir outras clivagens que preocupam a sociedade brasileira. No caso dos negros do Partido dos Trabalhadores, acabam aderindo a outras instâncias do partido, que julgam obter maior influência interna em detrimento de seus setores organizados.

3.2 OS NEGROS E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Os militantes negros do Partido dos Trabalhadores na sua gestação, eram, inicialmente, grupos oriundos dos segmentos de movimento sociais de negros que já se encontravam organizados e mobilizados na sociedade civil, no sentido de denunciar atos de racismo e pela proposição, ainda que incipiente, de políticas públicas distributivas. Com o tempo, viram a necessidade de se organizarem, sob a forma de movimentos e comissões, para pressionar o Partido dos Trabalhadores a priorizar esse tema, visto que, o mesmo tinha o problema da

sociais e de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais e foram abetas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza”. (CHACON, V. História dos partidos brasileiros. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 701).

questão racial como um conflito de classes sociais. Nesse aspecto, Florestan Fernandes discordava de seu partido:

Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõe, mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça⁵⁷.

No entanto, pela necessidade ser um diferencial global, no sentido da busca por uma sociedade fraterna e igualitária, se faz mister não perder de vista as peculiaridades existentes em seu cerne. Quanto a isso, Florestan argumenta com muita propriedade:

A fórmula “proletários de todo o mundo uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades, nem em termos de etnia ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classes; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte todos os interesses, valores e aspirações que compõem o concreto como uma unidade no diverso.⁵⁸

Diante disso, as diferentes realidades precisam ser entendidas e pragmáticas como unidade do todo, pois, são aspectos revolucionários importantes para a transformação social e a destruição do status quo.

Salienta-se que o movimento pela libertação dos negros de uma sociedade racista se une ao projeto político do Partido dos Trabalhadores desde o início da década de oitenta. É nessa conjuntura de embate contra a ditadura militar, organização dos movimentos sociais e uma reengenharia política da esquerda brasileira, que o movimento de protesto negro colabora para consolidar o projeto alternativo de sociedade. Sendo assim, o movimento de protesto negro encontrou, no Partido dos Trabalhadores, o elo de ligação para o resgate da identidade e da justiça.

A relação entre o Partido dos Trabalhadores e a questão racial se estabelece pelo conflito, ao mesmo tempo em que, em determinados momentos, a situação é auspiciosa aos negros. Esse segundo aspecto refere-se ao fato de que ele é o partido político, atualmente, que mais se dispõe a discutir a questão do negro brasileiro. Todavia, gera conflito porque uma vez no poder, o Partido dos Trabalhadores não correspondeu às expectativas do movimento social negro interno no que concerne à oportunidade igualitária de acesso ao poder. A partir da vitória petista, na eleição municipal de 1988, em Porto Alegre, imaginava esse segmento, ser o começo de uma era de resgate de identidade, de visibilidade e de poder político.

⁵⁷ FERNANDES, F. O significado do protesto negro. São Paulo, Editora Cortez, 1989. p. 62.

⁵⁸ Ibidem.

O fato de existir no Partido dos Trabalhadores órgãos negros capacitados para corroborar o partido no projeto de relações de poder não alterar substantivamente, o difícil acesso dos negros aos cargos de poder no partido e em seus governos. Isso pode ser verificado, quando se observa que, no primeiro mandato desse partido na capital gaúcha de 1989 a 1992, em que nenhum negro ascendeu aos cargos de primeiro escalão. Na gestão subsequente, sob a execução de Tarso Genro na prefeitura, os negros foram consolados com a Assessoria do Negro que, segundo os chefes políticos do partido da época, possuía “status” de primeiro escalão. De 1997 a 2000, com Raul Pont como chefe do executivo municipal, esse cargo perdeu a condição de “status” e foi descolado para a Coordenação dos Direitos Humanos, junto à questão da mulher, do índio e do homossexual.

Diante disso, pode-se sugerir que, mesmo que o Partido dos Trabalhadores, em sua gênese tenha abrangido diversos movimentos sociais, não significa que tenha priorizado como problema social, o combate à discriminação racial, atitude tomada em relação ao problema do trabalhador brasileiro. Por outro lado, ao contrário do que observou Florestan Fernandes, por vezes, o partido se prende à ortodoxia marxista de que o problema de uma sociedade é a eterna luta de classes.

Os negros, nos primórdios da fundação do Partido dos Trabalhadores, se organizavam, no seu interior, como movimento social encarregado de contribuir com o partido nas formulações de políticas de combate à discriminação. Com o tempo, foram sendo criados núcleos, coordenadorias, comissões e secretarias com o objetivo de aglutinarem internamente os negros, para refletir sobre questões específicas e, conseqüentemente, transmiti-las ao núcleo de poder do partido. A seguir, serão sucintamente analisados dois órgãos que foram, em nível de município, importantes no que concerne à luta por identidade dos negros do Partido dos Trabalhadores: a Comissão do Negro e o Núcleo de Negras e Negros.

3.2.1 Comissão do Negro

A Comissão do Negro foi criada através de uma resolução do Partido dos Trabalhadores, no 4º Encontro Nacional, em maio de 1986. Nasceu com o objetivo de contrapor-se à política do governo José Sarney e, igualmente, ao projeto do governo relativo às comemorações do centenário da abolição da escravidão. As comissões eram divididas em níveis regionais e municipais, ficando a cargo de uma comissão nacional. Essa comissão, a princípio, ficou atrelada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares, sendo

desmembrada, mais tarde, graças à intervenção dos negros. Isso demonstra a visão de luta de classe do Partido dos Trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, a Comissão do Negro foi constituída, no segundo semestre de 1986, com o objetivo de segundo os estatutos, “contribuir para a construção partidária de uma resposta concreta à questão racial”. Em Porto Alegre, ficaram responsáveis por essa Comissão, Julio Camisolão, Sergio Coelho, Antonio Mario Ferreira, Norma Krüger Lose, entre outros. Em Pelotas, somente como exemplo, ficou responsável Talis Rosa.

Essa Comissão tinha como uma de suas várias atividades divulgar e debater textos relativos à questão racial, além de organizar seminários e palestras. O seu folheto de convocação sempre continha um texto para reflexão, agregado a um logotipo forte e bem acabado que evidenciava os traços dos negros.

No que se refere à sua atuação, a Comissão do Negro foi bem produtiva, apesar do pouco tempo de duração. Entre as atividades, realizou uma palestra sobre *Guiné Bissau*, o 1º Encontro Estadual para discutir *O Partido dos Trabalhadores e a Questão Racial*, além de atuar também de modo veemente, na denúncia do assassinato do operário Julio César, morto por policiais da Brigada Militar, caso conhecido como “O homem errado”. Além disso, realizou, em conjunto com a secretaria de finanças do partido, a 1ª Festa afro no Rio Grande do Sul, além de promover um programa de palestras com os temas: *Como se manifesta o racismo na sociedade brasileira; O negro e o mercado de trabalho; Qual a importância da questão racial para o Partido dos Trabalhadores*.

Em 1987, durante um seminário, no Lar da Menina, em São Leopoldo, a Comissão do Negro achou relevante, para fortalecer sua atuação, bem como para forçar a discussão racial nas assembléias legislativas, concorrer aos pleitos eletivos, lançando Julio Camisolão como candidato à câmara municipal de Porto Alegre. Com o advento dessa Comissão, instalou-se um clima de conflitos entre o Núcleo dos Negros e a Comissão, devido à disputa pela legitimidade dentro do partido.

A consequência disso foi que os conflitos passaram do campo político para o pessoal, inclusive com reuniões terminando em confusões descabidas, as quais enfraqueceram os dois grupos. Hoje, os participantes desses dois grupos na época se acusam mutuamente: os da Comissão do Negro acusam o Núcleo daquela época de centralizador; por outro lado, o pessoal do Núcleo acusa a Comissão de ser elitista, sem vínculos com as comunidades periféricas.

Em decorrência do fraco desempenho de Julio Camisolão na eleição de 1988 para vereador, além dos conflitos mencionados acima e a intenção dos integrantes da Comissão do Negro de formar o Instituto Solano Trindade, esse órgão foi extinto em 1990.

3.2.2 O Núcleo de Negras e Negros do PT

No Partido dos Trabalhadores, a criação dos núcleos foi confirmada durante o 3º Encontro Nacional, em 1984, no qual o partido determinou a criação dos núcleos de base que seriam os representantes de diversos segmentos da sociedade, os quais deliberam no partido sobre políticas que venham a contemplar suas demandas. Podem ser agrupados por moradias, categorias profissionais, movimentos sociais etc,

Os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores só serão organismos vivos, enfim, se, além de se ocuparem do debate dos documentos políticos e da construção partidária, forem capazes de aprender, elaborar e aplicar linhas políticas realistas e adequadas para os movimentos sociais. É a realidade cotidiana do trabalhador deve servir de matéria prima para as reuniões do núcleo.⁵⁹

A partir daí, os negros passaram a se mobilizar, no interior do partido, em núcleos, porém, oficialmente, como uma instância partidária institucionalizada, isso ocorreu em maio de 1997, com a aprovação do Regimento Interno e de sua tese guia que, por causa da intensa participação das mulheres negras, foi denominado Núcleo de Negras e Negros. É importante a observação de que, nessa denominação, os homens, aos se referirem, pronunciam o masculino em primeiro lugar, o mesmo ocorrendo com as mulheres, no sentido de ambos estarem delimitando espaços.

A primeira formação pré-núcleo teve nomes que, mais tarde, tornaram-se expoentes nos movimentos de denúncia e combate ao racismo. É o caso do professor Guarani dos Santos, historiador, que escreveu o livro “A violência branca sobre o negro no Rio Grande do Sul”, sendo também um dos precursores do Partido Negro Brasileiro. Também Paulo Ricardo Moraes, jornalista, publicou a biografia de João Cândido, contribuindo igualmente para a fundação do Partido Negro Brasileiro; Edílson Nabarro, sociólogo e intelectual com vários textos publicados; Ceres Santos, jornalista; José Alves Bitencourt, nome destacado por sua intensa militância no partido e fora dele; Anélio Cruz; Antonio Matos e, mais tarde, Maria Conceição Fontoura, militante ativa do Grupo Maria Mulher, um grupo de mulheres negras que combate, entre outras causas, a violência doméstica sofrida pelas mulheres.

⁵⁹ RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 145.

Assim, o seu objetivo básico do Núcleo de Negras e Negros é o de propor uma discussão ampla no interior do partido sobre a questão racial. Conseqüentemente, no bojo dessa discussão, estão os espaços dos negros no partido e a sua participação em governos, para que possam implementar políticas públicas às comunidades negras e carentes, além atuar como sujeitos ativos nas tomadas de decisão. Sendo assim, cabe ao Núcleo uma reflexão sobre a conjuntura social e política que incidem na sociedade, principalmente na comunidade negra e, a partir daí, construir, em consonância com o partido e seus governos, estratégias de ação que nortearão os rumos para uma sociedade socialista. É importante observar que esse debate, sobre a questão racial, no interior do partido, segundo o enfatiza sua tese, o debate “deve ocorrer tanto quanto raça, quanto classe”.

O Núcleo de Negras e Negros também tem se preocupado, nessas últimas eleições, em indicar militantes negros comprometidos com a questão racial, para disputarem cargos eletivos nos pleitos do município. O objetivo, com isso, é garantir, além da visibilidade, um representante, no parlamento, que implemente políticas públicas referentes à causa dos negros. No entanto, essa tarefa de eleger um representante negro identificado com esse movimento social parece ser difícil. Um dos motivos é o fator financeiro desses candidatos, desfavorável em relação a outras candidaturas.

Um outro motivo é que candidaturas oriundas do movimento negro e com forte apelo ao corte racial tendem a serem vozes isoladas no Partido dos Trabalhadores, pois o mercado político de eleitores não oferece uma grande oferta de eleitores preocupados em eleger candidatos cuja temática seja racial, ou seja, pode-se supor que não exista um número expressivo de negros constituídos enquanto sujeitos eleitores. Conseqüentemente, diminuem, no Partido dos Trabalhadores, os espaços para aqueles que se posicionem como militantes da questão dos negros. Logo, devido a isso, muitos negros do partido, mesmo fazendo parte do Núcleo, candidatam-se por outra instância do partido.

A participação dos negros nos governos do Partido dos Trabalhadores também faz parte das estratégias de poder do Núcleo dos negros no interior do partido. Ou seja, a participação de negros em cargos de poder, nos governos, pode estar baseada além da visibilidade, a fim de poderem, por intermédio dos cargos, viabilizar a concretização de políticas referentes ao combate à discriminação racial. Todavia, muitos movimentos sociais de negros organizados no partido, não obtêm suas reivindicações atendidas substancialmente. Foi o que ocorreu em 1996, para a formação do governo de Raul Pont, na prefeitura de Porto Alegre. Além de a Assessoria do Negro ter perdido o “status” de primeiro escalão, eles não tiveram atendidas as indicações de dois integrantes de seus quadros para a sua coordenação. No ano de 2000,

durante a quarta gestão petista em Porto Alegre, os negros do Partido dos Trabalhadores reivindicaram uma futura Secretaria dos Direitos Humanos, indicando os nomes de Maria Conceição Fontoura e de Edílson Nabarro para administrá-la. Essa secretaria foi constituída em 2002, porém, os negros não foram escolhidos para a sua direção, sendo escolhida a vereadora Helena Bonumá. É importante observar que, para a formação desse governo, o Núcleo de Negras e Negros utilizou, como estratégia, indicar os militantes negros do grupo, que eram também apoiados por suas Tendências Políticas.

Tendo em vista a efervescência dos movimentos sociais negros, no final da década de setenta, contra os atos de discriminação racial ocorridas em São Paulo e, subjacente a isso, as condições desfavoráveis vividas pelos negros na sociedade brasileira, o Partido dos Trabalhadores, recém fundado, incluiu, ainda que timidamente, a questão racial no seu programa partidário. A partir daí, esse partido mostrou ser a possibilidade de poder aos negros e de mudança do modelo de sociedade em curso. Conseqüentemente, os negros, para contribuir com o partido na formulação de propostas de políticas públicas, assim como denunciar os atos de racismo, ocupavam, no interior dos partidos, espaços para discussões e aglutinações, seja em núcleos, seja em comissões. No entanto, à medida que outras questões passaram a garantir ao partido votos para o crescimento eleitoral, esses espaços se tornaram apenas simbólicos, ou seja, somente uma referência ao partido. Logo, para obter influência, os negros migraram para as Tendências Políticas, passando a incorporar, em sua luta, outras questões sociais diferentes das que propunham inicialmente.

3.3 COMPORTAMENTO POLITICO E AS CANDIDATURAS NEGRAS PETISTAS

Com o advento da redemocratização, nos anos 80, o Brasil, ano após ano, vem experimentando e solidificando no sistema eleitoral, mesmo que em números ainda reduzidos, o processo de surgimento de representantes negros para disputarem cargos eletivos, seja nos legislativos, seja nos executivos. Isso pode ser verificado com a vitória de Alceu Collares para a prefeitura de Porto Alegre, em 1985 e, posteriormente, a conquista do governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1994, por esse político seguidor de Leonel Brizola e um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista. Além desse, foi eleito governador do Espírito Santo em 1990, Albuino Azeredo, pelo mesmo partido trabalhista. O fato culminou com a eleição de Celso Pita, em 1996, para a prefeitura de São Paulo, cidade a qual registra o maior

colégio eleitoral do país, bem como a maior economia da América Latina. Nesse caso, chama a atenção, além da etnia do então prefeito, o fato de pertencer ao Partido Progressista Brasileiro, partido considerado tradicional e conservador no sistema político brasileiro.

A consistente participação política de negros como eleitores, bem como o aumento deles no processo de disputas no sistema de representação parlamentar, vem assumindo um papel primordial na política brasileira. Entretanto, o fato de que, no Brasil, existe forte discriminação racial, atenuada pelo mito da democracia racial, fez com que se produzissem estereótipos dirigidos aos negros, tais como, incompetência, despreparo e aversão à política que os excluiu da vida política do país. Portanto, foram alijados, por muitos anos, dos direitos e deveres políticos, excluídos pelos partidos políticos da participação política institucional.

Contudo, nesse limiar de século novo, as dimensões culturais, religiosas e, sobretudo, étnicas, vêm sendo, do ponto de vista eleitoral, elementares para analisar o comportamento político de uma sociedade. Não obstante, em sociedades em que essas clivagens combinam entre si, torna-se bem provável o apoio de eleitores aos candidatos ou aos partidos políticos representantes desses grupos. Dessa forma, na Ciência Política brasileira, vêm sendo realizados estudos sobre a raça e comportamento político no sentido de verificar se, dadas as condições desiguais em que vivem negros e brancos na sociedade brasileira, seus votos tenderiam a serem diferenciados no processo eleitoral.

Nesse sentido, conforme Mônica de Castro⁶⁰, os pesquisadores da Ciência Política argumentam ser impossível delimitar o comportamento político unicamente no aspecto étnico. Segundo a autora, três fatores concorrem para a conclusão desses doutrinários: primeiro, a identidade política formada no país acontece no âmbito da classe e não da raça, tendo em vista negros e pardos conviverem em condições iguais a muitos brancos pobres; segundo, a miscigenação impossibilita uma definição de raça; terceiro, devido a essa miscigenação, o fato é que pode ocorrer uma mobilidade social dos mulatos, o que descaracteriza uma identidade própria e um possível conflito entre negros e brancos.

Essa estudiosa aplicou um survey em quatro municípios brasileiros: Niterói(RJ), Presidente Prudente(SP), Taguatinga(SP) e Juiz de Fora(MG) no que tange à eleição presidencial de 1994 no Brasil. Acerca dos resultados, concluiu Castro: 1º- negros e pardos tendem a se alienarem no processo político com votos nulos, brancos, abstenções e indecisões; 2º- existe uma tendência de negros e pardos votarem em candidatos da esquerda do espectro ideológico; 3º- raça e classe nem sempre se opõe, ou seja, o fato de pertencerem a um grupo

⁶⁰ CASTRO, M. Raça e comportamento político. DADOS, n. 36, v. 3, 1993, pp. 469 a 491.

social pode, em alguns casos, afirmar a tendência de acordo com sua posição social, além de se neutralizarem em outros casos. É o que ocorre, por exemplo, quando cidadãos negros e pardos que fazem parte da mais baixa hierarquia social, se alienam, mais ainda. Por outro lado, quando cidadãos com maior grau de instrução escolhem candidatos moderados, nesse caso, negros e pardos, na mesma situação, tenderiam a escolher candidatos de esquerda ou alienarem-se.

Além do estudo de Castro, outra pesquisa foi realizada, demonstrando que o comportamento político, muitas vezes, pode ter uma relação direta com a dimensão étnica: foi a de Gláucio Soares e Nelson do Valle Silva⁶¹. Quando esses analisaram a eleição para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1982, concluíram que o fator étnico contribuiu para a vitória de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista. Segundo os autores que, utilizaram uma “análise de regressão linear múltipla”, o resultado da vitória do trabalhismo naquela eleição pode ser explicado pelo forte apelo racial inserido na campanha eleitoral do candidato. Isso se deve ao fato de que o partido utilizou, no discurso de campanha, o slogan “socialismo moreno”, em detrimento de um socialismo eurocêntrico.

O Partido Democrático Trabalhista também levou em consideração a forte presença habitacional de negros e pardos no Rio de Janeiro, além do forte contingente daqueles que se declararam morenos. Portanto, na conclusão de Valle e Silva, os autores sugerem que os votos daqueles declarados morenos foram decisivos para a vitória de Brizola, enquanto que aqueles os declarados negros não votaram nesse mesmo candidato. Uma das explicações para esse fato seria a de que os ditos negros não se sentiram incluídos no socialismo moreno, por não se considerarem como tal. A outra explicação pode ser encontrada no fato de que a campanha eleitoral de Leonel Brizola foi concentrada, maciçamente, na região metropolitana, onde habitam os morenos e, conseqüentemente, não habitam os negros. Por conseguinte, fora da região metropolitana, onde estavam habitando os negros, a organização do partido e da campanha foi mais modesta não tendo repercussão os apelos da campanha.

Um outro estudo apontando que a raça é uma predição para o comportamento político foi a pesquisa realizada por Amaury de Souza⁶² que, ao analisar a eleição presidencial de 1960, somente no Rio de Janeiro, evidenciou que os votos dos negros foram dados, majoritariamente, ao candidato João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, enquanto que os votos dos brancos foram para o candidato da União Democrática Nacional, Milton Campos. Vale acrescentar que, nessa eleição, os eleitores podiam votar nas candidaturas para

⁶¹ SOARES, G. SILVA, N. O charme discreto do socialismo moreno. DADOS, n. 2, v. 28, 1985, p. 257.

⁶² GUIMARÃES, A. A questão racial na política brasileira. In: Tempo Social, USP, n. 2, v. 13, p. 127.

vice-presidentes. Portanto, pode-se inferir que, independente das desigualdades sofridas pelos negros e da posição social que ocupam, a raça é uma caracterização importante para determinar o comportamento político. Nesse sentido, Souza se aproxima dos argumentos de Gilberto Freire, em relação à preferência dos negros pelos líderes populistas:

O lado irônico do desaparecimento simultâneo das duas instituições – escravidão e monarquia – foi que antigos escravos se encontraram na posição de homens e mulheres que não tinham o imperador nem o autocrata da casa grande para protegê-los, tornando-se, em consequência, vítimas de profundo sentimento de insegurança (...) Foram necessários anos para que os líderes políticos entendessem a situação psicológica e sociológica real desses antigos escravos disfarçados em trabalhadores livres e privados de assistência social patriarcal que lhes era dada na velhice ou na doença pela casa grande ou, quando deixava de fazer-lhes justiça, pelo Imperador, pela Imperatriz ou Princesa imperial⁶³. Isso implica – chegando ao Brasil moderno – a grande popularidade de Getúlio Vargas quando, como presidente, por algum tempo com poder ditatorial, decidiu-se a implantar a legislação social que deu a grande parte da população obreira do Brasil proteção contra a velhice, doença e exploração por empresas comerciais ou industriais. Isto também explica porque Vargas se tornou conhecido como o Pai dos Pobres e conquistou entre o povo, popularidade que superou a obtida por D. Pedro II em 48 anos de governo bom, honesto e paternalista⁶⁴.

Portanto, na perspectiva desses dois autores, existiria, uma forte simpatia dos negros pelos líderes populistas, por causa da proteção social e paternal, sendo que é Freire quem melhor enfatiza a propensão dos negros também à monarquia. Nesse sentido, essa última é defendida igualmente por George Andrews:

“(...) A intensificação do sentimento abolicionista depois de 1860 e a atitude abertamente crítica da monarquia quanto à escravidão haviam induzido um crescente número de escravos a explorar a possibilidade de proteção no sistema da corte imperial, onde não raro encontravam uma recepção simpática (...)”⁶⁵.

Logo, sobre o comportamento político dos negros, os autores aqui revelados apontam para uma diferenciação dos votos de negros e brancos, uma vez que estão em situação de desigualdade social, econômica e racial na sociedade brasileira. Os mesmos autores sugerem que há uma disposição para o voto étnico no Brasil.

3.3.1 Desempenho Eleitoral dos Candidatos Negros do Partido dos Trabalhadores no Município de Porto Alegre.

A atividade parlamentar pode representar aos negros que, desde os primórdios da República, foram alijados do processo de política institucional, um acúmulo de experiências relativas à vida política, tais como: dívida pública, política externa, processo legislativo,

⁶³ Apud GUIMARÃES, A. p. 126.

⁶⁴ Idem, p. 127.

⁶⁵ ANDRES, p. 29.

administração pública etc. Notadamente, a vida política e a técnica parlamentar lhes garantem um capital político perante o partido, pelo motivo de que são eles os detentores dos votos e os especialistas nas coisas públicas, temas distantes para a maioria dos militantes. Nesse aspecto, Robert Michels enfatiza, com altivez:

A competência técnica que, como já vimos eleva definitivamente os chefes sobre as massas e as sujeitas ao seu comando se acha reforçada mais tarde por outros fatores, tais como a rotina, o savoir-faire social que os deputados adquirem na Câmara, e sua especialização. Esses chefes procuram em seguida naturalmente, aplicar na vida normal dos partidos as manobras aprendidas no meio parlamentar e graças às quais eles conseguem com freqüência, represar facilmente as correntes que lhes são contrárias⁶⁶.

Não obstante, existe, ainda, a possibilidade dos negros, uma vez atuando como parlamentares, legislar sobre políticas redistributivas de combate à discriminação racial. Sendo assim, o *quadro 1*, abaixo, apresenta uma relação de militantes negros do Partido dos Trabalhadores que, no decorrer de doze anos, foram candidatos às vagas na Câmara Municipal de Porto Alegre.

QUADRO 1 - Votações obtidas pelos candidatos negros do Partido dos Trabalhadores nos pleitos de Porto Alegre.

ANO	CANDIDATOS	CARGO	ELEITOS	VOTOS	Votação do último eleito do PT.
1988	Julio Camisolão	Vereador		1.143	
	Adroaldo Correa	vereador	Eleito	2.849	
	Antonio Matos	Vereador		1.325	
					3.222
1992	Antonio Matos	Vereador		2.046	
	Adroaldo Correa	Vereador		2.465	
					3.598
1996	Talis Rosa	Vereador		833	
	Adroaldo Correa	Vereador		2.126	
	Luis Alberto da Silva	Vereador		1.621	
	Sandrali Campos	Vereadora		2.622	
	Sonia Saraí	Vereadora	Eleita	3.386	
					4.835
2000	Maria Conceição	Vereadora		2.598	
	Alberto Terres	Vereador		2.815	
	Paulo Ivan	Vereador		874	

⁶⁶ MICHELS, R. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.55.

	Angélica Mirinhã	Vereadora		1.678	
	Sônia Saraí	Vereadora		2.103	
					4.815

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral

Na eleição municipal de 1988, três candidatos negros, conhecidos por suas atividades nos movimentos sociais negros, concorreram ao pleito. Essa eleição teve como características para o Partido dos Trabalhadores, preencher o maior número possível na sua nominata de candidatos, tendo em vista que o partido lutava pela construção partidária. Nesse sentido, as candidaturas de Antonio Matos e Adroaldo Correa colaborara, com esse objetivo. Salienta-se que Correa é jornalista e, na época, era militante do sindicato dos radialistas. O foco principal de sua plataforma política foi a educação, a saúde e a organização popular. Quanto à sua etnia, possui uma tez clara e um fenótipo de branco, sendo filho de mãe branca e pai mestiço. O corte racial não teve presença em sua campanha e, sua campanha foi articulada por sua Tendência Política. Ficou na suplência, assumindo o cargo de vereador em 1989.

Matos, por sua vez, foi convocado pelo partido para participar do processo eleitoral para a construção e consolidação dessa agremiação. Sua campanha também não apresentou o corte racial em sua plataforma política.

A campanha de Julio Camisolão é que fez o diferencial dessas três candidaturas. Ele, considerado um expoente do movimento negro na década de oitenta, sempre marcou pelas posições fortes em sua militância. Sua candidatura, ao contrário das outras, foi instada para a construção e implementação das políticas do recém criado Movimento Negro Unificado. Sua plataforma política era veementemente enfatizada pela questão racial em todo o material de campanha. É importante observar que, nessa eleição, o último candidato do Partido dos Trabalhadores a conseguir vaga na Câmara Municipal de Porto Alegre foi José Alvarenga, com 3.222 votos.

Na eleição municipal de 1992, Adroaldo Correa concorreu novamente, desta vez, incluindo a questão racial em seu discurso, sendo apoiado por algumas correntes do movimento negro. Todavia, o tom de sua campanha continuou sendo a saúde e a educação, com forte presença da Tendência Política.

Ressalta-se que a campanha de Antonio Matos, nessa eleição, teve presente o corte racial, porém, em menor escala que outras questões problemáticas da sociedade brasileira. Sua escolha para esse processo se deve muito mais pela expressão política que representa no Partido dos Trabalhadores do que pelo fato de ser do movimento negro. Nessa eleição, o

último candidato dessa agremiação a conquistar vaga para a Câmara Municipal de Porto Alegre foi Giovanni Gregol, com 3598 votos.

Na eleição de 1996, embora todos os concorrentes negros sejam militantes do movimento negro, suas campanhas abrangeram o universo das questões políticas problemáticas da sociedade, sem dar muita ênfase ao corte racial. A diferença foi Sandrali Campos, que enfatizou a questão do gênero. Sonia Sarai, líder comunitária da vila Cruzeiro do Sul de Porto Alegre, provida de um discurso a favor dos movimentos populares, ficou na suplência, assumindo o cargo de vereadora em 1999. Nesse pleito, Guilherme Barbosa do Partido dos Trabalhadores foi o último candidato do Partido dos Trabalhadores a conquistar assento na Câmara de Vereadores com 4835 votos.

No pleito do ano 2000, as campanhas com fortes conotações raciais foram as de Maria Conceição Fontoura e de Paulo Ivan. Conceição, militante do movimento de mulheres negras Maria Mulher e participante do Grupo Palmares nos anos oitentas, tinha um forte apelo racial em sua plataforma, sendo isso bem visualizado em seu material de campanha e nos debates que ocorreram no interior do Partido dos Trabalhadores. Paulo Ivan, militante da Democracia Socialista, também evidenciou fortemente a questão racial em sua plataforma política. No entanto, nessa eleição, mais uma vez, nenhum candidato negro obteve votos necessários para elegerem-se vereadores e o último candidato do partido que se elegeu foi Renato Guimarães com 4815 votos.

Portanto, no que se refere à participação dos militantes negros nos pleitos do município de Porto Alegre, três fatores chamaram a atenção: primeiro, os candidatos que conquistaram a eleição, ou seja, Adroaldo Correa e Sonia Sarai, não enfatizaram o corte racial em suas campanhas, sendo que Correa, ao mesmo tempo em que não participava das discussões no Núcleo de Negras e Negros, participava ativamente de sua Tendência Política, Pólo de Esquerda Socialista. Por outro lado, Sarai, se elegeu com o discurso dos movimentos populares sem, entretanto, focar a questão racial; o segundo é que as mulheres negras desse grupo começaram a participar do processo eleitoral somente em 1996, ao contrário dos homens negros; o terceiro fato é que os resultados fazem supor que o potencial de votos das femininas negras é superior ao potencial de votos dos masculinos negros; o quarto demonstra que os militantes negros da Democracia Socialista foram os que obtiveram o desempenho eleitoral mais baixo (Angélica Mirinhã, Paulo Ivan e Talis Rosa).

3.4 EM RESUMO

De acordo com os textos e autores estudados nesse capítulo, pode-se deduzir que a política brasileira sempre foi dominada pelo perfil machista, racista e elitizado, em que negros somente aparecem como atores político na década de 30, com a instauração da revolução. No entanto, foi possível verificar que a cooptação política por parte dos partidos políticos, com relação à questão racial, termina por desmobilizar e enfraquecer os movimentos. Foi assim, por exemplo, no período após o fim do Estado Novo e o período final dos anos 70.

Mesmo assim, uma vez participando na militância interna dos partidos políticos, os negros reúne-se em núcleos ou secretarias para discutir seus problemas. O corolário disso é que permanecem anulados na organização interna do partido, isso enfraquecidos politicamente. Essa situação é parcialmente resolvida, quando esses negros passam a incorporar outras clivagens em sua luta, o que os torna reconstituídos da sua causa e, portanto, sem identidade.

No que tange ao comportamento político, pôde-se verificar que há uma diferença nos votos de negros e brancos quando em condições sociais desiguais. Entretanto, a pesquisa não possui subsídios suficientes para afirmar uma propensão ao voto étnico em Porto Alegre, pois os candidatos que mais se aproximaram de um discurso enfaticamente étnico não prosperaram nos pleitos em que disputaram (Julio Camisolão, em 1988, e Maria Conceição, no ano de 2000) podem servir como exemplos).

Haja vista a forte conotação marxista adquirida pelos movimentos sociais negros após o término da década de setenta, o capítulo que se segue aborda, como o principal partido marxista brasileiro, o Partido dos Trabalhadores, o qual administra a questão dos negros no seu interior e nos seus governos no que se refere à distribuição de poder, tendo em vista essa agremiação estar no comando da prefeitura de Porto Alegre há dezesseis anos.

4 DEMOCRACIA OU OLIGARQUIZAÇÃO? AS DESIGUALDADES DOS NEGROS NO PT

Esse capítulo pretende desenvolver uma breve explanação dos parâmetros teóricos de democracia e relacioná-los a três postulados básicos de Robert Michels, no que diz respeito à oligarquização do poder: qual seja, o conservadorismo da organização, a impossibilidade de organização das massas e a estabilidade dos chefes de uma organização. Dessa forma, a partir de tais assertivas, analisar-se-á a participação política dos negros no interior do Partido dos Trabalhadores quanto ao acesso às instancias de poder desse partido e em seus respectivos governos.

Na acepção antiga, a democracia podia ser definida como o governo do povo, onde todos eram cidadãos, exceto mulheres, escravos e estrangeiros. Logo, as decisões eram tomadas em praças públicas pelo voto direto. Com o tempo, devido à extensão do Estado moderno, a forma direta da democracia foi substituída pela democracia representativa. Numa alusão crítica sobre a forma de democracia direta da Grécia antiga, A. Hamilton assim se expressou,

é impossível ler a respeito das pequenas repúblicas da Grécia e da Itália sem provar sentimentos de horror e desgosto pelas agitações a que estavam elas submetidas, e pela rápida sucessão de revoluções que as mantinham num estado de perpétua incerteza entre estados extremos da tirania e da anarquia.⁶⁷

Vê-se, então, que o autor rejeitava a democracia direta, sob pena de acabar submetendo-a ao poder de um ou de poucos em forma de tirania.

Numa concepção mínima de democracia, Norberto Bobbio assim a conceituou:

um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem estava autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos todo grupo social estava obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros, com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente⁶⁸.

⁶⁷ - BOBBIO, 1994 apud HAMILTON, 1994, p. 32

⁶⁸ BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 18.

Todavia, como se mantinha em Estado conservador, as decisões tomadas coletivamente grosso modo, eram definidas por poucos cidadãos, que as estabeleciam por intermédio de regras definidas. Assim, mesmo num regime democrático, permanecia o poder de alguns ou das oligarquias.

Acerca das oligarquias que acabaram influenciando as tomadas de decisões, Bobbio as intitulou como “uma das promessas não cumpridas”⁶⁹ pela democracia dos antigos. Ou seja, acreditavam os teóricos e políticos da Grécia Antiga que a participação política direta de todos os cidadãos, acabaria por minar qualquer intenção de formação de núcleos de poder. Entretanto, oligarquias e democracia parecem ser interdependentes. Nesse aspecto, Bobbio (1992, p.27) sugere o procedimentalismo democrático de Joseph Schumpeter que afirma que *“a característica de um regime democrático não é a ausência de elites, mas, a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista popular”*.

Entretanto, a formação de oligarquias também se produz no âmago dos partidos socialistas, conforme o primeiro pressuposto extraído da obra de Michels e que é uma das diretrizes que norteiam esse trabalho, mostrando a impossibilidade técnica e mecânica de um governo das massas.

4.1 IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DO GOVERNO DIRETO DAS MASSAS

O primeiro pressuposto tratado neste trabalho baseia-se na obra de Robert Michels, para que se possa relacioná-lo aos parâmetros democráticos aqui estudados e conectá-lo ao comportamento político dos militantes negros e ao partido do qual fazem parte, ou seja, o Partido dos Trabalhadores, o que o autor denominou de impossibilidade mecânica e técnica do governo direto das massas. Isso porque é nessa situação que surgem as elites políticas que, nos partidos políticos, aparecem nos Diretórios e nos governos sobressaindo nos cargos que formam o Secretariado ou primeiro escalão do governo. Nesse aspecto, é importante observar, conforme será demonstrado mais adiante, a baixa presença dos negros nos Diretórios e a ausência contumaz nos três primeiros governos petistas em Porto Alegre.

Ainda acerca ainda da democracia, vale ressaltar que, numa sociedade civil, nos partidos políticos e em outras agremiações, a participação direta dos inúmeros cidadãos e militantes se inviabiliza devido ao espaço, ao tempo e à complexidade dos temas a serem discutidos numa reunião. Na avaliação de Michels, os ideais de democracia preconizados por

⁶⁹ Idem, p. 26. O autor ressalta a prevalência das oligarquias na democracia representativa que, segundo ele, “é uma renúncia ao princípio de liberdade como autonomia”.

Jean Jacques Rousseau ficam comprometidos por esse motivo, ao mesmo tempo em que não são oferecidas garantias quanto ao impedimento de aparição de oligarquias.

Além do que, numa sociedade complexa e muito extensa, dificultaria ou inviabilizaria o princípio da participação direta. Um outro aspecto analisado pelo autor concerne à impossibilidade da massa pensar com sensatez. Diz Michels:

*Atos e palavras são menos pesados pela massa que por indivíduos ou por pequenos grupos que a compõem. Esse é um fato incontestável. Ele é uma manifestação da patologia das massas. A multidão anula o indivíduo, e, desse modo sua personalidade e seu sentimento de responsabilidade”.*⁷⁰

Sendo assim, tendo em vista a inviabilidade do governo das massas, é que surge a figura do chefe político que, a princípio, seria um servidor das massas. Todavia, à medida que a organização cresce e multiplicam-se os seus interesses financeiros e políticos, o delegado ou chefe acaba se afastando dos subordinados para a dedicação exclusiva ao partido. Isso ocorre pela necessidade de o chefe se especializar tecnicamente nos negócios do partido, onde, então, o poder de decisão é retirado da vontade coletiva em favor do profissional do partido. Logo, constitui-se, a partir deste fato, o início de uma oligarquização do poder.

É importante para esse estudo, a conclusão a que chegou Michels:

*mas, na realidade, à medida que a organização cresce, o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. A massa é reduzida a contentar-se com prestação de contas sumaríssimas ou a recorrer a comissões de controle.*⁷¹

Nesse aspecto, quando se trata do Partido dos Trabalhadores, pode-se sugerir que as tomadas de decisões ficam a cargo do núcleo do poder do partido e dos profissionais políticos que são integrantes do Diretório Municipal. Conseqüentemente, é importante observar a baixa presença dos negros nesse quadro investido de poder político, fato que desperta atenção por tratar-se de um partido político socialista.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NOS DIRETÓRIOS

O quadro 2, abaixo, apresenta a participação dos negros na formação dos Diretórios do Partido dos Trabalhadores desde 1996, quando foi constituído o primeiro Diretório no partido que, antes disso, era dirigido pelas Comissões Provisórias. É importante observar que os

⁷⁰ - MICHELS, p. 17.

⁷¹ - Idem, p. 22.

Diretórios possuem funções⁷² importantes que possibilitariam os negros, uma vez participantes, influenciar nas indicações de cargos elevados dos governos, bem como, nas discussões internas do partido e nas políticas públicas a serem implementadas. Assim, seguem as formações dos Diretórios:

QUADRO 2: Participação dos Negros no diretório Municipal

	DIRETÓRIO DE 1997 (%)	DIRETÓRIO DE 1999 (%)	DIRETÓRIO DE 2001 (%)
<i>Mulheres negras</i>	3,3	3,3	1,6
<i>Mulheres brancas</i>	30	28,3	28,3
<i>Homens negros</i>	6,6	10	3,3
<i>Homens brancos</i>	60,0	58,3	66,6
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

No Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre, eleito em 1997, utilizando-se do critério de percepção quanto ao fenótipo⁷³ dos integrantes dessa instância do partido, pôde-se perceber a presença de seis integrantes negros, ou seja, 10% de um total de 60 integrantes. Desses, 30% são formados por mulheres brancas, enquanto que, apenas 3,3% são formados pelas mulheres negras. No universo masculino, os homens brancos constituem 60% da composição total, ao passo que, os homens negros significam apenas 6,6%. Vale ressaltar que, no 1º Congresso Nacional⁷⁴ do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1991, ficou estipulada uma cota mínima de 30% de participação das mulheres nos organismos de direção do partido.

É imperioso para este estudo observar que, neste Congresso, houve um avanço considerável na questão feminina, porém, pífio quanto á questão racial.

⁷² - RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988, p. 80.

Das funções dos Diretórios Municipais: estabelecerem diretrizes para a atuação dos vereadores do partido na Câmara Municipal; estabelecerem a posição do partido em relação às questões políticas de âmbito municipal ou convocar a bancada dos vereadores para expedir instruções ou, ainda, obter explicações sobre sua conduta na Câmara de Vereadores são três importantes atribuições do Diretório Municipal que contribuem e justificam a presença dos negros, no sentido de pressionarem para a execução de políticas que venham a lhes favorecer.

⁷³ Nesse caso, como não foi efetuado um questionário com a alternativa para assinalar o quesito cor, o critério utilizado foi a observação pelo pesquisador das características quanto à cor e ao fenótipo dos integrantes dos diretórios. Além disso, contou com a contribuição de outros militantes negros para a identificação racial dos integrantes destes Diretórios.

⁷⁴ - RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988. p. 532.

A esse tema, somente um item muito vago foi dedicado, quando o partido se referiu aos Movimentos Sociais:

*O PT deverá pensar, com urgência, formulações para a superação do racismo no Brasil. Na questão racial, a relação do PT com o Movimento Negro não avança na medida em que o partido não tem entendido a importância do negro na luta contra a opressão neste país, não reforçando desta falta de organicidade do movimento, não tendo investimento real”.*⁷⁵

É possível notar, então, que o Congresso dedica somente uma esparsa menção, muito mais quanto à “falta de organização” do movimento do que uma proposta positiva de inclusão e de igualdade dos negros no acesso ao poder no interior do partido e dos governos.

Todavia, é possível notar que a participação das mulheres nos cargos de direção foi pautada pelo movimento feminista do Partido dos Trabalhadores, sob um ponto de vista universal, sem especificar, no entanto, ou relativizar as questões de gênero e etnia. Por conseguinte, pode-se sugerir esse motivo como uma explicação para a baixa presença de mulheres negras nos diretórios, como foi visto anteriormente. A perspectiva universalista do movimento de mulheres petistas pode ser analisada nas palavras de Tatau Godinho, quando foi apresentado pelo movimento de mulheres um projeto de Constituição em 1987:

*A afirmação do princípio geral de não aceitação de qualquer forma de opressão e de discriminação ainda que estas apareçam muitas vezes de forma geral abstrata, é uma base importante para a defesa de direitos de efetiva igualdade. Assim não é irrelevante que naquela proposta o partido condenasse explicitamente, entre todas as formas de discriminação, aquelas baseadas no sexo e na orientação sexual. E, finalmente, a defesa do direito ao aborto”.*⁷⁶

Dessa forma, observa-se que as feministas se pautaram, exclusivamente, pelo aspecto da discriminação, da livre orientação sexual e do direito ao aborto. O aspecto da dupla discriminação sofrido pelas mulheres negras ficou ausente ou foi dissipado alhures. Portanto, quanto à inexpressiva participação dos negros nas instâncias de poder do partido, pode-se utilizar os argumentos dessa autora para uma reflexão crítica sobre um partido socialista: “O processo de seleção das direções do partido reflete e repete os mesmos mecanismos encontrados nas diferentes áreas da sociedade, de maior exclusão das mulheres à medida que se ascende nos graus de hierarquia das direções⁷⁷”. Essas considerações podem ser reproduzidas para o caso dos negros.

⁷⁵ - Idem, p. 522.

⁷⁶ - GODINHO, T. O PT e o feminismo. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 21.

⁷⁷ Idem, p. 26.

Na composição do Diretório Municipal, que se elegeu em 1999, houve a presença de oito negros, obtendo um percentual participativo de 13,3%. No entanto, fazendo um recorte desse número pelo sexo, tem-se que as mulheres negras representam 3,3% do total dos integrantes, enquanto que as brancas representam 28,3%. Quanto ao sexo masculino, observou-se que os homens brancos constituem 58,3% dos integrantes do Diretório, enquanto que os homens negros constituem 10%.

Esse diretório, além de, novamente, apresentar uma baixa taxa de participação negra, também contribuiu para deixar exposta a visão de que os negros no Partido dos Trabalhadores são segmentos impossibilitados de governar. Isto se deve ao fato de que, após a vitória de Tarso Genro, no ano de 2000, o Núcleo de Negras e Negros do partido formou uma Comissão de Organização Política para tratar das ações políticas com vistas à transição de governo, como cargos e as políticas públicas para a nova gestão. Essa Comissão também definiu o nome de Edílson Nabarro para tentar, junto ao Diretório Municipal, uma vaga para fazer parte da Comissão de Transição de Governo, que era responsável, junto com o prefeito eleito, pelas nomeações do secretariado do futuro governo. Vale realçar que é esse diretório que avaliza os nomes que irão compor a comissão. O nome de Edílson foi reprovado por 23 votos contra, 19 a favor e 8 abstenções, sendo que, desses últimos, 4 são negros e pertencentes ao Núcleo, porém, muito mais comprometidos com as tendências políticas internas.

A ausência dos negros numa Comissão de Transição de governo não causaria estranheza em partidos políticos tradicionais, no entanto, desperta atenção num partido socialista de origem vinculada aos movimentos sociais que, até então, eram excluídos da participação política.

No Ano de 2001, foi eleita a nova direção do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores que contou apenas com 4,9% de integrantes negros, sendo 1,6% de mulheres e 3,3% de homens. Entretanto, as mulheres brancas participaram com 28,3% dos integrantes, enquanto que os homens brancos somaram 66,6%. Portanto, nessa direção, foi marcante a inexpressiva presença de negros e a menor taxa de renovação de seus integrantes, que foi de somente 46%, ao passo que em 1999 foi de 70%. Nota-se, dessa forma, que os critérios de escolha dos integrantes da direção do Partido dos Trabalhadores parece obedecer aos mesmos instrumentos encontrados nos diversos setores da sociedade brasileira, ou seja, existe maior a exclusão dos negros à medida que sobem os degraus da hierarquia do poder.

4.2.1 Os Negros e as Secretarias de Governo

A ausência de negros nos cargos considerados de primeiro escalão dos governos petistas pode ser compreendida como um outro fator de um partido socialista que os vê simplesmente como massa.

Sendo assim, tal como nos ministérios de um governo federal, as secretarias de um governo de estado ou de um município são consideradas do ponto de vista político, importantes no sentido de influenciar na proposição de políticas desses governos, assim como implementá-las e obter seu respectivo controle. De acordo com Rachel Meneguelo (1998), “*a influência partidária nas políticas de governo é considerada um reflexo do potencial de sustentação do partido ao governo, segundo sua força parlamentar e como um espaço de controle político sobre as políticas*”⁷⁸.

Sendo assim, utilizando-se os argumentos da autora, no caso dos governos do Partido dos Trabalhadores no município de Porto Alegre, a influência se deriva do embate travado internamente pelas Tendências Políticas, com o objetivo de alocar para si as Secretarias relevantes politicamente, como, por exemplo, a Educação, Transporte e Administração. Nesse aspecto, se destaca a figura de quem é escolhido para o exercício do cargo, como não menos importante é o grupo ou Tendência que detém esse cargo.

Dessa forma, observando-se o *quadro 3* a seguir, com os nomes daqueles chefes políticos que compuseram os governos do Partido dos Trabalhadores na capital gaúcha, no decorrer de quatro mandatos, e analisando esse grupo de acordo com o fenótipo de cada Secretário, pôde-se perceber a ausência dos negros nos cargos de Secretários de Governo nos três primeiros mandatos petistas, o que denota, além da pouca influência dos negros no interior do partido, um certo grau de indiferença do partido na questão do empoderamento dos mesmos.

⁷⁸ - MENEGUELLO, R. Partidos e governos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. P. 50.

QUADRO 3: Os secretariados petistas e a participação dos negros

SECRETARIAS	1988	1992	1996	2000
Secretaria do Planejamento	Clovis Ilgenfritz	Newton Burmeister	Newton Bumeister	João Motta
Secretaria da Administração	Jorge Buchabqui	Jorge Buchabqui	César Alvarez	José C. Reis*
Secretaria da Educação	Esther Grossi	Nilton Fischer	Jose Clovis Azevedo	Sofia cavedon
Secretaria dos Esportes	Supervisão da SMED	Supervisão da SMED	Rejane Rodrigues	Rejane Rodrigues
Secretaria da indústria e do comércio	João C. Vasconcelos	Jorge L. Viana Moraes	José Luis Viana Moraes	Adeli Sell
Secretaria de obras e viação	Newton Burmeister	Estilac Xavier	Estilac Xavier	Guilherme Barbosa
Secretaria da fazenda	João Verle	Arno Augustin	Arno Augustin	Ricardo Collar
Secretaria da Saúde	Maria L. Jaeger	Luis Alberto Mota	Henrique Fontana	Joaquim Kliemann
Secretaria de Governo	Tarso Genro	Raul Pont	José Fortunati	Gerson Almeida
Secretaria do Meio Ambiente	Carlos Lustoza	Giovane Gregol	Hideraldo Caron	Dieter Wartchow
Secretaria da Cultura	Luis Pilla Vares	Luis Pilla Vares	Margareth Moraes	Margareth Moraes
Secretaria dos transportes	Antonio Hohlfeldt	Nazareno Affonso	Luis Carlos Bertotto	Túlio Zanin
Procuradoria Geral do Município	Flavio Bettanin	João Pedro Reis	Rogério Favreto	Rogério Favreto
Demhab (Departamento Municipal de Habitação)	Lires Marques	Helio Corbelini	João Verle	Carlos Pestana Neto
DEP (Departamento de Esgoto Pluvial)	Alberto Kruse	Lenora Ulrich	Vicente Rauber	Airto Ferronato
DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana)	Darci Campani	Ideraldo Caron	Darci Campani	Darci Campani
DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto)	Guilherme Barbosa	Dieter Wartchow	Dieter Wartchow	Luis Todeschini
CARRIS	Paulo Muzzel	Ruth D'agostini	Túlio Zanin	Daniel Maia

PROCEMPA (Processamento de Dados do Município de Porto Alegre)	Claudio Juarez M. Fonseca	Rogério Santana	Rogério Santana	Rogério Santana
EPTC (Empresa Pública de Transporte Coletivo)	Não Existia	Não Existia	João Carlos Vasconcelos	Túlio Zanin
SECAR (Secretaria de Captação de Recursos)	Não Existia	Não Existia	Não Existia	Edson Silva
FASC (Fundação de Assistência Social e Comunitária)	Esther Grossi ⁷⁹	Nilton Fischer ⁸⁰	Ana Paula Motta	Renato Guimarães
**SMDH (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos)	Não Existia	Não Existia	Não Existia	Helena Bonumá

Fonte: Zero Hora. *Negro. **Foi instituída em 2002

Por outro lado, de acordo com noticiários veiculados na imprensa local, alguns nomes de militantes negros surgiram como postulantes a algum cargo na formação dos governos do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, todavia, não logrando êxito. É o caso, por exemplo, de Antonio Matos, militante do Movimento Negro, que teve seu nome veiculado na imprensa⁸¹ como cogitado para o cargo de diretor do Departamento de Esgotos Pluviais, em 1988. Porém seu nome foi preterido a favor de Alberto Kruse, que veio a falecer no ano seguinte, assumindo em seu lugar Vicente Rauber. O mesmo ocorreu com Vera Triunpho, em 1992, cujo nome foi veiculado na imprensa como candidata ao cargo de Secretária da Educação, porém, não passando de cogitação. É importante notar que esses dois nomes são reconhecidos como militantes ativos do Movimento Negro.

Todavia, somente no quarto mandato, ou seja, no ano de 2000, é que José Carlos dos Reis foi nomeado como Secretário da Administração, porém, sua indicação ocorreu em função de sua militância política pela tendência política interna, a Pólo de Esquerda, visto que pouco foi o envolvimento de Reis com o Núcleo de Negras e Negros do partido, no que tange

⁷⁹ No primeiro mandato de governo do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, a FASC era atrelada à SMED, supervisionada pela Secretária da Educação.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Zero hora, 20/11/1988, p. 27.

a construção de um quadro de nomes de militantes negros para formar o Secretariado do quarto governo petista. É imperioso lembrar que Reis ocupou o cargo de Secretário da Administração até 2002, sendo transferido como diretor para o Sistema de Previdência dos Municípios de Porto Alegre (PREVIMPA).

É importante ressaltar que, mesmo quando houve substituições dos titulares dos cargos abaixo, permaneceu a ausência dos negros. Além disso, é mister acrescentar que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos foi, inicialmente, uma reivindicação do movimento negro do partido, tendo, inclusive, esse grupo, elaborado um projeto para sua criação. Todavia, quando foi instituída, em 2002, Helena Bonumá foi nomeada para dirigi-la.

Em suma, a partir dos dados analisados, verifica-se que, em tempos modernos, devido à complexidade das sociedades e das associações políticas, é inevitável o surgimento dos chefes políticos que compõem as oligarquias que controlam o poder das decisões. Ou seja, a impossibilidade dos governos das massas nessa situação se confirma. Diante disso, nos partidos socialistas, o poder fica restrito a um núcleo do partido, que são os Diretórios, Comissões Executivas e Secretarias de seus respectivos governos. Nesse caso, a ausência dos negros nesses órgãos do partido parece defini-los como massas, sem a possibilidade de governar e exercer o poder. Além disso, reforça essa idéia o fato de que as reivindicações feitas pelo movimento negro organizado no interior do partido são rechaçadas a favor de outras forças políticas. Portanto, os negros no Partido dos Trabalhadores, parecem estar submetidos à lógica micheliana de organizados somente o enquanto massas e, nesse caso impossibilitados de governar. No entanto, não emergem dessa condição como chefes políticos, como ocorrem auspiciosamente com os brancos.

4.3 A BASE CONSERVADORA PETISTA

Segundo Michels (p.220), o conservadorismo de um partido socialista se justifica pelo fato de que esse partido, ao atingir a maturidade política, muda o foco de seus interesses. Conseqüentemente, as ideologias, que antes eram seguidas fielmente, dão lugar aos objetivos de implementar e assegurar o crescimento eleitoral do partido, ao mesmo tempo em que a ânsia pela eliminação do Estado até então conservador, o identifica com esse Estado. A partir daí, suas políticas de cunho revolucionário, que antes eram preconizadas, passam a ser tímidas e inócuas. Ou seja, o partido torna-se um Estado e, na eminência de perder as conquistas que

o fizeram triunfar, acaba permitindo, também, o conservadorismo da política do Estado. Diz o autor:

Nascido para derrubar o poder centralizador do Estado, a classe operária só precisa de uma organização suficientemente vasta e sólida e o próprio partido terminou se dando uma forte centralização, que repousa sobre os mesmos fundamentos do Estado: autoridade e disciplina.⁸²

Sendo assim, com relação à distribuição e ao acesso dos negros ao poder no Partido dos Trabalhadores, esse partido se assemelha ao Estado que, no caso brasileiro, é discriminador, desigual e injusto e qualquer tentativa de aniquilamento dessa estrutura, envolve perdas políticas e eleitorais.

Um outro dado que faz remeter à base conservadora da organização propalada por Michels, é a burocratização devido ao crescimento da máquina partidária que faz com que o partido socialista se torne lento e administrativo, acarretando ações tímidas e prudentes:

O sentimento de responsabilidade começa a despertar, subitamente, no partido socialista. Por isso, ele reage usando toda a autoridades que dispõe contra as correntes revolucionárias que existem no seu seio e que ele tinha visto até aqui com olhos indulgentes. Em nome da grave responsabilidade que lhe incumbe e da qual sentiu agora todo peso, ele reprova o antimilitarismo, repudia a greve geral e renega todas as ousadias lógicas do seu passado.⁸³

Nota-se, então, que o mesmo sentimento de responsabilidade, pode ser atribuído ao Partido dos Trabalhadores, ou seja, renega sua lógica ousada original de igualdade, seu projeto inicial de justiça social, ao mesmo tempo em que reproduz o conservadorismo e as desigualdades vivenciadas na sociedade brasileira. Isso pode explicar o fato do partido não ter revolucionado, sob o ponto de vista político, ao não possibilitar políticas de inclusão para que os negros, nos três primeiros mandatos em Porto Alegre, ocupassem Cargos de Primeiro Escalão ou impulsionar uma candidatura a cargo eletivo de candidato oriundo dos movimentos de protesto negro.

No que se refere, ainda, ao arrefecimento do Partido dos Trabalhadores, com o seu passado de luta pela igualdade racial, essa resposta pode ser buscada quando se analisa o imenso crescimento do partido no Brasil, em geral, no Rio Grande do Sul, em particular, que vem assumindo governos e afirmando cada vez mais o processo burocrático interno. Sobre esse aspecto, Michels assim proferiu magistralmente:

⁸² - MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p. 222.

⁸³ - *Ibidem*.

“O partido se mobiliza tanto mais quanto se estende e se fortalece a sua organização; o que significa dizer que ele perde o entusiasmo revolucionário, torna-se inerte e pesado, preguiçoso, não somente na ação, mas no pensamento”⁸⁴”.

Acerca do fortalecimento do Partido dos Trabalhadores e seu notável crescimento, esse fenômeno teve seu início nas eleições de 1982⁸⁵, nas quais o partido elegeu apenas dois prefeitos, 1,7% das vagas da Câmara dos Deputados, e doze deputados estaduais, das 947 vagas concorridas, e 117 vereadores de 3961 municípios.

Não obstante, em 1985 começou basicamente, a evolução eleitoral do Partido dos Trabalhadores, que venceu a prefeitura de Fortaleza com Maria Luiza Fortanelle e obteve a segunda posição em Vitória do Espírito Santo e em Aracaju. Além disso, conquistou 11% do eleitorado de Porto Alegre e 20% na capital paulista. De acordo com André Singer: ”os resultados de 1985 são importantes, suprimem as dúvidas quanto à viabilidades da sigla. Mostram que havia um eleitorado, por enquanto, nas capitais, sensível à sua pregação”⁸⁶.

Em 1986, o Partido dos Trabalhadores conseguiu 3,3% de representantes na Câmara dos Deputados, elegendo 16 Deputados Federais. O fato importante nessa eleição foi que o partido conseguiu conquistar um eleitorado onde, até então, a agremiação não era dotada de organização. Já na eleição de 1988, o partido venceu em São Paulo, com Luiza Erundina, em Porto Alegre, com Olívio Dutra e em Vitória com Vítor Buaiz. Assim, o Partido dos Trabalhadores governou 10% dos brasileiros. Na eleição para presidente da república contudo Luis Ignácio Lula da Silva foi derrotado com 31% dos votos válidos.

Na primeira eleição da década de noventa, portanto 1990, o Partido dos Trabalhadores saltou de 3,3% para 7,0% na Câmara dos Deputados, elegendo Eduardo Suplicy como seu primeiro senador e, em 11 estados da Federação, deputados federais petistas.

No pleito de 1992, o Partido dos Trabalhadores repetiu a vitória em Porto Alegre, com Tarso Genro, obtendo conquistas em Belo Horizonte, Rio Branco e Goiânia. O resultado dessa eleição teve como característica a interiorização do “petismo”. Portanto, venceu em 53 dos 4.762 municípios disputados.

Nas eleições de 1996, apesar do partido perder três capitais conquistadas anteriormente, conseguiu dobrar o número de prefeituras vencidas, vence em 115 dos 5.378 municípios disputados. Além disso, essa eleição reafirmou a expansão do partido no interior brasileiro, principalmente Minas Gerais e Rio Grande Sul. Notadamente, as eleições do ano de 2000 foi

⁸⁴ Idem, p.222.

⁸⁵ - SINGER, A. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

⁸⁶ - Idem, p. 54.

muito significativa para o Partido dos Trabalhadores, pois reelegeu-se para um quarto mandato na prefeitura de Porto Alegre, reconquistou o governo de São Paulo, além de vencer em cidades de população média, como Ribeirão Preto, Piracicaba, Diadema e Santo André. Na opinião de André Singer, “a eleição de 2000 representou a possibilidade de consolidar-se nas cidades médias”⁸⁷.

É possível notar, então, que, com o crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores, em apenas vinte anos, fortalece ainda mais a teoria de Michels sobre a “a base conservadora da organização”. Conforme ele, o partido socialista que conquista um número elevado de membros e eleitores tende a evitar esses debates, pelo fato de se tornarem obstáculos a seus propósitos. Sugere o autor que: “à medida que a organização cresce, a luta pelos grandes princípios se torna impossível”⁸⁸. Mais adiante, segue nesse raciocínio:

*Toda perda de membros ou de sufrágios, até mesmo toda perda de mandatos, enfraquece seu prestígio político. Por isso, devem-se ter grandes atenções tanto para com os novos partidários como com os que são somente suscetíveis de se filiar e que são chamados, na Alemanha, mitlascefer, na Itália, simpatizanti, na Holanda, geestrerwanten. Para não assustar essas pessoas, que ainda estão afastadas do mundo ideal do socialismo ou da democracia, evita-se praticar uma política de princípios, sem antes perguntar se o aumento quantitativo da organização não é de natureza a trazer prejuízo para a sua qualidade.*⁸⁹

Portanto, tal argumentação sociológica, associada ao caráter parlamentar e institucional adquirido, pode, em parte, explicar as ações políticas tardias e modestas dos governos do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, para implementar políticas antidiscriminatórias, tais como: cotas ou inclusão do negro nos livros didáticos da rede municipal, assim como, condições iguais aos negros no que se refere ao acesso a cargos elevados e de decisão no interior do partido, que pode significar acúmulo de poder.

Disso pode-se concluir que o receio da perda eleitoral faz com que o partido se omita em questões consideradas emblemáticas e estruturais na sociedade. Dessa forma, vale ressaltar as enormes discussões e dificuldades que o Estado brasileiro vem enfrentando na tentativa de implementar as políticas de cotas para negros nas universidades. Dificuldades como essas referentes à questão racial, parecem se traduzir no Partido dos Trabalhadores.

⁸⁷ Idem, p.63.

⁸⁸ MICHELS, P. 220.

⁸⁹ - Idem, p. 221.

4.3.1 CRESCIMENTO ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO SUL E EM PORTO ALEGRE.

Consoante Marcello Baquero (1997, p.129), a consolidação e o fortalecimento de um partido político se dá através da credibilidade nas políticas aplicadas e na habilidade de conciliar sua heterogeneidade interna com a homogeneidade externa. Nesses aspectos, o Partido dos Trabalhadores vem demonstrando maturidade política e profissionalismo ao revelar o seu enorme desempenho eleitoral. Logo, o **quadro 4**, a seguir pretende mostrar o crescimento eleitoral desse partido em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul desde sua fundação.

QUADRO 4: Crescimento do PT em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul

Ano	Deputados estaduais	Deputados federais	Votação obtida para governador		Números de vereadores no RGS	Número de prefeitos no RGS	Número de Vereadores em Porto Alegre	Votação obtida em Porto Alegre à prefeitura	
			1º Turno	2º Turno				1º Turno	2º Turno
1988						4*	9*	247.517	
1990	5	4	412.521						
1992					172	7	10	307.145	400.770
1994	4	7	1560.992	2453.174					
1996					360	26	14	408.998	
1998	12	8	2295.503	2844.767					
2000					456	35	10	381.117	491.775

FONTES: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. *Jornal Zero Hora de 20/11/1988

O Partido dos Trabalhadores vem desde a eleição municipal de 1985, ocupando paulatinamente o espaço do Partido Democrático Trabalhista. Dessa forma, nessa eleição, mesmo com a vitória dos trabalhistas por intermédio de Alceu Collares, o partido contabilizou o total de 80.365 votos. Vale lembrar que essa eleição foi somente para a escolha do executivo. Na eleição seguinte, portanto, em 1988, também para a prefeitura de Porto Alegre juntamente com a escolha do legislativo, o Partido dos Trabalhadores sagrou-se vencedor, elegendo Olívio Dutra como prefeito, com 247.517 votos, e tendo como vice-prefeito Tarso Genro. Para a Câmara dos Vereadores, foram eleitos 9 vereadores, sendo que, Adroaldo Correa, que é negro, ficou na suplência com 2849 votos.

Este crescimento do Partido dos Trabalhadores, em 1988, se deve, expressivamente, ao desgaste do governo federal, sob a presidência de José Sarney e, à fraqueza dos partidos políticos tradicionais. É importante ressaltar que, nessa época, o Partido dos Trabalhadores era inexpressivo como força política em relação a outras agremiações na capital. Sua influência vinha, basicamente, dos funcionários públicos, do movimento sindical, dos setores da classe média e de parte dos intelectuais da cidade de Porto Alegre.

Na eleição para o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1990, o Partido dos Trabalhadores concorreu com Tarso Genro para governador e obteve 412.521 votos. Vale lembrar que Genro era vice-prefeito de Olívio Dutra em Porto Alegre. Para a Assembléia Legislativa, o representante do Movimento negro que concorreu foi Julio Camisolão, que obteve 365 votos. Para o Congresso Nacional foi eleito Paulo Paim com 48.550 votos, sendo o candidato que representou, desde o início de sua vida pública, os trabalhadores, sem dar ênfase à questão racial. Esse pleito teve como uma das características marcantes o índice acentuado de votos brancos e nulos, com 615. 981 (11,8%) e 545. 874 (10,4%), respectivamente.

Na eleição municipal de 1992, para a prefeitura de Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores se reelegeu para um segundo mandato consecutivo, tendo como candidato Tarso Genro e como vice-prefeito Raul Pont. Tarso Genro recebeu, no primeiro turno, 307.145 votos ou 40,7% do total da votação, o que provocou um segundo turno, no qual o candidato petista obteve 400.770 votos, saindo vencedor desse pleito. Essa eleição teve uma particularidade, a de romper com o processo de alternância no poder do executivo municipal dessa capital. Nesse aspecto, Baquero postula duas razões que justificam tal fato. Primeira:

o impacto negativo do processo inflacionário no poder aquisitivo das pessoas, aliado a problemas de custo de vida, improbidade administrativa e institucionalização generalizada de desconfiança nos políticos e nas instituições políticas. Esses elementos afetaram todos os partidos, menos o PT que, na capital gaúcha, consegue duplicar o número de pessoas com ele identificadas⁹⁰.

Segunda:

O crescimento do número de eleitores que manifestavam sua identificação partidária com o PT pode ser o resultado do que tem sido denominado de maneira petista de governar. Basicamente, essa maneira cristalizou-se no “Orçamento Participativo”, como forma de resgate da cidadania, que passou a ter a responsabilidade de determinar as prioridades de investimentos nas suas respectivas áreas⁹¹.

⁹⁰ Baquero M. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições de 1996 em Porto Alegre. In: Baquero, Marcello. A Lógica do processo eleitoral em tempos modernos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. P. 132.

⁹¹ Idem, p.133.

Na eleição de 1994, para o governo do estado do Rio Grande do Sul, o Partido concorreu com Olívio Dutra e somou a totalidade de 1560.992 votos, levando essa eleição ao segundo turno. Entretanto, nesse novo momento, o Partido dos Trabalhadores foi derrotado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro com a candidatura de Antonio Brito, que obteve 2679.701 votos contra 2.453.174 de Olívio Dutra. Essa eleição confirmou a supremacia do Partido dos Trabalhadores sobre o trabalhismo do Partido Democrático Trabalhista.

No que se refere às candidaturas de negros petistas no pleito proporcional, nessa eleição, Paulo Paim, se reelegeu com 138.558 votos. No entanto, sua campanha continuou atenta às demandas da classe trabalhadora, sem realçar o aspecto negro. Quanto à Assembléia Legislativa, concorreram José Gomes, Reginete Bispo e Edson Portilho. Desses, apenas se elegeu José Gomes, com 23066 votos, representante da classe dos policiais militares e que não tinha presente em sua plataforma política a questão racial. Bispo e Portilho obtiveram, respectivamente 2.564 e 12.716 votos, sendo que somente a primeira é militante e ativista do movimento negro.

Em 1996, na eleição para a prefeitura de Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores elegeu, pela terceira consecutiva, o prefeito da capital, dessa vez, não precisando ser realizado o segundo turno, pois, ainda no primeiro, Raul Pont fez 408.998 votos, obtendo 51,9% da votação total. Na Câmara de Vereadores, o partido elegeu 14 vereadores, 4 acima do pleito municipal anterior. De acordo com Baquero, foi o pragmatismo do eleitorado, reforçado pela idéia de um novo comportamento eleitoral desse que, novamente, escolheu o candidato do Partido dos Trabalhadores. Diz o autor que:

no passado presumia-se que a ideologia se constituía obstáculo intransponível para eleitores sofisticados; ou de direita ou, de esquerda. Num dos resultados dos acontecimentos com nível sistêmico que contribuiriam para desmistificar a esquerda, foi o surgimento de um segmento significativo de eleitores cujo o comportamento político-eleitoral está baseado em formas estratégicas de pensar a política, movimentando-se de um candidato para outro, independente da ideologia e do partido e que, no passado, se orientavam na direção centro-direita⁹².

No interior do estado do Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores elegeu 25 prefeitos e um total de 360 vereadores. Dessas prefeituras, deve-se destacar a de Caxias do Sul, o maior colégio eleitoral do interior, a qual foi vencida por Pepe Vargas.

Em 1998, na eleição para o governo do estado, o Partido dos Trabalhadores sagrou-se vencedor e confirmou sua consolidação eleitoral no Rio Grande do Sul. O seu candidato foi

⁹² Ibidem, 139.

novamente Olívio Dutra, que obteve 2295.503 votos, no primeiro turno, e 2844.767 votos no segundo turno. O seu adversário foi, novamente, Antonio Brito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que fez 2319.302 votos no primeiro turno e 2757.401 no segundo turno. Essa vitória foi importante para o Partido dos Trabalhadores sob o ponto de vista político, porque foi a primeira conquista num estado tido como o mais politizado do país, além de ser desenvolvido economicamente e ter como característica a expressiva dualidade política-ideológica. Essa vitória foi saudada como um exemplo de governo socialista para a América Latina. No entanto, a fotografia do poder, estampada nos veículos de comunicação, com os nomes e rostos daqueles que iriam conduzir esse modelo de socialismo, mais uma vez, não continha nenhum rosto negro.

Nessa eleição, no que se refere às candidaturas de negros do Partido dos Trabalhadores, concorreram para a Assembléia Legislativa Maria Conceição, Jairo Santerra, Edson Portilho e, para o Congresso Nacional concorreu à reeleição Paulo Paim. Esse candidato foi eleito com 213.894 votos, sendo o mais votado do estado. É importante acrescentar que, nessa eleição, Paim incluiu, com muita ênfase, o tema racial em sua plataforma política. Para Assembléia, foi eleito Portilho com 44.049 votos. Ele, que já tinha sido candidato a prefeito de Sapucaia do Sul, teve apoio, para essa eleição, de setores do magistério, do movimento sindical e de alguns setores do Movimento Negro. No entanto, sua atuação nesse movimento era muito recente, atuando muito mais como um “free-rider”. Santerra, na época, era vereador do município de Gravataí, também militante recente do movimento negro e obteve 4915 votos. Maria Conceição pode ser considerada dentre todos candidatos, como a mais autêntica representante do Movimento Negro, pois, em seu discurso, o tema racial e da mulher é sempre prioridade, independente de ideologia. Nessa eleição, Conceição obteve a votação de 4.126 votos.

Na eleição municipal de 2000, o Partido dos Trabalhadores elegeu Tarso Genro como prefeito para um quarto mandato consecutivo da capital do Rio Grande do Sul. Dessa vez, ao contrário de 1996, essa vitória somente foi garantida no segundo turno, quando Genro obteve 491.775 votos contra 381.117 votos obtidos no primeiro turno. Para a vereança, o partido elegeu 10 vereadores na capital, diminuindo em relação ao pleito municipal anterior. No restante do estado do Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores elegeu um total de 34 prefeitos, somando um total de 456 vereadores eleitos.

Essa vitória, que culminou com o quarto mandato petista em Porto Alegre, pode ser explicada muito mais pelo caráter ideológico de esquerda do eleitorado da capital, ao contrário do pragmatismo da eleição anterior revelado por Baquero. Também se deve à desarticulação e fragilidade da oposição.

Entretanto, o que mais chama a atenção para os propósitos dessa pesquisa é o fato de que o Partido dos Trabalhadores disputou o segundo turno contra Alceu Collares, negro, advogado e fundador do Partido Democrático Trabalhista. Esse partido, salienta-se, é tradicionalmente reconhecido como a agremiação política mais identificada com a causa dos negros e tem, nos seus princípios, o compromisso com o combate ao racismo. Além disso, foi o primeiro partido político a eleger dois candidatos negros a governador de estado: Alceu Collares, no Rio Grande do Sul e Albuíno Azeredo, no Espírito Santo, ambos em 1990. Portanto, a Coordenação de campanha de Tarso Genro esteve atenta a esses detalhes, no segundo turno, apresentando, em suas propagandas políticas televisivas, cidadãos negros e militantes do Movimento Negro, apoiando essa candidatura e as administrações petistas na capital, o que não ocorreu no primeiro turno em nenhum momento.

Dessa forma, utilizando-se dos parâmetros teóricos de Michels sobre a base conservadora de um partido socialista, tem-se que o Partido dos Trabalhadores se assemelha a essa característica, pois, nesse sentido, ao tomar o poder do Estado se assemelhou ao mesmo, ou seja, foi lento para a correção das desigualdades de poder vivenciadas pelos negros no interior do partido. Além disso, o fato de o Partido dos Trabalhadores ter crescido notavelmente no País e no Rio Grande do Sul pode ser uma justificativa para não executar políticas que venham a contrariar os interesses das classes até agora privilegiadas do sistema atual, pois, isso acarretaria perda eleitoral para o partido. Além desse fato, um outro que requer atenção, diz respeito a esse crescimento eleitoral não correspondendo, proporcionalmente, ao surgimento de negros em cargos eletivos ou como participantes das oligarquias do poder do partido.

4.4 ESTABILIDADE DOS CHEFES

O aspecto da estabilidade dos chefes políticos de um partido socialista interessa a essa pesquisa no sentido de associá-la ao núcleo de poder do Partido dos Trabalhadores e estabelecer uma relação, se existente, com os negros militantes do partido.

Dessa forma, Michels argumenta que a estabilidade dos chefes políticos se deve muito mais ao receio às mudanças e ao apego aos laços tradicionais do que à expressão e à representação do conjunto de novas forças políticas existentes no interior do partido. Todavia, na perspectiva do autor, o que deveria prevalecer seriam os princípios democráticos. No entanto,

*nada disso existe, contudo, nos partidos socialista que tem uma sólida organização; o sentimento da tradição, ligado à necessidade instintiva de um estado de coisas estável, faz ao contrário, que a direção superior represente mais o passado que o presente*⁹³

Nesse sentido, analisando o pensamento do autor e confrontando-o com a formação das Comissões Executivas do Partido dos Trabalhadores se notará uma certa imobilidade de alguns dirigentes. É o caso, por exemplo, de Waldir Bonh Gass que foi eleito presidente em 1999, 2001 e em 2003 o seu mandato foi revogado até 2005. Antes disso, foi presidente da Comissão Provisória em 1988.

Além disso, desperta a atenção o fato que, uma vez participante como chefe político no Diretório ou em Comissões Provisórias, são enormes as possibilidades desses integrantes do núcleo de poder virem a ocupar, futuramente, cargos políticos importantes, nos governos ou no partido. Nesse caso, tem-se como exemplo, Selvino Hech, que presidiu o Partido dos Trabalhadores em 1992 e, posteriormente, ocupou a chefia de gabinete do Deputado Estadual Edson Portilho. Um outro exemplo Paulo Ferreira, o qual foi Secretário Geral da Executiva Estadual e, a seguir, assumiu o cargo de Secretário da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do partido. É importante ressaltar que para aqueles os quais foram eleitos para cargos legislativos, também eram maiores suas possibilidades de exercerem cargos no Secretariado dos governos. Nesse caso, por exemplo, pode ser citado João Verle, que ficou na suplência de vereador, em 1988, assumindo como Secretário da Fazenda no primeiro mandato petista e chegando ao cargo de vice-prefeito no ano 2000.

Num estudo sobre a burocracia instalada no Partido dos Trabalhadores, Carlos Alberto Novaes critica o índice acentuado de profissionalização e estabilidade dos chefes políticos no partido, sugerindo que haja *“uma política de cota máxima nos cargos de direção e representação para a militância remunerada, a definição de taxas obrigatórias de renovação para esses cargos e concursos para a formação do quadro de funcionários do partido*⁹⁴”.

Conforme o autor, esse fenômeno burocrático vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores ameaça o projeto político inicial do partido, ou seja, de um partido voltado para o fortalecimento da democracia e da igualdade social. Dessa forma, pode-se acrescentar à idéia do autor o comprometimento com a igualdade e a justiça aos setores oprimidos da sociedade civil e da sociedade política.

⁹³ MICHELS, p. 63.

⁹⁴ NOVAES, C. PT: Dilemas da Burocratização. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, N. 35, março de 1993, pp 217 a 237.

Nota-se, então, que, à medida que o partido atribui importância significativa ao êxito nos pleitos eleitorais e passa a dar maior ênfase ao plano institucional, as políticas internas de distribuições igualitárias de poderes e de redistribuições de políticas públicas na sociedade tornam-se inócuas ou lentas. Logo, políticas conflitantes, as quais venham a desgastar o partido e, conseqüentemente, acarretar perdas eleitorais, são proteladas ou esvaziadas.

Sobre a estrutura partidária, crescentemente centralizada do Partido dos Trabalhadores, Novaes se refere aos militantes que não aceitavam a rígida disciplina do partido. Nessa perspectiva, o partido inseriu, a partir do 5º Encontro Nacional, uma resolução afirmando a centralização: *“Para ser um partido dirigente, capaz de intervir de forma organizativa e coerente nos movimentos sociais, e de dar um rumo à luta das massas trabalhadoras pelo socialismo, o PT precisa de centralização”*.⁹⁵

Portanto, utilizando-se do centralismo do Partido dos Trabalhadores observado pelo autor e tendo como base o poder de decisão dos chefes políticos nos partidos socialistas, conforme Michels, observa-se que o partido tem dispositivos para decidir a favor de qualquer tema que lhe interessa que seja aceito no seu conjunto. Donde se pode concluir que uma ação mais efetiva do partido, no que diz respeito a questão de poder aos negros, está muito mais condicionado ao poder de decisão do núcleo de poder do partido do que a uma necessidade de força política interna dos negros.

Por conseguinte, nota-se que os princípios democráticos da rotatividade e da maximização do poder deveriam nortear os rumos de um partido político. Dessa forma, a agremiação deveria ceder espaços políticos e de poder às novas composições e aos jovens políticos, a fim de evitar a vitaliciedade nos cargos. No entanto, é de fácil aceitação que os militantes que permanecem por mais tempo ocupando cargos nobres e remunerados nos partidos políticos, terminam por adquirir um melhor aprendizado das questões do partido e das políticas governamentais, tornado-se profissionais da carreira política e, nesse aspecto é pertinente a observação de Michels:

O mecanismo do partido socialista oferece aos operários, graças aos numerosos postos remunerados e honoríficos que dispõe, uma possibilidade de fazer carreira o que exerce sobre eles uma força de atuação considerável. Daí que resulta um certo número de operários mais ou menos bem dotados do ponto de vista intelectual, se vêem transformados em empregados, levando uma de pequenos- burgueses, se achando na necessidade e tendo a oportunidade de adquirir, às custas da massa, uma instrução superior e uma visão mais nítida das relações sociais”.⁹⁶

⁹⁵ Apud Novaes, p. 227.

⁹⁶ - MICHELS, p. 53.

Diante disso, nota-se que, à medida que um partido socialista cresce política e eleitoralmente, poucas são as mudanças, mesmo no Estado que antes era combatido por ele e, nesse aspecto, a mobilidade dos chefes políticos também se dá de forma reduzida. Logo, com a estabilidade dos chefes, diminuem as possibilidades de outros segmentos e grupos participarem do poder político do partido. Ou seja, a burocratização e o alto grau de profissionalização política enfraquecem o projeto original de igualdade e democracia interna.

4.5 EM RESUMO

Notadamente, esse capítulo procurou refletir sobre os conceitos de democracia, tendo como parâmetro três postulados básicos da obra de Miches. Nesse aspecto, pôde-se observar que um certo grau de conservadorismo de um partido socialista decorre da medida exata do seu crescimento eleitoral e político. A consequência disso é a reprodução, no seu interior, de todos os males que, antes eram causados pelo Estado que, até então, era veementemente criticado por esse partido. Ou seja, no caso brasileiro, desigual e discriminador.

No que se refere à formação das oligarquias do poder, verificou-se que, esse fenômeno é inerente aos partidos políticos a qualquer formação de grupos organizados. No entanto, desperta atenção o fato de ocorrer num partido socialista como o Partido dos Trabalhadores, que tem, em sua gênese o compromisso com a igualdade e a justiça. Igualmente chamou atenção, como foi demonstrado, que os negros no Partido dos Trabalhadores não fazem parte das oligarquias que detêm o poder político, nem se fazem presentes nas que conduziram e conduzem os governos petistas em Porto Alegre. E, quando isso ocorre, os negros que assumem cargos de importância política, não representam a reivindicação do Movimento Negro organizado do partido.

Finalmente, observou-se que a estabilidade dos chefes políticos ou de profissionais políticos é uma característica de um partido socialista e que essa estabilidade e, conseqüentemente, esse processo burocrático, acarretam a longo prazo, uma ameaça ao projeto político original do partido que prega a igualdade e a justiça. Assim, diante desses três postulados foi, traçado um panorama com a questão de poder dos negros no interior do Partido dos Trabalhadores, observando-se que, esses não participam das oligarquias no partido ou de seus governos, por estarem submetidos ao processo burocrático cada vez mais fortalecido. Ou seja, criam-se mecanismos, aparentemente de democratização, porém, quanto ao poder, permanecem as oligarquias. Portanto, tanto a democracia preconizada pelos antigos

gregos como a reverenciada pelos modernos referente ao poder, num partido socialista, se degenera.

5 PERFIL DOS SERVIDORES DE CARGOS DE CONFIANÇA DO GOVERNO PETISTA

Centrado na descrição dos servidores que exercem cargos em comissão no governo municipal de Porto Alegre, administrado pelo Partido dos Trabalhadores, este capítulo permite externar um perfil sócio-econômico desses servidores, assim como uma abordagem da dimensão política, no sentido de observar a relação desses empregados com o partido que está no poder. Sendo assim, num primeiro momento, o objetivo é demonstrar o contingente dos servidores quanto ao sexo, o que será feito a seguir, onde se vai analisar a composição dos sexos no governo “socialista” e, a partir daí, verificar os avanços ou retrocessos desses gêneros secularmente defasados econômica e socialmente. Assim, o objetivo principal é comparar a presença de mulheres e homens no quadro dos servidores de cargos em comissões no governo municipal.

Tabela 1: Sexo

<i>Sexo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	90	56,6
Feminino	69	43,4
Total	159	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Dessa forma, a *tabela 1* denota uma normalidade, se comparada com pesquisas sobre o mercado de trabalho na sociedade brasileira, pois aponta para a sobreposição dos homens em relação às mulheres. Na pesquisa com os servidores de cargos em comissões do governo municipal de Porto Alegre, os números evidenciaram que o sexo masculino está presente com 56,6% do total dos cargos, enquanto que o feminino está presente com 43,4%.

No entanto, é importante observar que esses números são semelhantes aos da região metropolitana de Porto Alegre, conforme evidencia a *tabela 1A*, onde os resultados apontaram as presenças masculina e feminina de 56,4% e 43,6%, respectivamente. Logo, mesmo sendo

maior a presença dos homens que habitam essa região, no mercado de trabalho e, sobretudo, num governo de um partido socialista, ainda persiste uma sobreposição masculina, conforme visto a seguir. Entretanto, essa situação não se verifica em relação à taxa global⁹⁷ de participação em Porto Alegre, onde o sexo masculino responde por 49,3%, da ocupação no mercado de trabalho.

Tabela 1A: Sexo

<i>Sexo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Masculino	991.079	56,4
Feminino	766.308	43,6
Total	1.757.387	100,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 em Porto Alegre.

5.1 ETNIA

Nesta pesquisa, utilizou-se o termo etnia, muito mais por uma questão antropológica do que por qualquer outra dimensão política ou social que o conceito possa revelar. Em comparação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é imperioso salientar que esse instituto utiliza o conceito de Raça ou Cor para a declaração dos entrevistados. Diante disso, o objetivo fundamental é analisar a participação dos negros no quadro de servidores de cargos em comissão no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores, cuja origem é a formação de vários movimentos sociais. Logo, tendo em vista esse partido, em Porto Alegre, possuir uma intensa militância de negros organizados em núcleos e em secretarias, é necessário analisar a sua participação nos cargos políticos, considerados fundamentais para a busca de consolidação interna nesse partido político.

⁹⁷ - Fonte: PED/RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. Agosto, 2003.

Tabela 2: Etnia

Etnia	*Distribuição étnica dos servidores de Cargos em Comissões		**Distribuição étnica de Porto Alegre	
	Freq.	%	Freq.	%
Branca	135	84,91	1.121.312	82,41
Negra	15	9,43	118.640	8,72
Outras	8	5,03	115.488	8,49
NR	1	0,63	5.149	0,38
Total	158	100	1.360.589	100

Fontes: Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. *Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. **IBGE, Censo Demográfico 2000.

Assim, quando se refere à etnia, a *tabela 2, acima*, mostra que os negros participam com apenas 9,4% do total dos servidores que ocupam cargos em comissão no governo socialista, enquanto que aqueles declarados brancos assumem 85,5% dos cargos. Nesses dados, três fatores chamam a atenção. Primeiro: a sobreposição de 76,1% da presença dos brancos sobre a presença dos negros se assemelha à sobreposição de 76,4% entre os mesmos grupos vivenciados na cidade de Porto Alegre; segundo: na administração popular de um partido socialista, a reduzida presença de 9,4% dos negros é menor que a política de cotas para afro-brasileiros exigidas pela Prefeitura de Porto Alegre e, menor que a cota de 40% que está sendo discutida para ser implantada nas Universidades Federais; terceiro: chama a atenção o fato de ser um partido que, na sua origem, combate a discriminação e a injustiça social, mas que internamente reproduz as mesmas desigualdades vistas na sociedade. Além disso, externamente, para a opinião pública, o partido demonstra congruência em seu discurso, ao promover limites de cotas nos concursos públicos, porém, internamente, age como qualquer setor discriminador da sociedade.

5.2 OUTRAS ETNIAS

No sentido de reconhecer a diversidade étnica da sociedade brasileira e, dessa forma, garantir essa pluralidade no interior do quadro de servidores de cargos em comissão, a *tabela 3* apresentada a seguir, tem o objetivo de demonstrar as outras etnias auto-declaradas durante a entrevista. Logo, quando se abre a categoria outras para a etnia, percebe-se que apenas 1,3% dos servidores entrevistados se declararam pardos e 1,9% se declarou mestiço ou moreno, que

juntos perfazem um total de 3,2%. A causa desses baixos índices pode ser a maior conscientização étnica e o reconhecimento do valor da negritude, visto que muitos desses são servidores que militam em movimentos sociais negros. Vale acrescentar que, no Brasil, em 1991⁹⁸, a porcentagem daqueles que se declararam negros era de 5,1%; em 2000 esse índice subiu para 6%, o que equivale a dizer que um milhão e setecentos mil negros que redescobriram sua negritude.

Em Porto Alegre, que tem uma população de 1.360,590⁹⁹ de habitantes, a porcentagem daqueles declarados negros foi de 8,71% e, para aqueles que se declararam pardos, foi de 7,84% que, juntos, perfazem um total de 225.354 afros-brasileiros porto alegrenses. No entanto, é importante observar que, em pesquisas em que é solicitado ao entrevistado declarar sua etnia ou raça, muitos negros, no sentido de tentar atenuar as formas de racismo sofridas por eles, criam variadas denominações¹⁰⁰ étnicas com o objetivo de minimizar a discriminação, tais como: moreno, pardo, mulato, mestiço etc. Nesse sentido, embora em menor número na pesquisa com os ocupantes de cargos em comissão, numa avaliação subjetiva do entrevistador, daqueles que se declararam mulatos, pardos, morenos e mestiços, somente um entrevistado seria considerado branco.

Portanto, sugere-se que, em uma metodologia de avaliação da etnia, mais rigorosa e eficiente ou com políticas sociais que atendam às necessidades exclusivas dos negros, os dados de Porto Alegre se modificariam, podendo haver uma tendência de aumentar os números de habitantes negros nessa cidade e, conseqüentemente, diminuiria o número de pardos

Tabela 3: outras etnias

<i>Outras Etnias</i>	<i>Servidores dos cargos em comissão</i>		<i>Distribuição étnica de Porto Alegre</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq.</i>	<i>%</i>
Amarela	Sem declaração	Sem declaração	2.418	0,18
Indígena	2	1,26	6.356	0,47
Judaica	1	0,63	Sem declaração	Sem declaração
Mestiço(a)/Moreno(a)	3	1,89	Sem declaração	Sem declaração
Pardos	2	1,26	106.714	7,84
NR ou SD*	1	0,63	5.149	0,38
Total	9	5,66	120.637	8,87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. *Na pesquisa para Porto Alegre os entrevistados Sem Declaração.

⁹⁸ SANTOS, H. A busca de um caminho para o Brasil. São Paulo: Senac, 2001 p.54.

⁹⁹ FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000.

¹⁰⁰ Ver SANTOS p.57 onde o autor elenca cinquenta denominações de raças ou etnias auto declaradas pelos negros no sentido de driblar o racismo brasileiro.

5.3 FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

A distribuição etária dos servidores que ocupam cargos em comissão é importante para efeitos analíticos quanto à iniciação dos servidores e militantes dos partidos políticos em cargos políticos e ao que os diferencia da sociedade brasileira.

Na *tabela 4*, percebe-se que as mulheres estão mais presentes, na faixa de até 29 anos, com 20,6%, enquanto que apenas 7,2% dos homens estão nessa faixa. Isso sugere que as mulheres estão ingressando mais cedo que os homens nos cargos em comissão do governo do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre. Quando se observam as duas faixas subsequentes, verifica-se que o governo socialista mantém nos cargos uma taxa representativa de homens e mulheres em idade produtiva. Nesse caso, superou os índices do IBGE que registrou 26,2% e 26,6% para homens e mulheres, respectivamente, na segunda faixa e 22,1% para homens e 23,6% para mulheres na terceira faixa.

Tabela 4: faixa etária e gênero

Faixa Etária	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 29 anos	19	13,0	6	7,2	13	20,6
De 30 a 39 anos	41	28,1	25	30,1	16	25,4
De 40 a 49 anos	56	38,4	33	39,8	23	36,5
50 anos ou mais	30	20,5	19	22,9	11	17,5
Total	146	100,0	83	100,0	63	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.4 GRAU DE INSTRUÇÃO

A educação pode ser vista como a mola propulsora da igualdade de oportunidades, do desenvolvimento do potencial humano e, ao mesmo tempo em que mensura o nível cultural dos cidadãos, de uma sociedade, empresa ou governo. Por conta disso, torna-se importante, verificar o grau de instrução dos servidores que ocupam cargos em comissão na administração municipal de Porto Alegre.

Ao se observar a *tabela 5*, desperta a atenção o nível acentuado de escolaridade dos servidores de Cargos de Confiança, no que tange ao ensino superior completo, com 44,7%, e Pós-Graduação completo com 23,3%. Esses índices ultrapassaram a média nacional dos militantes do Partido dos Trabalhadores pesquisados por Benedito Tadeu¹⁰¹, em 1991, que apresentou os índices de 34% daqueles militantes que completaram o curso universitário, sendo 7,2% os que concluíram o mestrado e, 1,6% os que concluíram o curso de doutoramento.

Tabela 5: Grau de Instrução

<i>Escolaridade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Da 5ª a 8ª série	3	1,9
Ensino Médio Completo	14	8,7
Ensino Superior Incompleto	23	14,5
Ensino Superior Completo	71	44,7
Pós-graduação Incompleto	11	6,9
Pós-graduação Completo	37	23,3
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.5 FORMAÇÃO ACADÊMICA

No que concerne ainda ao grau de instrução, tendo em vista a pesquisa com os servidores que exercem cargos em comissão no governo municipal apresentar um índice elevado daqueles que possuem o curso superior completo, tornou-se significativo para demonstrar a formação acadêmica desses servidores. Nesse aspecto, conforme a tabela 6, abaixo a seguir, observa-se que as Ciências Humanas é a formação de 44,9% dos ocupantes dos cargos em comissão, seguida pelo Direito, com 14,5% e as Ciências Exatas e da Terra, com 12,3%, além de Administração com 10,9%. Nesse caso, pode-se inferir que a concentração maior das Ciências Humanas num governo tem uma relação direta com a preocupação com as políticas sociais que esse governo tenha a intenção de desenvolver.

¹⁰¹ TADEU, B. PT: a contemporaneidade possível. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002 p.79. Essa pesquisa apresentou

TABELA 6: Formação Acadêmica

<i>Área de Conhecimento</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ciências Exatas e da Terra	17	12,3
Ciências da Saúde	10	7,2
Ciências Básicas	9	6,5
Ciências Agropecuárias	1	0,7
Letras e Artes	4	2,9
Ciências Humanas	62	44,9
Direito	20	14,5
Administração	15	10,9
Total	138	100,0

Fonte: Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.6 FAIXA SALARIAL

Na busca por resultados que garantissem mais objetividade e veracidade nas respostas quanto aos ganhos salariais dos servidores de cargos em comissão, adotou-se, nesta pesquisa, a forma direta do entrevistado responder espontaneamente o seu salário mensal. Depois disso, de acordo com as respostas dadas, os resultados foram sendo agrupados em categorias. Nesse sentido, os dados apresentados despertam a atenção, ao mesmo tempo em que destoam da realidade brasileira.

Então, acerca da faixa salarial, a *tabela 7* detectou que 55,1% dos servidores em Cargos de Confiança percebem rendimentos na faixa de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 enquanto que 25,9% ganham salários acima de R\$ 3.000,00. No que concerne a primeira faixa, ou seja, os servidores que ganham até R\$ 1.500,00, pode-se observar que 19% desses servidores fazem parte dessa faixa.

Tabela 7: Faixa Salarial

<i>Faixa Salarial</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até R\$ 1.500,00	30	19,0
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	87	55,1
Acima de R\$ 3.000,00	41	25,9
Total	158	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 1 (0,6 %)

5.7 FILIAÇÃO AO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Como os cargos em comissão são considerados estritamente políticos, a obrigatoriedade da filiação partidária é uma das condições para assumir tais cargos. Nesse sentido, objetiva-se analisar a relação existente entre os militantes de um partido político e os cargos em comissão de um governo. Para tanto, é importante para os propósitos desse trabalho saber definir um conceito de militante partidário e, para isso, recorre-se a Benedito Tadeu (2002 p.57): “*os filiados que têm algum nível de participação ativa na vida partidária e que influem, de alguma forma, e mesmo que minimamente, na definição das políticas do partido – sejam atividades de base sem cargos, sejam dirigentes*”.

Logo, a *tabela 8*, a seguir, demonstra que 78% dos servidores em Cargos de Comissão são filiados ao Partido dos Trabalhadores, enquanto que 18,2% não possui filiação partidária. Nota-se, por conseguinte, que esse contingente é bem superior aos que pertencem a outros partidos que fazem parte da aliança com o Partido dos Trabalhadores, que é de apenas 3,8%. Portanto, ser filiado ao partido parece ser uma condição importante para assumir um Cargo de Confiança, porém, não se pode desprezar os 18,2% que podem ser por currículos profissionais ou indicações técnicas.

Tabela 8: Filiação ao Partido dos Trabalhadores

<i>Opções</i>	Freq	%
Não	29	18,2
Sim	124	78,0
Outro partido	6	3,8
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.8 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores surgiu no final dos anos 70, à luz do processo de abertura política do então regime político autoritário militar. Nesse momento, com a substituição estratégica do bipartidarismo para o pluripartidarismo, houve uma migração dos militantes políticos do Movimento Democrático Brasileiro, partido esse que, até então, fazia oposição à Aliança Renovadora Nacional, dando sustentação aos militares para os partidos que se

mantiveram à esquerda do cenário político, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido Comunista do Brasil e, finalmente, o Partido dos Trabalhadores.

Não obstante, devido ao fato do Partido dos Trabalhadores estar governando por quatro mandatos, o município de Porto Alegre, torna-se importante para o propósito desta pesquisa, no intuito de analisar se, em última análise, ocorreu, nesse município, uma migração dos partidos políticos tradicionais para o partido que está no poder por quatro mandatos.

Sob esta perspectiva, a *tabela 9*, a seguir, é bastante esclarecedora, pois, se forem analisado apenas os servidores filiados ao Partido dos Trabalhadores, percebe-se que apenas 13,2% foram filiados em outros partidos políticos antes do Partido dos Trabalhadores, enquanto que 68,6% dos servidores que estão exercendo atualmente cargos em comissão nunca foram filiados a outros partidos políticos. Diante desses números, pode-se deduzir que a grande maioria dos atuais servidores de cargos em comissão do governo municipal de Porto Alegre fazem parte de um contingente de pessoas que, até a fundação do Partido dos Trabalhadores, estavam à margem da participação da política brasileira institucional e que, portanto, foi esse partido que permitiu a inclusão desses segmentos, frutos da modernização econômicas da era Vargas e que se rompeu, com o golpe militar de 1964, no cenário político.

Tabela 9: Filiação Anterior ao Partido dos Trabalhadores

<i>Opções</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não	109	68,6
Sim	21	13,2
Não é filiado ao PT	29	18,2
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.9 FILIAÇÃO A OUTRO PARTIDO POLITICO ANTERIOR AO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Com o propósito de analisar exclusivamente o engajamento político partidário dos atuais servidores de cargos em comissão anterior ao Partido dos Trabalhadores, a pesquisa, nesse momento, concentra-se unicamente na faixa dos 13,2% da tabela anterior. Acerca desse tema, é mister observar a *tabela 10*, abaixo, e notar que todos os partidos políticos assinalados são considerados da esquerda no espectro ideológico brasileiro e que o Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram os partidos políticos que mais perderam militantes para o Partido dos Trabalhadores. Esse fato vem a confirmar a conclusão de Benedito Tadeu em 1991, que constatou, também, a maior migração dos militantes desses mesmos partidos. Portanto, os atuais ocupantes de cargos em comissão não possuem qualquer relação com os partidos políticos tradicionais da política gaúcha, ao mesmo tempo em que são, em grande maioria, oriundos dos partidos políticos que sempre mantiveram uma relação com os movimentos das bases sociais.

Tabela 10: Filiação Partidária Anterior ao Partido dos Trabalhadores

<i>Partidos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
MDB	5	3,1
PC do B	1	0,6
PCB	5	3,1
PDT	2	1,3
PMDB	1	0,6
PPS	1	0,6
NR	6	3,8
Sem filiação anterior	138	86,8
TOTAL	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.10 CATEGORIA DO CARGO

A designação categoria do cargo foi utilizada nesta pesquisa, para verificar o nível quanto à escala profissional dos servidores que exercem cargos em comissão. Nesse termo, quando se lê o nível 2 ou cargo em comissão 2 (CC2), tem-se que é o cargo mais abaixo na escala profissional, assim como o cargo em comissão 8 (CC8) é o de patamar mais alto nessa mesma escala. No entanto, como a pesquisa detectou apenas 1,4% nas duas primeiras categorias, conforme tabela abaixo, considerou-se, portanto, como a primeira categoria de cargo o nível 4, ou seja, cargo em comissão 4 (CC4).

Sendo assim, a *tabela 11* mostra que 42,8% dos servidores em Cargos de Confiança estão situados nos níveis de Cargos de Confiança 6 (CC6) e Cargo de confiança 7 (CC7). Nota-se que 30% estão presentes nos Cargos de Confiança 5 (CC5) e que apenas 19,3% dos servidores estão situados no Cargo de Confiança 4 (CC4). Os servidores que ocupam os

Cargos de Confiança 8 (CC8) são 6,4%, que são os cargos de diretores, presidentes, secretários do município e outros.

Tabela 11: Categoria do Cargo

<i>Categorias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
CC2	1	0,7
CC3	1	0,7
CC4	27	19,3
CC5	42	30,0
CC6	22	15,7
CC7	38	27,1
CC8	9	6,4
Total	140	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 18 (11,3 %) e NSA 1 (0,6 %)

5.11 ANO DE ADMISSÃO NO CARGO ATUAL

A experiência e do grau de profissionalização política dos servidores e dos militantes do Partido dos Trabalhadores, pode ser verificada pelo tempo de participação dos servidores em cargos de comissão. Além disso, mesmo tratando-se de um mesmo partido que governa o município de Porto Alegre por quatro mandatos, podem ocorrer mudanças nas correlações de forças políticas que venham a mobilizar as sucessivas formações desses governos.

Diante disso, na *tabela 12*, abaixo, três resultados despertam a atenção. *Primeiro*: do quadro atual de servidores que ocupam Cargos de Confiança, apenas 3,1% estão na administração municipal desde o primeiro mandato, que foi em 1988, com a eleição de Olívio Dutra para prefeito de Porto Alegre; *segundo*: há uma acentuada mobilidade nos cargos políticos após o processo eleitoral. Isso pode ser constatado quando se observa o ano de 2001 em que 21,7% dos servidores em Cargos de Comissão foram admitidos, ou seja, no primeiro ano do governo que venceu a eleição do ano anterior; *terceiro*: existe uma acentuada mobilidade de 42% no ano de 2003, a qual pode ser resultado da reengenharia interna do Partido dos Trabalhadores para a disputa de cargos após a eleição de 2002. Isso porque Tarso

Genro, o qual venceu a eleição para o executivo municipal em 2000, se desincompatibilizou desse cargo para concorrer a governador do Rio Grande do Sul na eleição de 2002, assumindo o cargo, então, o vice-prefeito, João Verle. Sendo assim, a mobilização de 42%, em 2003, pode ser explicada pelo ingresso no governo dos militantes, simpatizantes e apoiadores de Verle. Portanto, não há uma estabilidade dos servidores em seus cargos, visto que os mesmos estão sujeitos a trocas caso mude o prefeito, mesmo sendo ele do Partido dos Trabalhadores, devido à participação e à influência das Tendências Políticas internas.

Tabela 12: Ano de Admissão no Cargo Atual

<i>Ano</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
1989	2	1,3
1990	1	0,6
1991	1	0,6
1992	1	0,6
1993	2	1,3
1995	3	1,9
1996	2	1,3
1997	5	3,2
1998	3	1,9
1999	11	7,0
2000	13	8,3
2001	34	21,7
2002	13	8,3
2003	66	42,0
Total	157	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 2 (1,3 %)

5.12 SALÁRIO GANHO ANTERIORMENTE AO CARGO OCUPADO

A carreira política em administrações de governos ou em partidos políticos pode trazer, como conseqüências, o acúmulo de experiência em administração pública e o conhecimento da máquina partidária. No que se refere especialmente às administrações, o fato de participar da mesma intensamente, e, por muitos anos, pode ocasionar a construção de redes de

interações e de influências políticas que venham a beneficiar futuramente aqueles que desejarem ascender a cargos parlamentares ou decisivos no partido político.

Entretanto, o salário também pode ser um forte aliado para as pretensões elencadas anteriormente. Portanto, o objetivo da *tabela 13* é analisar se o salário a ser recebido é uma alternativa atrativa para ingressar numa carreira política através dos cargos em comissão de governos. Assim, essa *tabela 13* mostra que, para 54% dos servidores em Cargos de Confiança, os seus salários aumentaram em relação ao que recebiam anteriormente ao cargo ocupado, enquanto que, para apenas 21,8% dos servidores, seus salários diminuiram, demonstrando que esses cargos, além de representarem um capital político para a consolidação de poder e de influência, também significam, elevação das condições sócio econômicas desses servidores, os quais geram, ainda, um forte capital político, pois permitem contribuir com campanhas eleitorais.

No que diz respeito ao poder e à influência, é importante analisar as palavras de Robert Dahl e, a partir daí, incluí-las na discussão sobre o empoderamento dos negros no Partido dos Trabalhadores:

“um grupo adquire maior influência sobre outro, caso receba maiores recursos políticos do que outros ou, ao serem disponíveis esses recursos, serem usados em maior quantidade justamente para adquirir maior influência ou ainda maior habilidade e eficiência”.

Portanto, a partir da análise do autor, pode-se sugerir que os Cargos de Confiança detêm recursos políticos pelo fato de que alguns grupos lutam para obter o controle sobre esses cargos, além de que, o fator financeiro também concorre para garantir os subsídios sociais e políticos a esses grupos.

Tabela 13: Comparação do Salário Atual com o Recebido Anteriormente

<i>Escala</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Aumentou consideravelmente	43	28,3
Aumentou parcialmente	39	25,7
Igualou	37	24,3
Diminuiu parcialmente	20	13,2
Diminuiu consideravelmente	13	8,6
Total	152	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Respostas não válidas: NSA 7 (4,4%)

5.13 CARGOS REMUNERADOS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A existência de uma possível simetria entre as oligarquias partidárias e as oligarquias governamentais é a preocupação fundamental da *tabela 14*. Assim, torna-se imperioso analisar o grau de conhecimento em comum que os servidores possuem em ambas as funções. Logo, o objetivo exposto aqui é averiguar se os servidores os quais ocupam, atualmente, cargos em comissões, ocupam ou ocuparam cargos remunerados no Partido dos Trabalhadores. Sendo assim, o gráfico a seguir mostra que apenas 4,5% dos servidores dos cargos em comissões ocuparam funções remuneradas na estrutura do partido, enquanto que 95,5% não ocuparam nenhum cargos remunerados no partido.

Tabela 14: Cargos Remunerados no Partido dos Trabalhadores

<i>Opções</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não	150	95,5
Sim	7	4,5
Total	157	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 2 (1,3 %)

Os resultados obtidos na tabela acima permitem inferir que o fato de haver um número reduzido de servidores que ocuparam cargos remunerados no Partido dos Trabalhadores pode se dever ao fato do partido priorizar a formação de políticos profissionais capacitados para atuarem exclusivamente na máquina partidária, ao mesmo tempo em que essa prerrogativa é válida para os profissionais de governo. Ou seja, há um indicativo de que os profissionais com atuação e conhecimento da burocracia partidária ficam restritos a essa área. Desperta a atenção, também, nesse caso, o fato de que dos sete integrantes que já ocuparam cargos remunerados no partido, 6 pertencem à Democracia Socialista, com mais de 11anos de filiação ao partido.

5.14 OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO EM OUTROS GOVERNOS QUE NÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Tendo em vista ser o Partido dos Trabalhadores o resultado da associação das mais variadas bases sociais sem vínculos com as elites tradicionais da política brasileira, torna-se importante ressaltar que esse mesmo critério prevaleceu para a escolha dos ocupantes de cargos em comissão na prefeitura de Porto Alegre. Nessa perspectiva, a *tabela 15, abaixo*, se propõe a analisar se, num partido que governa por quatro mandatos, essa ruptura com as elites tradicionais se manteve. Seus resultados mostram que o Partido dos Trabalhadores é a primeira experiência em ocupação de Cargos de Confiança em governos para 91,2% dos entrevistados. Esse processo pode ser devido à contemporaneidade¹⁰² do partido, verificada por Benedito Tadeu. Portanto, os dados sugerem que os servidores que exercem cargos em comissão no atual governo e que, ao mesmo tempo, são militantes do Partido dos Trabalhadores, não fazem parte das elites tradicionais da política gaúcha, pois esse partido é sua primeira experiência política.

Tabela 15: Ocupação de Cargos em Outros Governos

<i>Opções</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não	145	91,2
Sim	14	8,8
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.15 TENDÊNCIAS POLÍTICAS INTERNAS

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, se diferenciou dos outros partidos políticos brasileiros pelo seu caráter democrático de permitir a formação das mais variadas correntes de pensamento em seu interior. Nesse sentido, a Resolução sobre Tendências foi oficializada a partir do 5º Encontro Nacional do partido, realizado em 1986. É importante observar que, o conceito de Tendência utilizada pelo partido não deixa margens para que grupos se dispersem do programa inicial e do estatuto do mesmo. Considera-se *tendência*

política todo um grupo de filiados petistas que se organizam para defender posições no interior do partido a partir de uma base partidária. Acerca desse tema então, a *tabela 16, a seguir*, apresenta a distribuição das Tendências Políticas internas do partido no governo municipal, com o objetivo de verificar a influência e a presença das mesmas.

Diante disso, nota-se que a participação majoritária no atual quadro dos servidores que exercem cargos em comissão é da Tendência Política Democracia Socialista, com 29,6% contra 16,4% da Tendência Amplo e Democrático. Existe 2,6% da Articulação de Esquerda, 2,0% da Esquerda Democrática e 7,9% do Movimento de Construção Socialista. Um outro dado que chama atenção nessa tabela são os 32,9% de servidores que não estão ligados a nenhuma Tendência Política. Vale acrescentar que, embora a pesquisa não possua dados para comprovação, sugere que a supremacia dessa Tendência esteja no fato de que o vice-prefeito que assumiu o cargo faça parte da mesma.

Tabela 16: Tendências Políticas Internas

<i>Tendência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Democracia Socialista	45	29,6
Amplo e Democrático	25	16,4
Articulação e Esquerda	4	2,6
Esquerda Democrática	3	2,0
Movimento de Construção Socialista	12	7,9
Outras	13	8,6
Nenhuma	50	32,9
Total	152	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 7 (4,4 %)

5.16 FORMAS DE INDICAÇÕES PARA OS CARGOS

As formas de indicações para o exercício dos cargos em comissão nos governos petistas podem estar relacionadas à influência e à capacidade que grupos organizados mantêm no interior do Partido dos Trabalhadores. Logo, o objetivo, aqui, é identificar as formas e os grupos que influenciam na formação dos governos desse partido. Diante disso, a *tabela 17, a seguir*, demonstra que 45,2% dos cargos em comissão ocupados passaram pelas discussões juntos às Tendências Políticas, sendo que 6,4% foi indicação de parlamentares e apenas 1,9%

por indicação dos núcleos de bases. Logo, é possível notar que as discussões sobre a formação de governos e os respectivos cargos em comissão passam, necessariamente, pelas Tendências Políticas e que os núcleos de bases são relegados a planos subalternos.

Tabela 17: Formas de Indicações para o Cargo

<i>Forma</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Do parlamentar	10	6,4
Da Tendência a que você pertence	71	45,2
Dos núcleos	3	1,9
Outros	73	46,5
Total	157	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

5.17 QUANTIDADES DE CARGOS OCUPADOS ANTERIORMENTE

A experiência política e o grau de maturidade profissional podem ser adquiridos e mensurados através das atividades desempenhadas por profissionais no decorrer de longínquos anos de atividades em empresas ou em governos. Logo, o objetivo na *tabela 18* é verificar a possibilidade de adquirir acúmulos de experiência no exercício de cargos em comissão.

Assim, a tabela abaixo demonstra que 12% dos servidores em Cargos de Confiança entrevistados ocuparam cargos nos quatro mandatos anteriores. Vale ressaltar que, devido à substituição, em 2002, do prefeito Tarso Genro pelo vice-prefeito João Verle, a pesquisa considerou esse último como um quinto governo petista, tendo em vista ter havido uma acentuada reengenharia de cargos. Logo, os 20,3% que não ocuparam nenhum cargo anterior correspondem aos que foram admitidos em 2003. É importante observar que somando a terceira e a quarta categoria, as mesmas perfazem um total de 28,5% de servidores com experiência na administração pública municipal e na máquina administrativa.

Tabela 18: Quantidade de Cargos Ocupados Anteriormente

<i>Quantidade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Um cargo	39	24,7
Dois Cargos	42	26,6
Três cargos	26	16,5
Quatro cargos	19	12,0
Nenhum	32	20,3
Total	158	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 1 (0,6 %)

5.18 EM RESUMO

As características descritivas dos servidores que exercem cargos em comissão no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores analisadas neste capítulo permitem que se confirme a superioridade do seu padrão econômico, cultural e social em relação aos setores sociais comparados nessa pesquisa.

Em se tratando da presença feminina no quadro de servidores de cargos em comissão, a pesquisa revelou que, nesse tocante, a administração petista acompanhou a distribuição vista na sociedade, pois é bastante significativa a participação feminina nessa administração. No entanto, vale ressaltar dois aspectos considerados primordiais para uma reflexão, por tratar-se de um governo socialista. Primeiro: ainda persiste a sobreposição masculina em detrimento da feminina; segundo: embora a pesquisa detecte uma presença elevada das mulheres no geral, é reduzida a presença das mulheres negras num governo socialista preocupado com as desigualdades sociais.

No que se refere ao prestígio e ao status social provenientes dos cargos ocupados, é importante observar que, pelo fato de que quase a metade dos servidores possuem o ensino superior completo, a maioria ocupa os cargos acima do primeiro nível, considerado o mais baixo da hierarquia profissional desses que possuem cargos comissionados.

Tendo em vista a disputa interna das Tendências Políticas por espaços de poder ser uma característica do Partido dos Trabalhadores e que as mesmas influenciam na composição dos governos, esse motivo explica a volatilidade dos cargos em cada troca de governo, mesmo sendo eleitos prefeitos do mesmo partido político.

Não obstante, como 78% dos servidores de cargos de comissão no governo municipal são filiados ao Partido dos Trabalhadores, os resultados permitem confirmar que eles estão dentro das características que Benedito Tadeu chamou de contemporaneidade do Partido dos Trabalhadores. Ou seja, no âmbito social, esses servidores e militantes fazem parte de um grupo que possui uma maior renda e escolaridade do que a média da sociedade brasileira. No que diz respeito ao âmbito político, esses servidores se articulam muito bem no partido, por intermédio de suas Tendências Políticas em que são nessas instâncias do partido, definidas as distribuições dos cargos em comissão. Além disso, por ser o Partido dos Trabalhadores a primeira experiência política da grande maioria desses servidores, ao mesmo tempo em que não se identificam com os partidos políticos tradicionais, sugere-se que são produtos de um segmento social até então marginalizado da vida política do país e que renasceu com a fundação do Partido dos Trabalhadores.

6 ANÁLISE COMPARATIVA DOS NEGROS DA REGIÃO METROPOLITANA COM OS NEGROS SERVIDORES DE CARGOS DE COMISSÃO DO GOVERNO PETISTA

A recuperação da auto-estima de grupos que foram secularmente escravizados e, que depois disso, continuaram sendo discriminados, até os dias atuais, do modelo sócio-econômico capitalista, é importante para reerguer a identidade e, conseqüentemente a confiança e o respeito desse grupo. Nessa perspectiva, é bastante significativo o papel que alguns segmentos da sociedade vêm desenvolvendo, com o objetivo de fortalecer a auto-estima dos negros. Logo, exemplos que podem ser citados, são: a revista Raça que desempenha a função de destacar a beleza dos negros brasileiros; vale destacar, também, as organizações que trabalham na formação de atores e atrizes negros para o teatro e o cinema; os cursos de pré-vestibulares para negros são outros que trilham o objetivo em questão, além daqueles que combatem a violência doméstica entre outros. Logo, essas organizações têm em comum fortalecer a identidade e a recuperação da auto-estima do negro brasileiro.

Nas empresas de grande ou médio porte, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, é importante, além da presença desses grupos historicamente discriminados nos mais variados postos de trabalhos, que eles estejam também nos altos degraus dos cargos importantes, quer sejam de direção ou de gerenciamento. A conseqüência disso pode ser, além dos benefícios sócios-econômicos na vida desses cidadãos e das empresas, produzir um espelho a seus pares que se encontram em condições desfavoráveis.

Sendo assim, neste capítulo, pretende-se, além da presença dos negros que ocupam Cargos de Confiança no governo “socialista” administrado pelo Partido dos Trabalhadores no município de Porto Alegre, analisar a qualidade desses cargos, quanto ao prestígio e ao grau de influência, a partir de uma confrontação com os resultados da pesquisa¹⁰³ realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) que

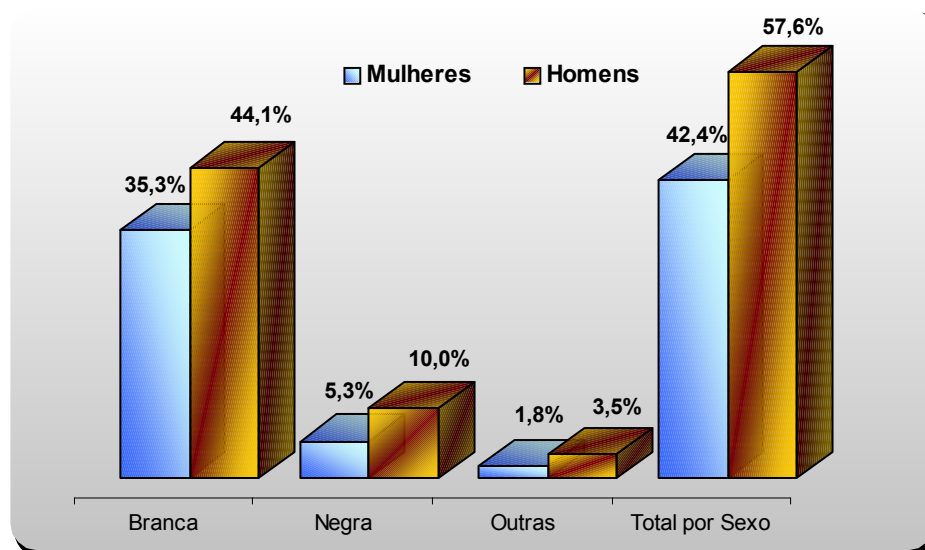
¹⁰³ Fonte: Fonte: Convênio DIEESE/ Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003/ Boletim DIEESE Edição Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra

estudou as dificuldades das mulheres negras no contexto social de seis regiões metropolitanas brasileiras, entre elas, Porto Alegre. É imperioso, para esse estudo, observar que não se trata da mesma população, uma vez que os servidores em Cargos de Comissão são indicações do próprio Partido dos Trabalhadores, enquanto que o DIEESE trabalha com uma população das mais variadas esferas, considerando, na maior parte da pesquisa, a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) em seis regiões metropolitanas no biênio 2001-2002. Esse paralelo é possível, pois os dois trabalhos enfocam a relação das etnias sobre os mais diferenciados fatores sociais e econômicos. Desses serão evidenciados os que forem comuns aos dois trabalhos, enfocados nessa análise comparativa para a obtenção de resultados de uma população, relativamente pequena, de Porto Alegre, em detrimento dos resultados obtidos pelo referido Instituto, com uma amostra significativamente mais abrangente.

Com efeito, deve ser levado em consideração nesse estudo paralelo que, para o DIEESE, a definição de etnia negra abrange os indivíduos pretos e pardos, enquanto que os classificados como não-negros incluem os brancos e amarelos. No entanto, para a amostra dos servidores em Cargos de Comissões, a classificação quanto à etnia (negra, branca ou outra etnia) se deu conforme o respondente tenha se identificado no momento de preencher o questionário, não permitindo ao pesquisador qualquer tipo de interferência nas respostas obtidas.

É importante realçar que a carreira profissional em administrações públicas se tornou uma alternativa de inclusão para os negros em geral e às mulheres negras em particular, tendo em vista a acentuada discriminação sofrida por esse segmento nos mais variados setores da sociedade. Assim, dado o caráter objetivo no que tange aos critérios de ingresso, ou seja, pelo concurso público, é possível analisar aqueles que fazem parte da amostra efetuada pelo DIEESE somente para verificar a presença feminina nos cargos públicos, visto que, os demais dados se referem à População Economicamente Ativa e à População em Idade Ativa na região metropolitana de Porto Alegre. No entanto, conforme demonstram os *gráficos 1 e 1A*, abaixo, que analisaram a presença dos negros em cargos de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre através da pesquisa do DIEESE e a presença dos negros nos Cargos de Confiança no governo “socialista” do Partido dos Trabalhadores, também em Porto Alegre, que são objetos dessa pesquisa, nota-se que as desigualdades referentes às mulheres negras permanecem, independente da amostra, embora deva ser ressaltado que se tratam de populações distintas.

Gráfico 1: Proporção da Amostra para Cargos em Comissões por Sexo e Etnia

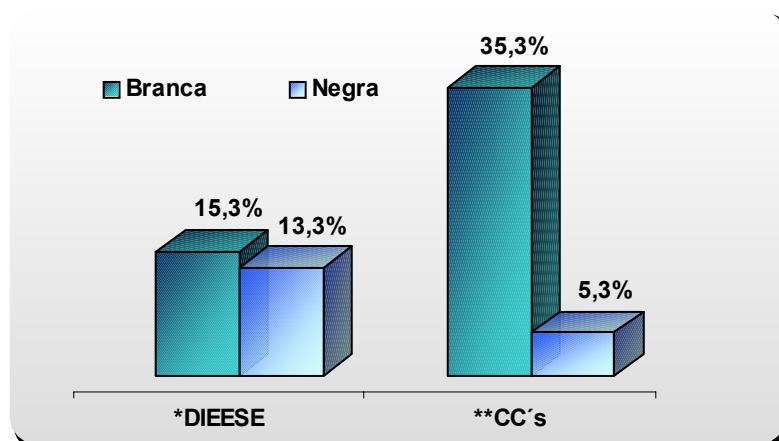


Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2004.

No que se refere à distribuição por sexo, conforme o *gráfico 1*, acima, percebe-se que, na pesquisa com os servidores em Cargo de Comissão da prefeitura de Porto Alegre, a presença masculina é de 57,6 %, enquanto que a feminina é de 42,4 % da ocupação. Entretanto, quando é observado somente o aspecto sexo feminino por etnia, é possível notar que apenas 5,3 % são mulheres negras e 35,3 % são mulheres brancas, o que equivale dizer que a inserção de mulheres negras apresenta uma desvantagem, em relação às mulheres brancas, de 30,0 pontos percentuais. Quanto ao sexo masculino, observa-se que a sobreposição dos homens brancos em relação aos negros se dá na ordem de 34,1 pontos percentuais.

No que diz respeito à pesquisa do DIEESE para a Região Metropolitana de Porto Alegre, de acordo com o gráfico 1^A, abaixo relacionado, a diferença de 2 pontos percentuais de vantagem que as mulheres brancas possuem em detrimento das mulheres negras é a menor registrada nas seis regiões levantadas. Valor esse, muito inferior, se comparado com o valor verificado na amostra dos servidores de cargos de confiança, que é de 30,0 pontos percentuais. Se forem agrupados os percentuais das mulheres negras e daquelas que se declararam de outra etnia, para a amostra dos Cargos em Comissões, a desvantagem fica em 28,2 %.

Gráfico 1A: Presença Feminina em Cargos Públicos – Comparação



Fontes: Dissertação de mestrado. UFRGS, 2004. *Convênio DIEESE/ Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003/ Boletim DIEESE Edição Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. ** Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores.

Portanto, a partir dos dados aqui expostos, pode-se sugerir que, resguardando o enfoque das amostras e suas distintas populações, num governo de um partido socialista, que tem em suas origens o compromisso com o combate a todas as formas de discriminação e, no qual, o critério de ingresso aos cargos se dá pela indicação do partido, as mulheres negras acabam sofrendo discriminações semelhantes àquelas sofridas no conjunto da sociedade. Por esse motivo, pode-se notar que os números revelados para esse grupo no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores, são bem menores que o utilizado como cota mínima para as mulheres nas nominatas dos partidos políticos para mandatos eletivos que é de 30% ou seja, menor que a cota para ingresso de afro-brasileiros através de concurso público na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que é 12%¹⁰⁴, apresentando-se em condições desfavoráveis, no que diz respeito à presença no quadro de servidores conforme os dados do DIEESE.

6.1 MULHERES NEGRAS E CARGOS DE CHEFIA

Com objetivo de conter a intensa discriminação sofrida pelas mulheres e por grupos minoritários, os Estados Unidos da América constituíram, em 1991, a Comissão Federal

¹⁰⁴ - Conforme Lei Complementar nº494 de 10/09/2003 regulamentada através do decreto 14288 de 16/09/2003.

Telhado de Vidro (Federal Glass Ceiling Commission)¹⁰⁵ pelo Ato de Direitos Civis dos Estados Unidos da América. O termo “Telhado de Vidro” refere-se aos supostos obstáculos invisíveis, artificiais e, portanto, discriminatórios que permeiam a vida das mulheres e das minorias naquele país, impedindo-os de demonstrar seus potenciais dentro das empresas. Essa Comissão, que era bipartite e com mandato legislativo, desempenhava as funções de identificar as barreiras que impediam a promoção das mulheres e das minorias desenvolvia políticas e programas que criavam as promoções no empresariado americano etc.

A Comissão Federal Telhado de Vidro foi criada para estancar os altos índices de discriminação sofridos pelas mulheres e minorias nos Estados Unidos. Ou seja, mesmo ocupando a metade da força de trabalho, $\frac{3}{4}$ das mulheres percebiam 25 mil dólares anuais; as que trabalhavam em tempo integral recebiam em, 1996, 72 centavos para cada dólar ganho por um homem. É necessário enfatizar, nesse aspecto, que as mulheres negras americanas são as que sofrem mais acintosamente a discriminação, pois, recebem 64 centavos de dólares.

Para Kimberly Pate:

a discriminação no mercado de trabalho é uma causa importante da pobreza das crianças nos Estados Unidos. Ela impede que muitas mães que se responsabilizam sozinhas por seus filhos, de qualquer raça, tenham acesso a empregos nos quais poderiam ter atendimento de saúde dentro de suas posses e um padrão de vida adequado. O fato de não conseguirem afastar os filhos da miséria é fonte de muito sofrimento presente e futuro, já que as crianças pobres de hoje, quando crescerem, representarão um quarto dos adultos pobres da América.¹⁰⁶

Um outro dado importante levantado pela a autora é que, mesmo possuindo o nível de ensino superior, as mulheres recebem menores rendimentos que os homens desse nível. Além disso, nas empresas, as executivas ganham US\$ 102 mil a menos que os executivos na média salarial anual. Portanto, acrescenta magistralmente Kimberly:

A Comissão concluiu que a razão para a baixa representatividade das mulheres e das minorias não tinha relação com a falta de qualificação, mas com o preconceito persistente e os estereótipos negativos, técnicas de recrutamento e promoção que passam ao largo de mulheres e minorias, a rigidez institucional que ignora o frágil equilíbrio, entre a família e o emprego e a falta à orientação profissional, tão importante para progredir no setor privado.¹⁰⁷

¹⁰⁵ - DELGADO, D.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (org). *Mulher e trabalho: experiência de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 101.

¹⁰⁶ - PATE, K. Ação afirmativa nos Estados Unidos da América. In: DELGADO, D.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (org). *Mulher e trabalho: experiência de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 99.

¹⁰⁷ - Idem, p. 101.

Por conseguinte, para solucionar tais problemas, a comissão produziu um documento intitulado “Um Investimento Sólido: Utilização Integral do Capital Humano da Nação”¹⁰⁸.

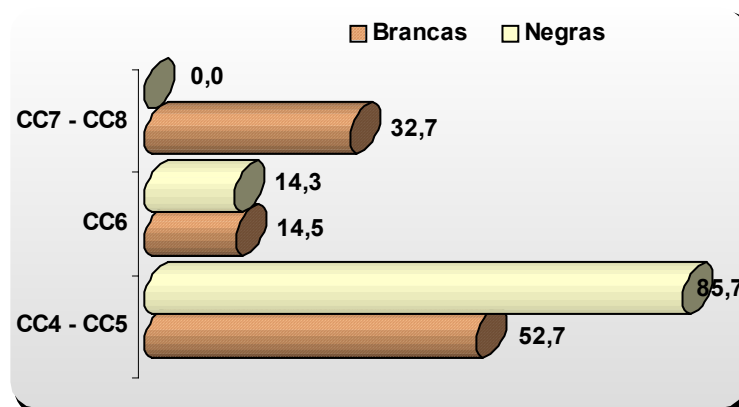
No Brasil, estudos vêm sendo efetuados sobre a discriminação racial e foi constatado que são as mulheres negras as que sofrem mais fortemente a discriminação tanto por sexo, como por etnia. O corolário disso é que são as mulheres negras que percebem os piores rendimentos no país, são as mais pobres e, se situam nos trabalhos mais precários do mercado, além de encabeçarem a lista dos desempregados. Assim como nos Estados Unidos da América, na sociedade brasileira, os dados evidenciam que as mulheres negras ocupam o último lugar na hierarquia de rendimento, perdendo para os homens brancos, mulheres brancas e homens negros, exatamente nessa ordem.

6.2 QUANTO AO CRESCIMENTO PROFISSIONAL E À PRESENÇA FEMININA

O fato das mulheres estarem, atualmente, ocupando espaços no mercado formal de trabalho, denota o quanto à sociedade evoluiu no sentido de produzir o estreitamento na lacuna da desigualdade entre os sexos. Dessa forma, além da presença negra feminina no quadro de servidores que exercem Cargos de Confiança no governo socialista, é fundamental, para a proposta desta pesquisa, mensurar o nível dos cargos que ocupam os negros, quanto ao status e ao prestígio. Sendo assim, nos dois **gráficos 2 e 2^A**, a seguir, serão demonstrados um mapeamento dos tipos de cargos que as mulheres negras exercem e suas possibilidades de potencializarem suas aspirações profissionais.

¹⁰⁸ - O documento faz menção a 16 recomendações de política de ação afirmativa no mercado de trabalho para diminuir as discriminações sofridas pelas mulheres e minorias. As cópias desse documento podem ser acessadas no site: <http://www.irl.cornell.edu>.

Gráfico 2: Ocupação Feminina Segundo a Categoria do Cargo – Amostra CC'S



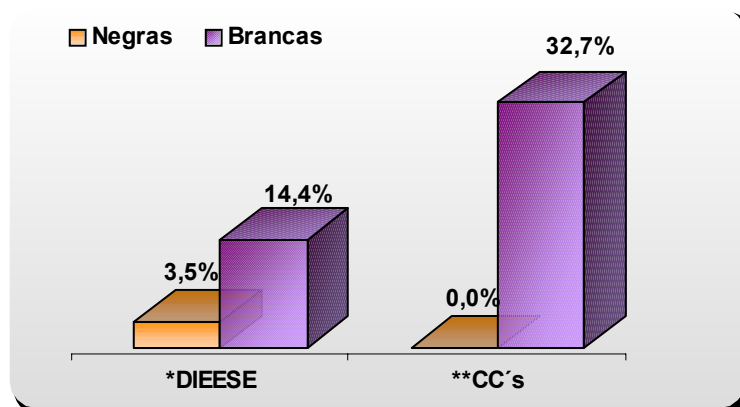
Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Quando se analisa a inserção de mulheres negras de acordo com a categoria (nível) do cargo que ocupam no governo de um partido socialista como o Partido dos Trabalhadores, conforme demonstra o *gráfico 2*, observa-se que 85,7% das mulheres negras ocupam cargos de categorias até cinco (CC4 a CC5)¹⁰⁹ enquanto que 52,7% das mulheres brancas se localizam nestas mesmas categorias. Com relação à categoria de nível seis (CC6), considerada intermediária, apenas 14,3% das mulheres negras estão presentes nessa categoria. Entretanto, nas categorias dos cargos em que a função é de Coordenadora, Diretora ou Secretária do Município (CC7 e CC8), considerada de nível mais elevado, observa-se que 32,7% das mulheres brancas estão presentes nesses cargos, enquanto que é nula a presença das negras. Com efeito, analisando separadamente os cargos de confiança sete e oito (CC7 e CC8), considerados de patamar mais elevado e que são exercidos, por exemplo, por coordenadoras, supervisoras, chefes de gabinetes e assistentes, a presença de mulheres negras é inexistente, enquanto que as brancas possuem uma inserção de 5,50 %.

No entanto, a pesquisa divulgada pelo DIEESE, na Região Metropolitana de Porto Alegre, para a ocupação de cargos de direção e de planejamento da população economicamente ativa, revelou que as mulheres negras ocupam 3,5 % desses cargos, enquanto que as brancas ocupam 14,4% dos respectivos cargos. Logo, se for considerado que os cargos de chefia das duas pesquisas se equivalem, suas diferenças ficam melhor perceptíveis no gráfico 2A, abaixo.

¹⁰⁹ Refere-se aos níveis dos cargos quanto à ascensão profissional. Assim: Cargo de Confiança 4 (CC4) onde o 4 é o nível, é o mais baixo na escala profissional do quadro de servidores de cargo de confiança. Todavia, o Cargo de Confiança 8 (CC8) é o mais cargo da escala profissional.

Gráfico 2A: Mulheres em Cargos de Direção e Planejamento



Fonte: *Convênio DIEESE/ Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003/ Boletim DIEESE Edição Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. ** Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Diante disso, é possível notar que, nos cargos de direção, gerenciamento e secretariado que, nesse caso, corresponderiam aos cargos de confiança de nível sete e oito (CC7 e CC8), no governo de um partido socialista, as mulheres negras não se fazem presentes, ao contrário da pesquisa do DIEESE, que detectou presença das mulheres negras nesses cargos, mesmo sendo um número reduzido. Ou seja, sugere-se que as possibilidades de crescimento profissional são bem menores para as mulheres negras do que para as brancas, mesmo num governo de partido socialista e que são as negras que ocupam os mais baixos cargos nesse governo.

Portanto, resguardando as distintas populações e as dimensões abrangidas nas duas pesquisas, tais gráficos refletem, com nitidez, a condição desfavorável que as mulheres negras enfrentam em relação às não-negras, no que concerne ao status e ao prestígio dos cargos ocupados. Dessa forma, nota-se que, nesses aspectos, o governo socialista não radicalizou, ou seja, reproduz as mesmas desigualdades sofridas por essas mulheres em outras situações.

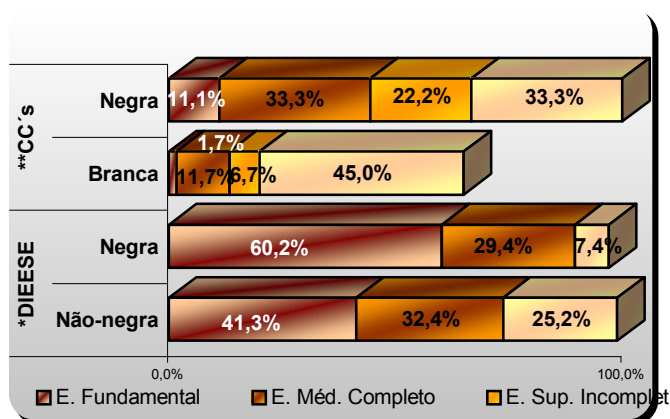
6.3 QUANTO À ESCOLARIDADE

O debate que se trava entre educadores, políticos e teóricos da educação visa encontrar um modelo de política que garanta à grande maioria da população o acesso democrático ao sistema educacional. Nos países em fase de desenvolvimento, a

combinação do desenvolvimento econômico com a distribuição de renda vem acompanhada da universalização da educação. Entretanto, para alguns autores¹¹⁰, a tentativa de tornar a distribuição de renda mais igualitária fica retida no fato de que, em países com elevada concentração de renda, políticas de educação não afetam a sua distribuição. De acordo com Henry Levin: “A renda tem dois componentes, dos quais somente um é afetado pela educação. A renda pode ser dividida em (a) rendimento composto pelo salário ou remuneração proveniente do trabalho e, (b) renda “não ganha”, derivada da posse de propriedade”¹¹¹.

No que diz respeito ainda, ao binômio educação e renda, é difundido nas culturas das sociedades que aqueles cidadãos que detêm melhores níveis de educação e de conhecimento são os que, conseqüentemente, detêm os melhores rendimentos. No entanto, outros fatores podem contribuir para a melhoria de rendimento, como a idade, sexo, etnia e conhecimento. Assim, num país como o Brasil, com uma elevada concentração de renda e acentuada discriminação racial, o nível de educação não produz, necessariamente, melhores rendimentos. A cor da pele, na maioria dos casos, pode ser uma barreira que impede essa ascensão. Nessa perspectiva, o *gráfico 3*, abaixo se propõe a mostrar o nível de escolaridade dos negros que ocupam Cargos de Confiança no governo administrado por um partido socialista e os reflexos disso para uma ascensão profissional.

Gráfico 3: Comparação Escolaridade DIEESE x Amostra CC's por Etnia



Fonte: *Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003/ Boletim DIEESE Edição Especial 20 de

¹¹⁰ Neste caso ver LEVIN, Henry. COSTA, Messias. SOLARI, Carmem. LEAL, Maria A. MIRANDA, Glaura. VELLOSO, Jacques. Educação e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 18.

¹¹¹ LEVIN, H. Educação e desigualdade no Brasil: uma visão geral. In: Educação e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 18.

novembro – Dia da Consciência Negra. ** Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Diante disso, quando se observam os resultados divulgados pelo DIEESE para a variável escolaridade na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme o gráfico 3, nota-se que as mulheres brancas superam, em pontos percentuais, as mulheres negras no Ensino Médio (completo e incompleto) em 3,0 pontos percentuais e no Ensino Superior (completo e incompleto) em 17,8 pontos percentuais. A sobreposição das mulheres negras se dá, no Ensino Fundamental (completo e incompleto), em 18,9 pontos percentuais.

Todavia, com relação à pesquisa dos servidores em Cargos de Confiança, observa-se que, para o Ensino Fundamental (completo e incompleto), a diferença é de 9,4 pontos percentuais a favor das mulheres que se declararam de etnia negra, assim como, para o Ensino Médio (completo e incompleto), 21,6 pontos percentuais. No entanto, vale ressaltar que, no ensino superior incompleto, o percentual referente às mulheres negras supera as brancas em 15,5 pontos percentuais, enquanto que para o Completo as mulheres brancas superam as negras em 11,7 pontos percentuais. A partir desse aspecto, pode-se inferir que a maior prevalência da não-conclusão do ensino superior das mulheres negras ocorre pelo fato de que são essas mulheres que sofrem mais veementemente a discriminação, devido à maior incidência do desemprego¹¹² e dos baixos salários recebidos. Mesmo quando estão empregadas, seus vencimentos são os mais baixos, o que impossibilita cursar o ensino superior. Além disso, também é importante observar que o fato de o Cargo em Comissão perdurar enquanto vigora o governo as desestabiliza psicologicamente e economicamente para avançar nos estudos.

É imperioso notar que, na amostra dos servidores de cargos em comissões foram levantadas informações quanto ao ensino de pós-graduação (completo e incompleto) e, nesse caso, os números demonstram que 35% das mulheres brancas concluíram esse nível de ensino, ao contrário das mulheres negras que não constaram nessa categoria. Assim, os resultados da amostra, nos níveis de ensino mais elevados, como o ensino superior completo e a pós-graduação, não fogem às estatísticas divulgadas pelo DIEESE, que registrou a inferioridade das mulheres negras.

¹¹² Fonte: Convênio DIEESE/ Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003

Essa pesquisa acusou a incidência de desemprego de 24,5% sobre as mulheres negras; 20,5% sobre os homens negros; 17,1% sobre as mulheres não negras; 11,8% sobre os homens não negros.

Esse fato, no entanto, demonstra uma contradição vivenciada no quadro de servidores em Cargos de Comissão do governo do Partido dos Trabalhadores, para o binômio capacitação e instrução, pois nesse grupo as mulheres negras estão presentes com 33,3% no ensino superior completo, porém, as mesmas, não ocupam cargos elevados que seriam os de níveis sete e oito ou cargos de confiança sete e oito (CC7 e CC8).

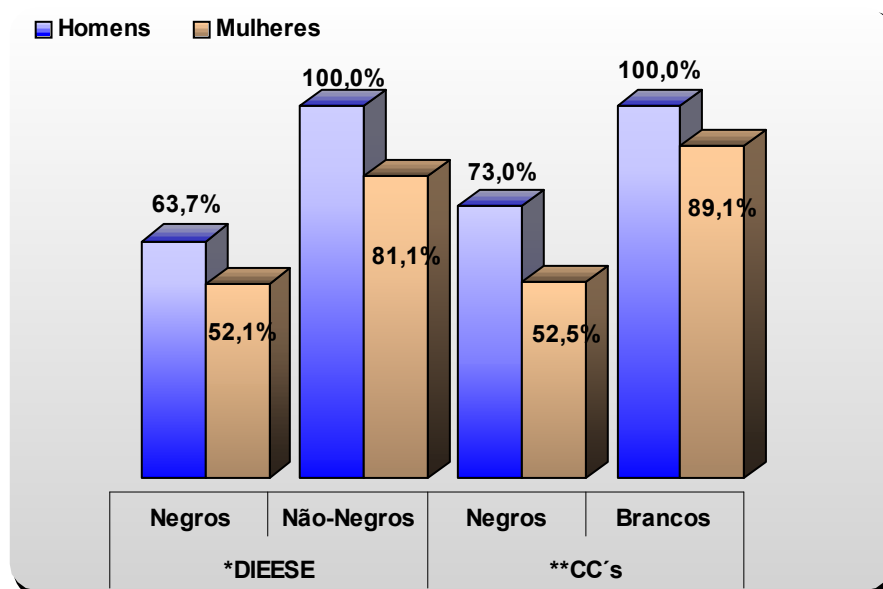
Se for analisado, ainda, o gráfico 3 para a amostra dos servidores em Cargos em Comissão, somente nos dados resultantes, perceber-se-ia que uma desigualdade muito tênue quanto à escolaridade poderia ser um indicativo de superação das desigualdades ou, até mesmo, quanto à discriminação.

Todavia, quando são analisados em aberto os percentuais para o ensino superior, observa-se que as mulheres declaradas brancas estão presentes com 45% no completo e com apenas 6,7% no incompleto. No entanto, ao se referir às mulheres negras, observa-se que, no curso superior completo, elas atingem a taxa de 33,3%. Porém, atingem uma taxa de 22,2% para o ensino superior incompleto. Nesse caso, nota-se que, embora o grau de instrução da amostra dos Cargos em Comissões seja mais elevado do que a apresentada pelo DIEESE, as diferenças de escolaridade ainda persistem.

6.4 QUANTO AO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

Neste último tema do capítulo em questão, no *gráfico 4*, serão comparados os rendimentos médios salariais dos servidores que exercem cargos de confiança no governo municipal de Porto Alegre, indicados pelo Partido dos Trabalhadores e os salários dos trabalhadores da população ativa da região metropolitana de Porto Alegre realizada pelo DIEESE. O objetivo básico desse paralelo é permitir a visualização através dos dados que, independente de governos ou de partidos políticos, as desigualdades quanto ao rendimento também permanecem. E, finalmente, será possível uma análise conjunta da dimensão renda e escolarização, no sentido de verificar se existe, de fato, essa relação, quando se trata da discussão racial.

Gráfico 4: Comparação do Percentual de Alcance do Salário Médio Mensal por Sexo e Etnia



Fontes: *Convênio DIEESE/ Seade, MTE/FAT, e convênios regionais, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2003/ Boletim DIEESE Edição Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. ** Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

O gráfico 4, acima, mostra que, na pesquisa realizada com os servidores que ocupam cargos de confiança na prefeitura administrada pelo Partido dos Trabalhadores, os homens de etnia branca concentram a maior média salarial mensal e que, considerando essa média como base de comparação para os recortes entre sexo e raça tem-se que a média salarial mensal do sexo feminino atinge 83,04 % do salário dos homens brancos. Na esfera feminina, constata-se que a média salarial das mulheres negras engloba 52,50 %, enquanto que as mulheres brancas 89,11 % do salário médio dos homens brancos. Logo, evidencia-se uma diferença, no sexo feminino, de 36,61 % em detrimento das mulheres negras.

Dessa forma, quando se analisam os dados do DIEESE, para a Região Metropolitana de Porto Alegre, observa-se que o percentual que as mulheres negras e brancas alcançam da média salarial dos homens brancos é de 52,1% e 81,1%, respectivamente. Observa-se que a diferença, em pontos percentuais da média salarial entre mulheres negras e brancas nos dois estudos de 7,6 pontos percentuais, é compreensível, visto que, se trata de populações diferentes. No entanto, é auspiciosa a sobreposição discriminatória, revelando que, independente do contexto profissional, a disparidade prevalece.

No que diz respeito, ainda, à pesquisa com os servidores que ocupam cargos de confiança no governo municipal, vê-se que a diferença percentual do salário médio mensal dos homens brancos em relação aos homens negros é de 27,0 pontos percentuais e das mulheres negras, em relação aos homens negros, é de 20,5 pontos percentuais. Essas mesmas desigualdades registradas pelo DIEESE registram os valores de 36,3 pontos percentuais e 11,6 pontos percentuais, respectivamente. Analisando especificamente, esses dois contextos, ficam evidentes as desigualdades salariais sofridas pelos negros e a permanência das mulheres negras no último lugar da hierarquia salarial dos sexos.

É importante observar que, ao se analisar conjuntamente os dois últimos gráficos para as dimensões renda e escolarização, notam-se, com uma maior riqueza de detalhes as diferenças existentes quanto ao gênero e etnia.

Sendo assim, percebe-se que o grau de instrução, muitas vezes, posto como primeira condição para ter acesso ao emprego ou a melhores cargos profissionais e, conseqüentemente, melhores e maiores salários, nem sempre se refere aos negros, visto que permanecem em situação de desigualdade quanto ao rendimento, em relação aos brancos, independente da escolaridade. Além disso, quando se analisaram os cargos para aqueles servidores que não possuem o curso superior completo, no caso o cargo de confiança 4 (CC4), mesmo nessa condição, onde negros e brancos estariam em situação igual, os negros permanecem com menores rendimentos.

6.5 EM RESUMO

Em síntese, nesse capítulo, foi observado que a discriminação contra os negros ocorre em qualquer setor da sociedade, ou seja, em empresas públicas ou privadas, na educação e em governos. Entretanto, desperta a atenção quando um partido que tem em sua origem o combate à discriminação contra negros, a busca de uma sociedade igualitária e justa, contrariamente, reproduz as mesmas mazelas da sociedade. Isso pôde ser visto quando foram comparadas a situação dos negros que ocupam cargos de confiança no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores e a situação dos negros que ocupam cargos na região metropolitana de Porto Alegre, que evidenciaram semelhantes problemas com relação às mulheres negras. É importante ressaltar que se trata de duas populações distintas, em que a pesquisa do DIEESE abrangeu um público maior e aprofundou, de modo mais intenso, as

questões sociais, ao passo que a pesquisa com os servidores ocupantes dos cargo de confiança da administração municipal limitou-se às questões mais políticas.

Dessa forma, se no mercado de trabalho em geral a presença dos negros é excluída ou diminuta, no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores, cujo partido é socialista, essa situação não se difere, pois, como foi demonstrado, também nesse governo a concentração de mulheres e de homens negros que ocupam cargos de confiança ainda é baixa. Portanto, as mulheres negras, mesmo exercendo cargo de confiança num governo de partido socialista, continuam sofrendo a dupla discriminação, ou seja, de sexo e de cor.

Nesse sentido, são as mulheres negras que recebem os mais baixos salários em comparação às mulheres brancas, também são as que ocupam os postos de trabalho de menor prestígio dentro do quadro dos servidores de cargos de confiança. Além disso, a pesquisa do DIEESE apontou um índice de mulheres negras que ocupam cargos de direção e planejamento na população economicamente ativa da região metropolitana de Porto Alegre. No governo de um partido socialista, como o Partido dos Trabalhadores, entretanto, as mulheres negras ainda não venceram essa barreira, pois é nulo o índice daquelas que ocupam os Cargos de Comissão de níveis sete e oito (CC7 e CC8) o que corresponderia aos cargos de diretores, supervisores e secretários municipais, ao contrário das mulheres brancas. No entanto, se para esse fato, a condição é possuir curso superior, nesse caso, mesmo em número reduzido, as mulheres negras se fazem presentes.

Os fatores renda e escolaridade, se tornam, assim, um dilema a ser resolvido na administração desse partido, pois se o baixo grau de instrução é o responsável pelo baixo rendimento das mulheres negras, ao mesmo tempo, tendo um bom grau de instrução, isso não lhes garante ascensão profissional.

Portanto, acerca dessa discriminação, é interessante observar dois fatos: primeiro, chama a atenção o fato de ocorrer num governo de um partido político socialista; segundo: chama mais atenção ainda que essa discriminação ocorra nesse partido, que é dotado de importantes intelectuais brancas e grandes expoentes do movimento feminista, além de constituir, no interior do Partido dos Trabalhadores, um forte movimento de mulheres. Logo, mesmo num partido político socialista, o movimento de mulheres ainda percebe a discriminação das mulheres no sentido universal e não dimensão de suas particularidades. Diante dos fatos até aqui expostos, pode-se perceber que, no governo municipal administrado pelo Partido dos Trabalhadores, esse partido reproduz as mesmas desigualdades produzidas na sociedade brasileira.

7 A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NUM GOVERNO PETISTA

Este capítulo permite fazer uma análise dos resultados da situação dos negros que ocupam Cargos de Confiança no governo petista. É importante ressaltar que foi acrescido à amostra oficial um grupo comparativo de onze servidores negros escolhidos aleatoriamente, no sentido de assegurar uma maior representatividade na pesquisa. No entanto, vale realçar que, para efeito de validade, a amostra a ser considerada é a oficial. Assim, essa pesquisa possibilita análises cruzadas quanto à etnia e às variáveis possíveis aqui permitidas.

A questão salarial pode ser um dos indícios de acúmulo de influência numa administração governamental e, conseqüentemente, no partido desse governo. Dessa forma, torna-se imperioso verificar o nível salarial dos negros e compará-lo com o salário daqueles declarados brancos, na intenção de extrair se uma igualdade de rendimentos impera num governo socialista que se propõe a eliminar todas as formas de desigualdades. Diante desse fato, a *tabela 19*, a seguir, permite demonstrar as desigualdades salariais entre negros e brancos que ocupam cargos de confiança no governo municipal de Porto Alegre.

Sendo assim, pode-se notar, nos dados abaixo que, das 134 pessoas que se declararam brancas, apenas 19 delas, ou seja, 14,2% recebem um salário de até R\$ 1500,00. No entanto, dos 26 servidores que se declararam negros, 50% estão incluídos nessa faixa. Ou seja, os negros na administração socialista estão extremamente associados à faixa salarial de até R\$ 1.500,00. Quando se observa a segunda faixa, nota-se que 58,9% daqueles declarados brancos recebem um salário entre R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 enquanto que somente 30,7% dos negros fazem parte dessa categoria. A partir disso, pode-se sugerir que os brancos estão relacionados diretamente com esses salários. Isso porque quando se observa a última faixa, nota-se uma disparidade intensa, pois apenas 19,3% dos negros recebem esses salários enquanto que 26,9% dos brancos estão contidos nela. Nesse caso, é importante observar os números da frequência que evidencia a quantidade numérica dos integrantes. Portanto, esta tabela permite verificar que, independente de ser uma administração governada por um partido socialista ou não, a desigualdade racial quanto aos rendimentos persiste.

Tabela 19: Faixa Salarial e Etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		negra	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até R\$ 1.500,00	32	20,0	19	14,2	13	50,0
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	87	54,4	79	58,9	8	30,7
Acima de R\$ 3.000,00	41	25,6	36	26,9	5	19,3
Total	160	100,00	134	100,00	26	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Se, como demonstrou a tabela anterior, existe de fato uma desigualdade racial no que concerne aos salários dos servidores de Cargo de Confiança, se faz mister, localizar essa desigualdade através das variáveis sexo e etnia. Assim, quando são cruzados, os salários e a etnia declarada somente para homens, conforme demonstra a *tabela 20*, a seguir, nota-se uma certa equivalência numérica na quantidade de homens contidos na faixa salarial de até R\$ 1.500,00. No entanto, tal equivalência numérica encobre uma real informação, pois os homens de etnia negra perfazem 41,2% de seu total nessa faixa, enquanto que apenas 10,8% dos homens brancos estão presentes nela. Já na segunda categoria que vai de R\$ 1500,00 a R\$ 3.000,00, do total de 17 homens negros, 35,3% recebem salários nessa faixa, enquanto que 58,1% dos homens brancos fazem parte dessa categoria. Na categoria acima de R\$ 3.000,00, do total de 74 homens brancos, são 31,1% que recebem esse valor. Os negros, dessa categoria, no entanto, são apenas 23,5%. Logo, os dados estatísticos sugerem que há uma associação direta dos homens negros com o salário de até R\$1.500,00, enquanto que os homens brancos que ocupam cargo de confiança estão extremamente associados à segunda faixa salarial. Portanto, assim como na sociedade brasileira, no governo socialista os salários dos homens brancos continuam sendo superiores ao dos homens negros. No entanto, vale acrescentar que o rendimento médio na primeira faixa é bem mais baixo que o pago no governo, perdurando uma desigualdade.

Tabela 20: Faixa Salarial do Sexo Masculino e Etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até R\$ 1.500,00	15	16,4	8	10,8	7	41,2
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	49	54,0	43	58,1	6	35,3
Acima de R\$ 3.000,00	27	29,6	23	31,1	4	23,5
Total	91	100,00	74	100,00	17	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Em relação às mulheres, são inegáveis as conquistas sociais que elas obtiveram nessas duas últimas décadas, apesar de, ainda por discriminação, criarem-se estereótipos de inferioridade em relação aos homens. No entanto, observando-se a *tabela 21*, abaixo, a seguir, os números sugerem que essas conquistas não atingiram ainda as mulheres negras, mesmo num governo socialista. Isso pode ser verificado quando se analisa o cruzamento salarial entre mulheres negras e brancas. Logo, o objetivo a seguir, através da *tabela 3*, é comparar os salários entre as mulheres negras e brancas, verificando se perduram, nesse governo, as disparidades vivenciadas nos outros segmentos da sociedade.

Após a comparação percebe-se que, na faixa de R\$ 1500,00 a R\$ 3.000,00, por exemplo, somente 22,2% das mulheres negras, que são 9 no total, recebem esse salário, contra 60% das mulheres brancas. Na categoria acima de R\$ 3.000,00, do resultante de mulheres negras, apenas 11,1% são as que percebem salários nessa faixa, ou seja, uma, enquanto que 21,6% são de mulheres brancas. Em contrapartida, na faixa de até R\$1.500,00 do total de mulheres negras, 66,6% delas estão presentes, ao passo que apenas 18,3% das mulheres brancas recebem salários nessas quantias.

Os dados apresentados nessa tabela sugerem que as mulheres negras estão relacionadas, diretamente, com a primeira faixa salarial, enquanto que as mulheres brancas estão fortemente identificadas com a segunda faixa (De R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00).

Quanto à faixa salarial acima de R\$ 3.000,00, os dados estatísticos não permitem maiores conclusões, no entanto, sugerem uma tendência de associação das mulheres brancas com essa faixa salarial. Portanto, essa tabela permitiu observar que, mesmo se tratando de um governo socialista, as mulheres negras estão menos presentes na administração pública, visto que, são apenas 13% do quadro feminino. Dessa forma, num governo de cunho socialista, as mulheres negras continuam a sofrer as mesmas desigualdades salariais. Ainda que ocupem cargos políticos por indicação, seus rendimentos permanecem menores em relação às

mulheres brancas. Ou seja, a mulher negra, independente do ambiente, é também a síntese da dupla discriminação: de sexo e de cor.

TABELA 21: Faixa Salarial do Sexo Feminino e Etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até R\$ 1.500,00	17	24,6	11	18,3	6	66,7
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	38	55,1	36	60,0	2	22,2
Acima de R\$ 3.000,00	14	20,3	13	21,7	1	11,1
Total	69	100,0	60	100,0	9	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Além do sexo e da cor, o grau de instrução muitas vezes tem sido visto como o propulsor de uma carreira profissional vitoriosa. Nos partidos políticos, essa exigência ocorre no sentido de qualificar internamente o quadro de militantes. Todavia, quando se trata dos negros, essa exigência pode estar encobrindo a real discriminação sofrida por eles, o que acaba criando obstáculos quanto a suas carreiras políticas. Nesse sentido, a tabela 22, visa analisar o grau de ensino dos negros que ocupam Cargos de Confiança no governo do Partido dos Trabalhadores e desmistificar o mito da desqualificação do quadro de negros no interior dos partidos políticos.

Assim, observando-se as variáveis instrução e etnia, pode-se notar que, daqueles declarados brancos que possuem ensino superior completo, 45,9% estão incluídos nessa escolaridade, enquanto que, dos entrevistados que se declararam negros, 30,7% de sua totalidade possuem o mesmo ensino. Nota-se, também, que somente 7,6% dos servidores declarados negros possuem pós-graduação completa, contra 25,18% daqueles que se declararam brancos. No grau de ensino superior incompleto, verifica-se um aumento do índice de negros, ou seja, 42,30% não concluíram o curso superior. Diametralmente oposto, o índice dos que se declararam brancos caiu para 11,85% em relação aos que concluíram. Portanto, nesse caso, pode-se sugerir que os negros, os quais estão ocupando cargos de confiança têm as mesmas dificuldades de concluírem seus estudos, pelo fato de que, quando não estão ocupando cargos políticos, estão expostos às mesmas desigualdades sofridas na sociedade brasileira. No entanto, se o grau de instrução é empecilho para ocuparem cargos de direção e gerenciamento e secretariado, há de se considerar o fato de que 30,7% de negros possuem o curso superior completo.

TABELA 22: Grau de Instrução e Etnia

Grau de Instrução	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Fre q	%	Fre q	%	Fre q	%
Da 5ª a 8ª série	3	1,86	2	1,48	1	3,85
Ensino médio completo	14	8,70	10	7,41	4	15,38
Ensino superior incompleto	27	16,77	16	11,85	11	42,31
Ensino superior completo	70	43,48	62	45,93	8	30,77
Pós-graduação incompleto	11	6,83	11	8,15	0	0,00
Pós-graduação completo	36	22,36	34	25,19	2	7,69
Total	161	100,00	135	100,00	26	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

De acordo com as pesquisas vistas anteriormente, quanto ao mercado de trabalho¹¹³, os negros têm as piores condições de trabalho e recebem os menores índices de salários. Assim, o próximo objetivo é analisar como estão situados os negros que ocupam Cargos de Confiança num governo de um partido nascido das bases sociais quanto ao nível do cargo. Dessa forma, a pesquisa procurou verificar que tipos de cargos ocupam os negros no governo municipal administrado pelo Partido dos Trabalhadores e em que posições estariam situados numa pirâmide profissional. Nesse sentido, é preciso esclarecer que, quando se lê, por exemplo, CC4, significa dizer Cargo de Confiança de nível quatro, ou seja, o mais baixo dos ocupados e, por último, o Cargo de Confiança de nível 8 (CC8) é o mais alto dos cargos, geralmente ocupado por presidentes de empresa, diretores e secretários do governo municipal.

Analisando a *tabela 23*, a seguir, pode-se observar que a maioria dos servidores declarados negros ocupam o Cargo de Confiança de nível 4 (CC4), ou seja, dos 19 entrevistados negros, 52,3% estão nessa qualificação. Por outro lado, para aqueles que se declararam brancos, de um total de 121, apenas 19 ocupam o Cargo de Confiança 4 (CC4), ou seja, 15,70% desse grupo. Nas categorias Cargos de Confiança de nível 6 (CC6) e Cargos de Confiança de nível 7 (CC7), a presença dos negros é de apenas 21%, enquanto que os brancos se fazem presentes com 44,6%. No Cargo de Confiança de nível 8 (CC8) onde estão os cargos mais importantes e de maior prestígio, além de um maior rendimento salarial, os negros estão ausentes, enquanto que aqueles declarados brancos estão presentes com 7,4%. Essa ausência pode ser verificada nos cargos de primeiro escalão, que são os de secretários do

¹¹³ Os estudos do IBGE e do IPEA apresentados nesta pesquisa, fornecem excelentes dados sobre as desigualdades raciais.

município, diretores, presidentes. Portanto, os dados revelam que, mesmo em se tratando de um governo de partido político socialista, os negros estão ocupando os mais baixos cargos de uma pirâmide profissional, estando ausentes nos postos de direção e gerenciamento.

TABELA 23: Categoria do Cargo de Confiança Ocupado e Etnia

Categoria do Cargo	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
CC2	1	0,71	1	0,83	0	0,00
CC4	29	20,71	19	15,70	10	52,63
CC5	43	30,71	38	31,40	5	26,32
CC6	22	15,71	20	16,53	2	10,53
CC7	36	25,71	34	28,10	2	10,53
CC8	9	6,43	9	7,44	0	0,00
Total	140	100,00	121	100,00	19	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

O permanente exercício da atividade num cargo da administração pública é fundamental para adquirir experiência e, conseqüentemente, aumentar o “background” de profissionalização política. Assim sendo, o objetivo da próxima tabela é verificar até que ponto é permitido aos negros prover tal experiência. Logo, analisando a *tabela 24*, é significativo observar que, dos 26 servidores declarados negros, apenas 1 ou 3,84% ocupou cargo nos três governos anteriores, enquanto que 24 dos 135 declarados brancos ou 17,78% ocuparam cargos nos três governos anteriores da prefeitura municipal de Porto Alegre, ou seja, nos mandatos de Olívio Dutra, Tarso Genro e Raul Pont.

Dessa forma, os dados sugerem que os brancos, muito mais que os negros, têm possibilidades de adquirirem um maior grau de profissionalização ao lidar com a administração pública e obter capital político e apoios para um futuro político, pois permanecem por mais tempo absorvidos nos compêndios do poder.

TABELA 24: Quantidade de Cargos de Confiança Ocupados e Etnia

Quantidade de Cargos	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	41	25,6	33	24,6	8	30,8
Dois Cargos	42	26,3	32	23,9	10	38,5
Três cargos	26	16,3	25	18,7	1	3,8
Quatro cargos	20	12,5	17	12,7	3	11,5
Nenhum	31	19,4	27	20,1	4	15,4
Total	160	100,0	134	100,0	26	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Na *tabela 25*, o objetivo é verificar a renovação de seu quadro de militantes ou, ao contrário, privilegia a velha formação do quadro partidário e o que esse fato implica para a obtenção de cargos políticos, considerados fundamentais para a dotação de poder político. Nessa tabela, três informações chamam atenção:

1^a- mostra que 6,7% do sexo masculino estão associados diretamente com ao grupo que pertence a outros partidos. Ou seja, nota-se que a predominância masculina sobre a feminina se faz presente também nos partidos políticos que formam a base de aliança do governo municipal junto ao Partido dos Trabalhadores e que, principalmente, são para eles as prioridades nas indicações de cargos;

2^a- na categoria ano de filiação, entre 1996 a 2003, o sexo feminino está extremamente associado a esse período, pois 36,2% das mulheres estão nessa faixa. Ou seja, o ingresso, no Partido dos Trabalhadores, dessas mulheres que ocupam cargos de confiança, atualmente, ocorreu mais tardiamente que o sexo masculino. A justificativa para tal fato pode ser explicada, historicamente, pela discriminação sofrida pelas mulheres na política reconhecida pelo Estado, pois sua participação sempre ocorreu de forma inócua. De acordo com Céli Pinto (1994: 24), a reduzida participação se deve ao fato de serem as mulheres “sujeitos históricos constituídos como sujeitos não políticos”. Portanto, mesmo em países com forte tradição democrática a participação das mulheres em partidos políticos, somente avançou com a adoção de políticas de cotas para assegurar a presença feminina. Sobre a participação das mulheres no cenário político brasileiro, a autora faz uma crítica pontual e, que serve como subsídio para o propósito deste trabalho:

num país como o Brasil, com uma democracia frágil, com uma agenda política pressionada por um sistema partidário anárquico e com fortes desigualdades

*sociais, a participação política fica dominada por homens adultos, de meia idade, brancos e proprietários*¹¹⁴.

3^a- confirma a suspeita anterior, pois, se, 40% do sexo masculino ingressaram no Partido dos Trabalhadores entre 1986 a 1995, tal fato sugere que há uma tendência do partido em privilegiar os quadros antigos da militância e evidencia, também, a presença masculina nos primórdios de sua fundação.

TABELA 25: Ano de Filiação ao Partido e Sexo

Ano de Filiação	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 1985	37	23,3	25	27,8	12	17,4
De 1986 a 1995	54	34,0	36	40,0	18	26,1
De 1996 a 2003	33	20,8	8	8,9	25	36,2
Outro partido	6	3,8	6	6,7	0	0,0
Não é filiado	29	18,2	15	16,7	14	20,3
Total	159	100,0	90	100,0	69	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Dando prosseguimento à preocupação levantada anteriormente, referindo-se, porém, ao aspecto salarial, ou seja, ao fato do Partido dos Trabalhadores privilegiar de fato o velho quadro de militantes, pretende-se verificar se isso pode refletir nos salários recebidos. Assim, o objetivo da *tabela 26* é verificar se existe uma relação entre o tempo de filiação e a faixa salarial dos servidores que ocupam cargos de confiança. Assim, quando é avaliado o ano de filiação e salário, dois resultados merecem observação. O primeiro se refere à categoria dos não filiados, onde se vê 29,3%, permitindo inferir que esses entrevistados estão extremamente associados ao salário acima de R\$ 3.000,00. O segundo aspecto a ser observado é que os filiados entre 1996 a 2003, ou seja, 33,3%, estão associados diretamente com à faixa salarial de até R\$ 1.500,00.

À guisa da conclusão para o primeiro fato, pode-se sugerir que o Partido dos Trabalhadores privilegia, de certa forma, os servidores considerados técnicos e seus respectivos currículos. No que se refere à relação entre a primeira faixa salarial e o período de

¹¹⁴ PINTO, C. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. Rosa dos ventos. Rio de Janeiro, 1994, p. 201.

1996 a 2003, verifica-se que o governo do Partido dos Trabalhadores opta por remunerar menos, à medida que cresce esse partido.

TABELA 26: Ano de Filiação ao Partido e Faixa Salarial

Ano de Filiação	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 1985	37	23,4	5	16,7	23	26,4	9	22,0
De 1986 a 1995	54	34,2	10	33,3	31	35,6	13	31,7
De 1996 a 2003	33	20,9	10	33,3	19	21,8	4	9,8
Não é filiado	28	17,7	5	16,7	11	12,6	12	29,3
Outro partido	6	3,8	0	0,0	3	3,4	3	7,3
Total	158	100,0	30	100,0	87	100,0	41	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Tendo em vista ser majoritária a participação de militantes filiados a partidos políticos que ocupam cargos de confiança nos governos, torna-se imperioso analisar se uma possível obrigatoriedade de filiação possui relação direta com os salários a serem pagos a esses militantes. Assim, o objetivo da *tabela 27* é verificar até que ponto se determinam os salários daqueles servidores que ocupam tais cargos.

Dessa forma, quando se observam os resultados da faixa salarial acima de R\$ 3.000,00 percebe-se que os 29,3% dos servidores que ocupam cargos de confiança e não possuem filiação partidária estão diretamente relacionados com aos salários em questão. Ou seja, existe a possibilidade de serem melhores remunerados, no governo, aqueles servidores sem vínculo partidário. Entretanto, pelos que responderam positivamente, ou seja, 84%, demonstram que os filiados estão bem mais propensos a receberem as remunerações da segunda faixa salarial. Logo, verifica-se que o governo do Partido dos Trabalhadores dedica atenção ao quadro técnico não filiado ao partido, em detrimento dos técnicos de sua militância. Em virtude disso, paga um menor salário a esses militantes.

TABELA 27: Possui Filiação ao Partido e Faixa Salarial

Opções	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Não	28	17,7	5	16,7	11	12,6	12	29,3
Sim	124	78,5	25	83,3	73	84,0	26	63,4
Outro partido	6	3,8	0	0,0	3	3,4	3	7,3
Total	158	100,0	30	100,0	87	100,0	41	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

Salienta-se que o Partido dos Trabalhadores é uma agremiação que permite, no seu interior, a formação de tendências políticas. A conseqüência disso é a acirrada disputa política entre as mesmas, por espaços de poder e de influência no partido. Logo, o status dos cargos ocupados e o nível salarial demonstram quanto poder político esses grupos exercem no partido. Assim, na *tabela 28*, é possível analisar qual ou quais as tendências políticas que estão imbuídas de poder pela variável salarial.

Acerca do cruzamento entre as tendências internas e o salário atual, os dados estatísticos permitem inferir que há relevância na relação dos integrantes da Democracia Socialista com o salário de até R\$ 1.500,00. No entanto, para aqueles que estão na faixa salarial acima de R\$ 3.000,00 é imperioso notar que, nesse caso, se encontram a Articulação de Esquerda e os que responderam nenhuma Tendência que, de acordo com dados anteriores desse mesmo capítulo, são os que não possuem filiação partidária. É importante realçar que, mesmo tendo sido sorteado um secretário do município dessa tendência, foram feitos testes sem a presença do mesmo, o que não modificou o resultado.

Portanto, a partir do primeiro caso, conclui-se que, tendo em vista a troca, no ano de 2002, do Prefeito Tarso Genro, que se desincompatibilizou do cargo para concorrer ao governo do estado do Rio Grande do Sul, pelo vice-prefeito João Verle, integrante da Democracia Socialista, sua Tendência optou por ocupar um maior número de espaços possíveis no governo, independente do nível dos salários. Quanto ao segundo caso, observou-se o apoio dado pela Articulação de Esquerda durante as prévias do partido ao então candidato Tarso Genro.

TABELA 28: Tendência Política Interna no Partido e Faixa Salarial

Tendência Política	Faixa Salarial							
	Total		Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Democracia Socialista	45	29,8	15	50,0	23	28,1	7	17,9
Amplio e Democrático	25	16,6	3	10,0	15	18,3	7	17,9
Articulação e Esquerda	4	2,6	0	0,0	1	1,2	3	7,7
Esquerda Democrática	3	2,0	2	6,7	1	1,2	0	0,0
Movimento de Construção Socialista	12	7,9	2	6,7	9	10,9	1	2,6
Outras	13	8,6	2	6,7	10	12,2	1	2,6
Nenhuma	49	32,5	6	20,0	23	28,1	20	51,3
Total	151	100,0	30	100,0	82	100,0	39	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

7.1 EM RESUMO

Com base nas observações e análises dos resultados proporcionados pelo conjunto de dados expostos nesse capítulo, esboçou-se a situação geral dos servidores que ocupam cargos de confiança no governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores e, em particular, a situação dos negros que ocupam cargos nesse governo.

Dessa forma, acerca dos rendimentos salariais, os dados sugeriram que, mesmo num governo onde o nível salarial é maior, se comparado com o de vários outros setores da sociedade, os negros continuam sendo identificados com as mais baixas faixas de renda. No que concerne à dualidade capacitação e escolaridade, pôde-se notar que mesmo negros e brancos possuindo o mesmo grau de instrução, aos negros não são auferidos cargos de níveis elevados, permanecendo nos postos mais abaixo ou intermediários. A desigualdade perdura até mesmo para aqueles cargos que são ocupados por servidores que não possuem o curso superior, onde, teoricamente, estariam em condições iguais. Sendo assim, embora fazendo parte de um governo socialista, a maioria dos negros ocupa os mais baixos cargos, quanto ao prestígio e renda. Além disso, não ocupam cargos de direção e de gerenciamento, o que equivaleria ao Cargo de Comissão de nível oito (CC8). No nível imediatamente abaixo desse, com 20%, estão presentes somente os homens negros.

No que tange às mulheres em geral, mesmo sofrendo ainda as discriminações num partido socialista, como menores salários, menor presença no quadro de servidores, são as mulheres negras que continuam a sofrer intensamente a discriminação. Numa divisão sexual do trabalho, essas mulheres ocupam a última posição em renda, escolaridade, ascensão profissional e ocupação de cargos de chefia, permanecendo atrás dos homens brancos, mulheres brancas e homens negros, exatamente nessa ordem.

Em se tratando de oportunidade de profissionalização política pela experiência adquirida no decorrer de governos, nesse caso, aos negros essa possibilidade se dá num menor grau, visto que a maior parte dos negros que ocupam cargos, atualmente, está, pela primeira vez, ocupando cargos políticos, os que impede de conhecer a máquina pública, diferentemente daqueles declarados brancos.

Com relação às Tendências Políticas internas do Partido dos Trabalhadores, foi possível notar que a obtenção e a distribuição dos cargos ocorre sob a coordenação das mesmas. Nesse sentido, outros setores que se organizam no partido, independentes das Tendências, tem seus objetivos políticos prejudicados. Nesse caso, pode-se citar o Núcleo de Negras e Negros. Portanto, os cargos de confiança se configuram num importante capital político para a consolidação de poder no partido.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, pôde-se perceber que o Partido dos Trabalhadores, mesmo denominado como partido socialista, o qual se originou das bases sociais, alicerçado pelos movimentos sociais e pelo novo sindicalismo, tendo como um dos princípios básicos de seu programa político o combate à discriminação racial, grosso modo, traz consigo uma das contradições vivenciadas na sociedade brasileira, a desigualdade racial.

Neste aspecto, ao longo dos dezesseis anos governando o município de Porto Alegre, os negros, embora participem dos cargos de confiança desses governos ou dos cargos de direção partidária, ocupam os menores na hierarquia de poder. Assim sendo, mesmo tratando-se de um partido político como o Partido dos Trabalhadores, que, nasceu com o propósito de garantir oportunidades iguais, combater a discriminação e as desigualdades, termina por reproduzir essas diferenças no seu interior. Verifica-se, então, nos partidos políticos socialistas, uma oligarquização do poder, na qual uma elite majoritariamente branca e masculina monopoliza, em suas mãos, as tomadas de decisão.

Foi o que demonstrou, por exemplo, a análise da participação dos militantes negros do Partido dos Trabalhadores, em relação aos cargos no Diretório Municipal, um órgão de poder máximo do partido, do qual os negros participam muito reduzidamente. Os números revelaram que, na formação de três diretórios, nos anos de 1997, 1999 e 2001, os negros representaram apenas 9,6%, 13,3% e 4,9%, respectivamente, de sua totalidade, que é de 60 integrantes. Dessa forma, os negros historicamente excluídos na sociedade brasileira, mesmo fazendo parte de um partido socialista, tendem a continuar assim quanto ao poder. Vale acrescentar que o Diretório é o órgão que garante a vida do partido e onde são tomadas as decisões mais importantes que determinam o projeto político do partido a ser implementado, uma vez no governo.

A partir daí, pode-se concluir que, no Partido dos Trabalhadores, os negros estão excluídos daquilo que Michels chamou de especialização técnica, a qual garante a direção nos negócios do partido. Diante dessa oligarquização, na qual uma minoria dirige a maioria, os negros estão incluídos na segunda categoria. É importante observar a negligência do partido

com relação ao empoderamento dos negros, pois adotou uma política de cota de 30% para a participação das mulheres na direção partidária, mas não seguiu o mesmo critério no caso dos negros, visto que, na gestão de 2001, o Diretório Municipal apresentou somente uma representante negra e um negro.

Portanto, mesmo sendo militantes de um partido socialista, em relação ao poder, os negros estão posicionados nas camadas inferiores dessa hierarquia. É importante observar, nesse caso, que o Partido dos Trabalhadores, mesmo propondo, em seu programa original, políticas de combate às desigualdades contra os oprimidos da sociedade (negros, mulheres, homossexuais), acaba reproduzindo, em menor escala, as diferenciações vivenciadas na sociedade.

Afirma-se isso porque, foram observados os cargos de Secretários do Município que formam o primeiro escalão de governo desse partido socialista, em Porto Alegre, ao longo dos quatro mandatos, notou-se a ausência dos negros nos três primeiros governos, ou seja, de 1988 a 2000. No ano de 2001, portanto, no último mandato, foi nomeado José Carlos Reis para ocupar a Secretaria da Administração. No entanto, chama a atenção que Reis tenha sido escolhido mais pelo que representa na sua tendência política do que pelo que representa no Núcleo de Negras e Negros do partido. Além disso, mesmo quando ocorreram substituições nesses cargos durante os respectivos mandatos, é imperioso realçar o não surgimento de nomes de militantes negros para preenchimento dessas vagas. Assim, nesse processo de burocratização caracterizado no Partido dos Trabalhadores, os negros estão à margem dos cargos de poder, o que pode comprometer o projeto político original de igualdade e de justiça do partido. Por esses motivos, os mecanismos democráticos de distribuição de poder no governo desse partido socialista deixam de contemplar setores que, até então, estiveram excluídos do poder político no processo histórico brasileiro.

A estabilidade dos chefes políticos, nos cargos de poder, é uma característica marcante nos partidos socialistas apontados por Michels¹¹⁵ estando presente no Partido dos Trabalhadores, conforme detectou esse estudo. É o que ocorre, por exemplo, com lideranças expressivas dessa agremiação, que se mantêm nos cargos de poder ou em outros setores, como nos governos ou em assessorias parlamentares. Nesse caso, vale realçar, os nomes de Waldir Bonh Gass, que ocupou a presidência do partido, no município de Porto Alegre, em três gestões, Selvino Hech, que presidiu o partido em 1992 e, posteriormente, assumiu um cargo de chefia de gabinete de deputado estadual. Há, ainda, Paulo Ferreira, o qual foi

¹¹⁵ MICHELS, R, p.61

Secretário Geral da Executiva Estadual e, mais tarde, assumiu o cargo de secretário da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. Dessa forma, pelo fato dos negros estarem, praticamente, ausentes dos cargos de poder, além de não possuírem estabilidade e uma transitoriedade nos diversos cargos, estão mais suscetíveis ao desemprego político produzido pelas perdas eleitorais.

Isso porque, embora o Partido dos Trabalhadores seja um partido socialista contemporâneo, conforme descreveu Benedito Tadeu, carrega consigo essa anomalia social, arcaica e desestabilizadora da sociedade brasileira, que é a discriminação racial. Isso pôde ser verificado pela burocratização acentuada, no partido, a qual demonstra, fortemente, a estabilidade e a profissionalização política de um determinado grupo, sem que estejam presentes, nos cargos de direção partidária ou de poder nos governos, os negros, discriminados racialmente na sociedade brasileira, atitude repudiada pelo Partido dos Trabalhadores, sendo uma de suas bandeiras de defesa. Essa desigualdade racial, constatada na burocracia desse partido, pode acarretar uma ameaça ao projeto societário do partido, às suas proposições socialistas. Nessa perspectiva, suas diretrizes entram em confronto com as proposições sustentadas por Benedito Tadeu, quando se refere à tensão instalada, no partido, entre uma definição da base social que representa e o projeto político a ser defendido. Assim argumenta Benedito Tadeu:

essa tensão, finalmente, é prova da originalidade e contemporaneidade do PT por que resulta de seu empenho em construir, numa sociedade excludente como a brasileira - seja em termos sociais ou políticos - uma identidade autônoma de classe dos trabalhadores, trazendo com ela a possibilidade de constituição de uma democracia pluralista. Como se sabe, é apenas quando os diversos sujeitos sociais se constituem como sujeitos políticos, com suas identidades e projetos societários distintos suficientemente formulados e respeitados, que este tipo de democracia começa a se construir.¹¹⁶

Quando se analisou o perfil dos servidores os quais ocupam cargos de confiança nesse governo cujo partido é socialista, foi constatado que o mesmo, em certa medida, está acima dos padrões sócio-econômicos da sociedade brasileira, porém, traz intrínsecas, as características desiguais dessa sociedade. Isso significa dizer que esses servidores estão situados num patamar elevado, se comparado com a sociedade porto-alegrense e com a sociedade brasileira, no que tange à escolaridade e ao rendimento médio.

No que se refere ao perfil dos servidores dos cargos de confiança, quanto ao sexo, mantém-se a sobreposição masculina de 56,6% sobre 43,4% da feminina. Esses dados se

¹¹⁶ TADEU CESAR B, p. 350.

assemelham aos da população da região metropolitana¹¹⁷, que é de 56,4% para os homens e 43,6% para as mulheres. Sendo assim, o Partido dos Trabalhadores acompanhou o padrão de desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira e, desse modo se distanciou do modelo dos partidos socialistas do século XVIII e XIX.

Além disso, apesar de sua contemporaneidade, ainda reproduz, em seus governos algumas desigualdades, tais como as verificadas na sociedade brasileira e que, por isso, põem o partido num paradoxo: ser socialista, mas, ao mesmo tempo, conviver com profundas desigualdades em seus governos. Nesse caso, chama a atenção, a preponderância masculina em detrimento do sexo feminino, no que concerne à cota de participação e de rendimentos.

No entanto, desperta maior atenção o fato de um governo de partido político socialista não se diferenciar da sociedade brasileira, no que tange a questão racial, pois, quando foi analisada a presença de negros nesse “governo democrático e popular”, constatou-se a presença de apenas 9,4% deles no quadro de servidores de cargos de confiança, ou seja, um número inferior, se comparado à população negra e parda de Porto Alegre que é de 15,9%. Além disso, a presença de negros é inferior à cota de 12% assegurada aos negros e instituída pela prefeitura de Porto Alegre nos concursos públicos. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores é contemporâneo e expressa, também, nessa contemporaneidade as desigualdades da sociedade brasileira.

Essas desigualdades raciais num governo dirigido por um partido socialista puderam ser evidenciadas quando se comparou a condição sócio-econômica das mulheres negras na região metropolitana de Porto Alegre num estudo efetuado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e as mulheres negras que ocupam cargos de confiança na administração municipal governada pelo Partido dos Trabalhadores. Nesse aspecto, verificou-se que, mesmo num governo de um partido político socialista, as diferenças entre etnias perduram e, em alguns casos, tornam-se mais agudas do que as vivenciadas em outros setores da sociedade.

Neste comparativo, em relação à presença das mulheres negras nos cargos públicos na região metropolitana de Porto Alegre, notou-se 13,3% delas ocupam cargos, contra 15,3% das mulheres brancas. Todavia, quando se analisou a presença das mulheres negras no quadro dos cargos em comissão da administração governada por um partido socialista, notou-se que foi de apenas 5,3%, enquanto que as mulheres brancas têm 35,3% das vagas. Por isso, é

¹¹⁷ Fonte: PED/RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. Agosto de 2003.

imperioso realçar que, considerando-se que a forma de ingresso nos cargos em comissão se dá pela indicação do partido, as mulheres negras enfrentam maior resistência no processo de escolha, mesmo quando essa administração é governada por um partido socialista.

No que tange ao crescimento profissional e participação em cargos de direção e de planejamento, pôde-se constatar que as mulheres negras, apesar de participarem e militarem politicamente num partido socialista, sofrem mais agudamente para se alçarem aos postos de prestígio numa carreira profissional. Nesse aspecto, observou-se que 85,7% das mulheres negras estão situadas nos cargos inferiores numa divisão social do trabalho, nos cargos de confiança de níveis 4 e 5 (CC4 e CC5), enquanto as mulheres brancas somam 52,7%. Entretanto, quando se inverteu a posição e analisou-se o vértice da pirâmide, onde estão os cargos de status tanto de prestígio, como de rendimento, observou-se a total ausência das mulheres negras nos cargos de confiança de nível 7 e 8 (CC7 e CC8). Por outro lado, nesses cargos, a presença das mulheres brancas era de 32,7%. Quando se direcionou a pesquisa às mulheres trabalhadoras da região metropolitana de Porto Alegre, verificou-se que mesmo em número reduzido, as mulheres negras, representam 3,5% dos cargos de direção e de planejamento.

Um outro fator importante constatado nessa pesquisa e que vem a aprofundar as contradições de um partido socialista refere-se à escolarização dos servidores de cargos em comissão. Como se sabe, tornou-se comum na sociedade brasileira a exigência do curso superior para o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para aspirar postos de gerência e de direção ou, ainda, melhores proventos. Todavia, na administração de um partido socialista, essa condição nem sempre é obedecida para os negros. Do total de mulheres negras, por exemplo, 33,3% possuem o curso superior, o que, mesmo assim, não as credencia aos cargos de primeiro escalão nos governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, se o curso superior completo é uma condição para obter cargos de confiança acima do nível 4 (CC4), a pesquisa revelou existir um grupo de servidores brancos, ainda que reduzido, sem o preenchimento dessa exigência, ocupando cargos acima do referido nível e com vencimentos em torno de R\$ 1.700,00. Isso reforça a idéia de que são maiores as exigências para os negros no acesso aos melhores cargos e salários, chamando atenção o fato desses fatores ocorrerem justamente, num partido comprometido com a justiça social.

Dessa forma, as mulheres negras, por exemplo, mesmo no governo do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, tendem a encontrar maiores dificuldades de combater os mecanismos que produzem as desigualdades de gênero, inclusive, no que se refere aos salários ou à presença total dos cargos de direção nos governos e no partido. Sendo assim,

evidências empíricas mostraram que, apesar de se tratar de um partido político socialista, o comprometimento com a democracia interna e com a eliminação das barreiras raciais que impedem a igualdade de poder tem esmaecido, na medida em que esse partido participa do jogo eleitoral, crescendo politicamente e, com isso, tornando acirrada sua burocracia.

A partir dos resultados verificados e discutidos ao longo dessa pesquisa, verificou-se a dificuldade de implementação dos mecanismos democráticos no que diz respeito à construção de poder. Assim, os negros que, historicamente, foram discriminados na sociedade brasileira, no governo de um partido socialista tendem, ainda, a sofrerem discriminação, mesmo que mais tênue com relação à primeira. Ou seja, esse partido que nasceu com uma concepção de partido político dirigido pelas massas, comprometido com a democracia plena, acabou gerando o aburguesamento de uma minoria da classe social que lhe deu sustentação na fase embrionária. Nesse aspecto, os negros, ausentes nos cargos de decisão do partido ou nos cargos do primeiro escalão dos governos petistas, estão às margens das oligarquias do poder, preconizadas por Robert Michels.

Por essa razão, apesar de uma postura simbólica classista e socialista, encontra dificuldade em executar um projeto político próximo ao societário, que inclua uma abrangência, no poder, dos diversos segmentos, nesse caso os negros, que formam a base social do partido e da sociedade brasileira. Isso significa dizer que, independente de estar no poder um partido socialista, no que tange ao poder político, os negros encontram dificuldades para obterem igualdade de condições numa política de distribuição de poder. Assim, a democracia almejada pelo Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, grosso modo, torna-se impraticável, mesmo nesse partido político que se originou para trabalhar pela sua concretização e aperfeiçoamento. Ou seja, a democracia que, no princípio, se revela como fundamental à vida partidária, torna-se, aos poucos, uma aristocracia.

Portanto, dentro dos moldes de partido socialista que Benedito Tadeu chamou de contemporaneidade do Partido dos Trabalhadores, surgiu desse partido, uma nova classe de militantes e filiados, no entanto, os negros, mesmo fazendo parte das bases que o instaram, não participaram dos cargos que detêm poder, tanto no Diretório Municipal do partido, como nos cargos de Secretários e de Direção nos governos ao longo de quatro mandatos na capital do Rio Grande do Sul. Sendo assim, mesmo tratando-se de um partido de cunho socialista e origem revolucionária, fundamentada nos movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que não rompe com a lei de ferro das oligarquias no poder, não abre esses espaços aos setores historicamente discriminados na sociedade. Nesse aspecto, assemelha-se ao enunciado de Michels:

a partir do momento em que atingem um certo grau de desenvolvimento e de poder, as democracias começam a se transformar, pouco a pouco, adotando o espírito e, muitas vezes, também as formas da aristocracia que elas tinham amargamente combatido no passado. Mas contra a traição se dirigem incessantemente novos acusadores que após uma era de combates gloriosos e de poder sem honra, terminam por misturar-se à velha classe dominante, cedendo o lugar a oponentes novos que, por sua vez, os atacam em nome da democracia. E esse jogo cruel provavelmente nunca terá fim¹¹⁸.

Entretanto, se numa visão micheliana o Partido dos Trabalhadores se configura numa oligarquização do poder e, pelos resultados empíricos demonstrados nessa pesquisa, os negros não se fazem presentes nessa elite, deve-se observar que, mesmo tendo-se como parâmetro teórico o modelo de organizações de Ângelo Panebianco que, de certa forma, se opõe ao modelo consagrado de Michels, os negros não constituem grupos de poder no interior desse partido socialista. Ou seja, pôde-se perceber que os negros não fazem parte das coalizões que se formam internamente nos partidos. Nesse aspecto, vale recobrar uma idéia importante desse autor que garante a ênfase dessa argumentação.

(...) Em primer lugar, incluso cuando un solo líder parece disponer de un poder casi absoluto sobre la organización, la observación muestra a menudo una conformación más completa de la estructura del poder: el líder, cuya condición como tal se debe entre otras cosas, a que controla las zonas esenciales de incertidumbre, debe, en la mayoría de las ocasiones negociar con otros actores organizativos; (...)¹¹⁹

Diante disso, a teoria de Panebianco foi imperiosa para os propósitos desse estudo em dois aspectos. No primeiro, sobre as coalizões dominantes, traçando um paralelo da citação do autor, acima, com uma análise de casos vivenciados e relatados no Partido dos Trabalhadores, tem-se que os negros nesse partido não são vistos como atores organizativos, que negociam antecipadamente certas decisões com os principais líderes partidários, de acordo com o modelo de partido político de Panebianco. Isso pôde ser verificado quando o Núcleo de Negras e Negros do partido não foi atendido em suas reivindicações para os cargos de primeiro escalão dos respectivos governos, ou ainda, quando o nome de um militante negro, indicado por esse mesmo setor, para compor a Comissão de Transição do governo que formaria o novo secretariado da gestão 2001-2004, foi preterido pelo Diretório Municipal. Dessa forma, as coalizões dominantes as quais reporta Panebianco para se opor à idéia de existência de uma elite partidária ou oligarquia são, na verdade, os mais diversos grupos internos presentes em toda a estrutura de poder do partido, desde as lideranças em nível nacional até as bases do partido. Essas coalizões dominantes são os principais órgãos que

¹¹⁸ MICHELS R, p.243

¹¹⁹ PANEBIANCO A, p.91

distribuem os incentivos organizativos do partido, que podem ser, desde cargos de status até uma melhor remuneração nos diversos cargos ocupados.

No segundo aspecto, tornou-se importante o estudo de Panebianco no sentido de que o Partido dos Trabalhadores se assemelha ao modelo organizativo proposto por ele e, nessa perspectiva, é possível observar a posição secundária a que são relegados os negros no que tange ao poder político no interior do partido. Nesse estudo, o autor descreve, com maestria, os problemas e contradições com que se deparam as organizações acerca dos caminhos políticos a serem escolhidos que Panebianco batizou de dilemas. Nesse caso, o dilema das distribuições de incentivos foi fundamental neste estudo, para explicar a ausência de poder dos negros no partido. Ou seja, segundo o autor, deve ser mantido um equilíbrio nas distribuições dos incentivos, sendo considerados incentivos coletivos os que se referem à identidade, à solidariedade e à ideologia. No entanto, poder, status e incentivos materiais pertencem aos incentivos seletivos. Assim, argumenta o autor:

La teoría de los incentivos selectivos explica bastante bien el comportamiento de las élites que compitem entre si dentro del partido por el control de los cargos así como, de los clientes que intercambiam votos contra beneficios materiales, y de ciertos sectores de la militancia que pretenden ascender en su carrera.(...)¹²⁰.

De acordo, então, com a teoria de modelo de partidos políticos de Panebianco e, observando-se a ínfima influência dos negros nas tomadas de decisões do Partido dos Trabalhadores, pode-se concluir que os negros, nesse partido, não fazem parte das coalizões dominantes que negociam, antecipadamente, as decisões com os líderes principais. Por outro lado, os negros, na perspectiva desse autor, também não se identificam com os militantes os quais recebem os incentivos seletivos, em última instância, os que detêm poder.

Sendo assim, conforme observado ao longo desse trabalho, a ausência de negros nos cargos de primeiro escalão, nos governos petistas, nos três primeiros mandatos, ainda que no quarto mandato tenha sido indicado um militante negro, à revelia do movimento negro organizado do partido, somada à incipiente presença de negros nos cargos de direção partidária, no município de Porto Alegre, e, pelo fato dos negros, nas administrações petistas, ocuparem os cargos inferiores numa divisão interna do trabalho dessa administração, percebendo os mais baixos salários, indicam uma identificação dos negros, no Partido dos Trabalhadores, somente como militantes leais aos propósitos do partido, ou seja, ao ganho eleitoral, sem um compromisso de redistribuição de poder com esse segmento.

¹²⁰ Idem, p.41.

Por conseguinte, a pesquisa pôde constatar que o Partido dos Trabalhadores, apesar de ser considerado uma inovação no sistema partidário brasileiro, em que o perfil organizacional permeia o caráter societário que acabou rompendo com os padrões tradicionais e conservadores que até então vigorava na política brasileira, ainda encontra relutâncias no que se refere a uma distribuição democrática do poder com os negros militantes e filiados do partido. É importante observar que esse fato passaria despercebido num partido tradicional do sistema político brasileiro, no entanto, desperta a atenção num partido político de cunho socialista, oriundo das bases sociais marginalizadas do poder, comprometido com o combate às desigualdades sofridas pelos negros, mulheres e demais segmentos historicamente oprimidos da sociedade brasileira. Desse modo, o Partido dos Trabalhadores demonstra a inviabilidade da democracia, mesmo sendo um partido que nasceu para o seu aperfeiçoamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George. **O protesto político negro em São Paulo (1888 a 1988)**. Revista de Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, 1991.

ARATO, A. COHEN, J. **Civil society and political theory**. Cambridge: Mit Press, 1999.

BARBOSA, Marcio. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1988.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOSCHI, Renato. **A arte da associação**. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1987.

BOYD, Haper W. Jr., WESTFALL, Ralph. **Pesquisa Mercadológica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

BAQUERO, Marcello. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições de 1996 em Porto Alegre. In: Baquero, Marcello. **A Lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BERQUIÓ, Elza. ALENCASTRO, Luis Felipe de. **A emergência do voto negro**. Novos Estudos Cebrap. Número 33. 1992.

CASTRO, Mônica. **Raça e comportamento político**. DADOS, num. 36, volume 3, 1993.

CHAGAS, Conceição. **Negro uma identidade em construção**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHACON, Vanierreh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: Editora UNB, 1998.

DAHL, Robert. **A moderna análise política**. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. **Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antonio. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. São Paulo: Novos Estudos, 2001.

_____. A questão racial na política brasileira. In: **Tempo social**, v. 13., n. 2., nov/2001.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência, Política e trajetórias sociais: uma sociologia da história da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LAMOUNIER, Bolivar. n. São Paulo: Cadernos Brasileiros, 1968.

LEVIN, Henry. **Educação e Desigualdade no Brasil: uma visão geral**. In COSTA, Messias. SOLARI, Carmem. LEAL, Maria A. MIRANDA, Glaura. VELLOSO, Jacques. **Educação e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MATTAR, F. M. – **Pesquisa de Marketing – metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1993.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação do partido (1979/1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos políticos**. Brasília: Universitária Brasília, 1982.

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto do negro**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude: usos e costumes**. São Paulo: Ática, 1988.

MULHER Maria. **Boletim informativo**. n. 2, 1987.

MURTEIRA, B. J. F. **Probabilidade e Estatística**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

NOVAES, Carlos Alberto. **PT: Dilemas da Burocratização**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. n. 35. Mar/1993.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos – Organización y poder en los partidos políticos**. Madri: Alianza Editorial, 1990.

PARTIDO dos Trabalhadores. **Resoluções de encontros e congressos – 1977-1998**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

PATE, Kimberly. Ação afirmativa nos Estados Unidos. In: DELGADO, D.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (org). **Mulher e trabalho: experiência de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PINTO, Céli Regina. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H; MUNHOZ, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994. p. 203.

_____ . **A questão de gênero na Ciência Política**. UFRGS [?]

ROSENFELD, Denis. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. São Paulo: Senac, 2001.

SILVEIRA, Oliveira. **Palmares e o 20 de novembro**. Ponto e Virgula. Ano IV. Nov/1996.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Gláucio. SILVA, Nelson. **O charme discreto do socialismo moreno**. Revista Dados, v. 28, n. 2, 1985.

TADEU, Benedito. **PT: a contemporaneidade possível**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

VALENTE, Ana Lucia. **Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982**. São Paulo: FFLCH, 1982.

YOUNG, Íris. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000. p.155

JORNAIS:

Jornal Zero Hora. **Olívio anuncia secretariado após reunião com o PT**. 14 de dezembro de 1988. Página 13.

Jornal Zero Hora. [?] referente aos nomes indicados para assumir o cargo de diretor do Departamento de Esgoto Pluvial (DEP). 20 de novembro de 1988. Página 27.

Jornal Zero Hora. **Tarso Genro completa o 1º escalão**. 21 de dezembro de 1992. Página 19.

Jornal Zero Hora. **Pont começa a definir a equipe**. 20 de novembro de 1996. Página 10.

APÊNDICE

METODOLOGIA DE PESQUISA

O método de pesquisa utilizado neste estudo para a composição da amostra dos servidores que ocupam cargos de confiança, fundamenta-se na aplicação da teoria da probabilidade. Por isso, à maioria das inferências realizadas neste estudo foram obtidas com uma probabilidade de 95% consideradas de confiabilidade. Salienta-se que através da metodologia científica, pode-se obter, por meio de uma sucessão de passos, novas relações entre os fenômenos que interessam, o que garante ao pesquisador a objetividade necessária ao tratamento dos fatos. Assim, os procedimentos estatísticos e técnicas, que usam mecanismos aleatórios na seleção dos elementos da amostra, fornecem considerável contribuição às conclusões obtidas, sobretudo mediante experimentação, observação, análise e prova. Dessa forma, a amostra, tenta abranger o universo dos elementos e garantir a representatividade em relação à população. Os métodos e técnicas de amostragem por sua vez devem garantir as condições para se chegar a conclusões válidas e a previsões muito próximas da realidade possibilitando uma pequena margem de erro.

Os procedimentos estatísticos, técnicas que usam mecanismos aleatórios na seleção dos elementos da amostra, fornecem considerável contribuição às conclusões obtidas, sobretudo mediante a experimentação, a observação, análise e prova.

A amostra, que procurou abranger o universo dos elementos, deve garantir a representatividade em relação à população. Os métodos e técnicas de amostragem, quando bem empregados, fornecem condições para se chegar a conclusões válidas e a previsões muito próximas da realidade possibilitando uma pequena margem de erro.

Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa descritiva utilizada é o levantamento de campo, mas mantendo a preocupação de obter dados representativos da população de interesse, tanto em relação ao número de casos incluídos na amostra quanto à forma de sua inclusão, objetivando a geração de tabelas descritivas, mas, principalmente tabelas com cruzamentos possibilitando conhecer o inter-relacionamento entre as diversas variáveis que possam conduzir determinado fenômeno.

De acordo com o instrumento de coleta, o propósito será comprovar, ou não, as possíveis relações existentes entre o fator etnia e as demais variáveis que possam ser relevantes tanto para traçar o perfil dos indivíduos, como para, averiguar possíveis associações existentes.

Método de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados é fechado, com a explicitação não disfarçada, forma de aplicação estruturada e auto-aplicado. A aplicação ocorreu nos órgãos e/ou secretarias pertencentes aos servidores sorteados pela técnica de amostragem. Nessa etapa, a maior dificuldade foi obter a relação dos servidores de cargos de confiança que fazem parte do quadro dos funcionários da prefeitura. Entretanto, esse problema foi sanado quando a Secretária substituta da Administração autorizou a divulgação dessa relação e pediu a todos os órgãos envolvidos a colaboração na pesquisa.

Amostragem

A população amostrada é constituída de 614 servidores ocupantes de cargos de confiança no governo do município de Porto Alegre indicados pelo Partido dos Trabalhadores e, pelos partidos que compõem o governo do município. A apresentação da população foi feita através de uma listagem específica de cada órgão e/ou secretaria onde, para a maioria destes a exposição dos servidores era caracterizada pelo nome, data de admissão, função e categoria do cargo. A classificação dos diversos cadastros não respeitou uma ordenação específica, no entanto, na grande maioria foi observada a ordem alfabética.

Os servidores encontram-se distribuídos em aproximadamente, vinte e sete órgãos e/ou secretarias e, dentro destes, as funções são classificadas em oito categorias de Cargos em Comissões. A distribuição do pessoal em relação aos órgãos e/ou secretarias que forneceram o cadastro ficou definida da seguinte forma:

Quadro 1: Distribuição da população por órgão e secretarias

	Nº	%
<i>DMLU</i>	<i>17</i>	<i>2,77</i>
<i>FASC</i>	<i>38</i>	<i>6,19</i>
<i>PROCEMPA</i>	<i>14</i>	<i>2,28</i>
<i>SMOV</i>	<i>24</i>	<i>3,91</i>
<i>SMS</i>	<i>27</i>	<i>4,4</i>
<i>SPM</i>	<i>20</i>	<i>3,26</i>
<i>GP</i>	<i>47</i>	<i>7,65</i>
<i>CRC</i>	<i>16</i>	<i>2,61</i>
<i>SECAR</i>	<i>6</i>	<i>0,98</i>
<i>GAPLAN</i>	<i>11</i>	<i>1,79</i>

<i>SMIC</i>	<i>19</i>	<i>3,09</i>
<i>PGM</i>	<i>10</i>	<i>1,63</i>
<i>SMF</i>	<i>18</i>	<i>2,93</i>
<i>SMAM</i>	<i>37</i>	<i>6,03</i>
<i>SME</i>	<i>7</i>	<i>1,14</i>
<i>DEP</i>	<i>14</i>	<i>2,28</i>
<i>DMAE</i>	<i>43</i>	<i>7</i>
<i>SMDHSU</i>	<i>12</i>	<i>1,95</i>
<i>DEM HAB</i>	<i>75</i>	<i>12,21</i>
<i>SMC</i>	<i>26</i>	<i>4,23</i>
<i>SMA</i>	<i>28</i>	<i>4,56</i>
<i>SMED</i>	<i>29</i>	<i>4,72</i>
<i>SMT</i>	<i>1</i>	<i>0,16</i>
<i>EPTC</i>	<i>32</i>	<i>5,21</i>
<i>CARRIS</i>	<i>19</i>	<i>3,09</i>
<i>SGM</i>	<i>21</i>	<i>3,42</i>
<i>PREVIMPA</i>	<i>3</i>	<i>0,49</i>
<i>Total Geral</i>	<i>614</i>	<i>100</i>

Fonte: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Porto Alegre.

Para a categoria dos cargos em comissões a população ficou definida do seguinte modo:

Quadro 2: Distribuição da população por categoria do cargo

Cargos	Nº Indivíduos	%
<i>CC1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>CC2</i>	<i>1</i>	<i>0,16</i>
<i>CC3</i>	<i>12</i>	<i>1,95</i>
<i>CC4</i>	<i>118</i>	<i>19,22</i>
<i>CC5</i>	<i>161</i>	<i>26,22</i>
<i>CC6</i>	<i>171</i>	<i>27,85</i>
<i>CC7</i>	<i>112</i>	<i>18,24</i>
<i>CC8</i>	<i>39</i>	<i>6,35</i>
<i>Total</i>	<i>614</i>	<i>100</i>

Fonte: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Porto Alegre.

Vale observar que não faz parte do objetivo desse trabalho qualquer tipo de inferência em relação aos órgãos/secretarias, assim como aos Cargos em Comissões. No entanto, sempre

que for possível, tais características deverão ser abordadas, e, respeitando as limitações que a amostra impõe, serão realizadas inferências em relação as variáveis envolvidas, uma vez que, o caráter deste estudo também é exploratório.

A técnica de seleção dos servidores utilizada é a amostragem sistemática, pois o cadastro apresenta-se ordenado de forma alfabética com a listagem em meio não magnético. Este método de coleta de dados isenta a possibilidade de selecionar muitos servidores com as mesmas iniciais, assim como, concentrar as unidades amostrais selecionadas em determinados órgãos e/ou secretarias. Além disso, este tipo de amostragem estatística dá a garantia de que a classificação dos servidores esteja proporcionalmente distribuída ao longo do cadastro, possibilitando uma amostra representativa da população, isto é, não existe a possibilidade de se privilegiar alguns órgãos em detrimento de outros, principalmente em relação àqueles menos expressivos a contar o número de indivíduos.

Considerando uma confiança de 95% e um erro máximo de estimação de 3,87% o tamanho de amostra ficou definido em 159 servidores. De acordo com a técnica de amostragem sistemática a fração de amostragem assume o valor 4 e o primeiro elemento da população sorteado de refere a posição de número 216.

Seguindo a distribuição populacional, a amostral e o número de questionários respondidos ficaram definidos da seguinte forma:

Quadro 3: Distribuição da amostra por órgão e secretarias

Órgão	Amostra Definida		Questionários	
	Nº	%	Nº	%
<i>DMLU</i>	4	2,52	4	2,55
<i>FASC</i>	9	5,66	9	5,73
<i>PROCEMPA</i>	4	2,52	4	2,55
<i>SMOV</i>	6	3,77	5	3,18
<i>SMS</i>	7	4,4	7	4,46
<i>SPM</i>	5	3,14	5	3,18
<i>GP</i>	11	6,92	10	6,37
<i>CRC</i>	4	2,52	3	1,91
<i>SECAR</i>	2	1,26	3	1,91
<i>GAPLAN</i>	3	1,89	2	1,27
<i>SMIC</i>	5	3,14	5	3,18
<i>PGM</i>	3	1,89	3	1,91
<i>SMF</i>	5	3,14	5	3,18
<i>SMAM</i>	10	6,29	8	5,1

<i>SME</i>	2	1,26	3	1,91
<i>DEP</i>	4	2,52	4	2,55
<i>DMAE</i>	11	6,92	10	6,37
<i>SMDHSU</i>	4	2,52	4	2,55
<i>DEM HAB</i>	20	12,58	20	12,74
<i>SMC</i>	6	3,77	6	3,82
<i>SMA</i>	7	4,4	7	4,46
<i>SMED</i>	7	4,4	6	3,82
<i>SMT</i>	0	-	0	-
<i>EPTC</i>	8	5,03	8	5,1
<i>CARRIS</i>	5	3,14	4	2,55
<i>SGM</i>	6	3,77	7	4,46
<i>PREVIMPA</i>	1	0,63	1	0,64
<i>CCS</i>	0	-	3	1,91
<i>DS</i>	0	-	1	0,64
<i>Total Geral*</i>	159	100	157	100

Fonte: Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura de Porto Alegre.

*Resposta não válida 2 (NS/NR)

No que se refere à distribuição amostral por Cargos em Comissões, a amostra ficou classificada do modo como segue:

Quadro 4: Distribuição da amostra por órgão e secretarias

Cargos	Amostra Definida		Questionários Respondidos	
	Nº Servidores	%	Nº Questionários	%
CC1	0	0	0	0
CC2	0	0	1	0,71
CC3	2	1,26	1	0,71
CC4	37	23,27	27	19,29
CC5	34	21,38	42	30,00
CC6	51	32,08	22	15,71
CC7	27	16,98	38	27,14
CC8	8	5,03	9	6,43
Total*	159	100	140	100

Fonte: Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura de Porto Alegre.

*Respostas não válidas 19 (18 NS/NR e 1 NSA).

Apesar da seleção amostral ter sido definida tomando como base, a representatividade, os órgãos e/ou secretarias, assim como a categoria dos cargos exercidos, um dos principais

objetivos do trabalho é a comparação do perfil dos servidores quanto à etnia. No entanto, tal informação é inexistente, ou pouco confiável, tanto dentro do contexto do Governo Municipal quanto dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. As poucas informações existentes quanto a variável etnia referem-se a avaliações realizadas de forma rudimentar (observacional), sem técnicas científicas.

Análise Comparativa

Conforme os resultados da amostra o número de servidores da etnia negra ficou em quinze servidores ou 9,43% e, sendo que, um dos principais objetivos deste trabalho é a realização de uma análise comparativa entre as etnias negra e branca que compõem o quadro dos servidores de cargos de confiança da prefeitura de Porto Alegre, para possibilitar detectar os diferentes perfis entre estas. Sendo este um trabalho pioneiro considerou-se como base para estabelecer um número mínimo de pessoas da etnia negra as informações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que estabeleceu o percentual de cotas em concursos públicos para negros em 12%. Além disto, também foi utilizado o programa estatístico Epi Info 6.02, onde foi calculado o poder da amostra, para efeito comparativo, considerando o número de indivíduos que se declararam de etnia branca e o erro amostral calculado, 3,87 %, deste modo foi possível estipular o número mínimo de indivíduos de etnia negra necessários para a realização dos cruzamentos com credibilidade. Com esta informação foi realizado um estudo de casos selecionados, em caráter complementar, caracterizado por 11 entrevistas com pessoas da raça negra ficando o total de negros para a análise comparativa de 26 indivíduos, 15,38%, desta forma, garantindo o número mínimo de observações para realização das comparações com uma confiabilidade de 95% e um poder de 80%. O percentual das pessoas entrevistadas supera em 3,38% o percentual definido pela Prefeitura de Porto Alegre, no entanto esta diferença se faz necessária em função dos diversos recortes (cruzamentos que levam em consideração duas ou mais variáveis) que exigem um número maior de indivíduos para a análise.

Com esta nova seleção de servidores, estritamente direcionados, a etnia negra baseada em uma amostra intencional, isto é, não probabilística, as análises deste estudo ficam divididas em duas partes: a primeira se refere à amostragem sistemática de um único grupo, abrangendo as inferências, de uma forma geral, referentes a todas as variáveis do estudo, inclusive as inferências em relação ao percentual de indivíduos da etnia negra presentes na amostra. Já, a segunda parte, estudo comparativo, considera as inferências estatísticas realizadas para os dois grupos, etnia negra e etnia branca, tentando abranger os diversos

fatores levantados neste trabalho direcionados a variável etnia visando detectar as diferenças, caso existam, com segurança e credibilidade.

Questionário aplicado aos servidores que ocupam Cargos de Confiança no governo da Administração Popular da Prefeitura de Porto Alegre.

Entrevistador: Airton Araújo
Data: agosto de 2003

Nome: (opcional) _____

As respostas serão analisadas no conjunto de toda a pesquisa, garantindo assim, o seu sigilo individual. Portanto, por favor, seja sincero. Obrigado.

<p>1-Sexo a () masculino b () feminino</p>	<p>17- Você ocupa ou ocupou algum cargo político remunerado no Partido dos Trabalhadores? () não () sim Qual? () NS/NR</p>																														
<p>2- Etnia a () branca b () negra c () outras Qual? _____</p>	<p>18- Você ocupou algum Cargo de Confiança em outros governos que não do Partido dos Trabalhadores? a () não b () sim Qual? c () NS/NR</p>																														
<p>3-Idade _____</p>	<p>19- Tendência Política interna que você pertence no Partido dos Trabalhadores: a () Democracia Socialista b () Amplo e Democrático c () Articulação de Esquerda d () Esquerda Democrática e () Movimento de Construção Socialista f () Outras Qual? g () Nenhuma h () NS/NR</p>																														
<p>4-Instrução a () até a 4ª série b () da 5ª a 8ª série c () 2º grau incompleto d () 2º grau completo e () 3º grau incompleto f () 3º grau completo g () pós-graduação incompleto h () pós graduação completo</p>	<p>20-A sua indicação para o cargo que ocupa atualmente, foi por indicação: a () do parlamentar b () da Tendência a que você pertence c () dos Núcleos Qual? d () outros Qual? e () NS/NR</p>																														
<p>5- Formação acadêmica: _____</p>	<p>21- Em qual dos governos anteriores no município de Porto Alegre, você ocupou Cargo de Confiança: a () Olivio Dutra b () Tarso Genro c () Raul Pont d () Tarso Genro e () Nenhum f () Outro Qual? g () NS/NR</p>																														
<p>6- Salário atual : _____</p>	<p>22- Quanto ao escalão do cargo que você ocupa(ou) pode ser considerado:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Escalão</th> <th>1º</th> <th>2º</th> <th>3º</th> <th>4º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a) Olívio</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>b) Tarso</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>c) Raul</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>d) Tarso</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>e) Verle</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>() Nenhum</p>	Escalão	1º	2º	3º	4º	a) Olívio					b) Tarso					c) Raul					d) Tarso					e) Verle				
Escalão	1º	2º	3º	4º																											
a) Olívio																															
b) Tarso																															
c) Raul																															
d) Tarso																															
e) Verle																															
<p>7- Você possui filiação com o Partido dos Trabalhadores a () não b () sim c () outro partido Qual? c () NS/NR</p>	<p>23- O cargo acima mencionado foi por indicação: a () de algum parlamentar b () da Tendência a qual você faz parte c () dos Núcleos Qual? d () outros Qual? e () NS/NR</p>																														
<p>8- Ano em que você se filiou no Partido dos Trabalhadores: _____ a () outro partido</p>	<p>24- Ano de admissão no primeiro cargo ocupado: _____ a () outros b () NS / NR</p>																														
<p>9- Anterior ao Partido dos Trabalhadores, você foi filiado em algum outro partido político? a () não b () sim Qual?</p>																															
<p>10- Órgão que você pertence? _____</p>																															
<p>11- Órgão que você está lotado? _____</p>																															
<p>12- Cargo que você ocupa atualmente? _____</p>																															
<p>13- Categoria do cargo exercido atualmente? _____</p>																															
<p>14- Ano de admissão no cargo atual? _____</p>																															
<p>15- Profissão que exerceu anterior ao serviço público ou a assessoria parlamentar? _____ () outro Qual?</p>																															
<p>16- Com relação à pergunta anterior, o seu salário atual: a-() aumentou consideravelmente b-() aumentou parcialmente c-() igualou d-() diminuiu consideravelmente e-() diminuiu parcialmente</p>																															

ANEXOS

ANEXO I

Formações das Convenções, Comissões Provisórias e dos Diretórios do PT, em Porto Alegre.

Convenção de 1985

- | | | |
|--|---|--|
| 1. Olivio Dutra | 43. Jorge Kemmerer Monteiro | 82. Walter Francisco Ferreira de Souza |
| 2. Raul Jorge A. Pont | 44. Sonia Venâncio Cruz | 83. Cícero L. D. Franco |
| 3. Ademir M. Castro | 45. Pio Giovani Dresch | 84. Daniel da Silva Borges |
| 4. Cezar Alvarez | 46. Afonso Antunes da Silva | 85. Eduardo de Lacerda Mancuso |
| 5. Danilo Lima de Vargas | 47. Sueli Castro | 86. Regina Maria Parenza |
| 6. João Carneiro | 48. Dinah Beatriz Souza Lemos | 87. Sonia Maria Passos |
| 7. Adeli Sell | 49. Flavio Eduardo Silveira | 88. Robert Charles Ponge |
| 8. Glay Nobre Canedo | 50. Ruy Rosário Guimarães | 89. Ana Isabel Alves Godoy |
| 9. Carmem Sylvia Ribeiro | 51. Eduardo César Weber | 90. Leonilse Guimarães |
| 10. Rualdo Menegal | 52. Sylvio Nogueira Pinto Junior | 91. Carmem Regina Abrahão |
| 11. João Chiaramonte de Lemos | 53. Paulo Gabriel M. de Moura | 92. Daniel de O. Godoy |
| 12. Anélio José da Cruz (negro) | 54. Lucia Castilhos | 93. Luiz Carlos Rosi Tubino |
| 13. Firmo Trindade (negro) | 55. Adroaldo Bauer S. Correa (negro) | 94. Gert Schinke |
| 14. Maria Alice Bragança | 56. Lucia Rublescki Silveira | 95. Maria Margaret S. Dorneles |
| 15. José Accetta Neto | 57. Rogério A. N. Dorneles | 96. Ronaldo Herrlein Jr |
| 16. João Acir Verle | 58. José Carlos D. Oliveira | 97. José Luiz Carneiro Cruz |
| 17. Renato Sampaio Azambuja | 59. Luiz Gilberto Guedes França | 98. Iria A. Charão Rodrigues |
| 18. Marilane Oliveira Teixeira | 60. Oraida Maria Urbanetto de Souza | 99. Antonio Inácio Matos da Silva (negro) |
| 19. Otavio Tavares | 61. Omar Francisco Rõster | 100. Vitor da Cruz |
| 20. Décio Aloísio Schauren | 62. José Valdir Rodrigues da Silva | 101. Lia Behn de Oliveira |
| 21. Ana Ruth Fonseca Lima | 63. Laura M. da C. E. Silva | 102. Antonio Cunha Losada |
| 22. Marcia Pinto Camargo | 64. Márcia Dall'Igna | 103. Elza Maria Reis Macedo |
| 23. Paulo Grapiglia | 65. José Cesário Figueiredo | 104. Marieta Pacheco |
| 24. Aloísio Zamparetti | 66. Dircéia M.R. da Silva | 105. Ivam Martins de Martins |
| 25. Alexandre Roberto Kopte | 67. Vitor Hugo L. Saydelles | 106. Jorge Losada |
| 26. Luis Fernando Vicente Silva | 68. Lucio Borges Barcelos | 107. Cláudio Antonio Barbosa |
| 27. Mario Luis Teza | 69. Vera Rejane da Silva Barcelos | 108. Marco Arildo Prates da Cunha |
| 28. Clarice Coppetti | 70. Guilherme Toledo Barbosa | 109. Edgar da Silva Martins |
| 29. Lorena Holzmann da Silva | 71. Paulo de Tarso Carneiro | 110. Diana Myrian Lichtenstein |
| 30. Luis Ferrari Borba | 72. Paula D'vila | 111. Rita Mara Chagas Ribeiro |
| 31. Pedro Emelson Galmarine | 73. Silvia Giugliani | 112. Mario Corso |
| 32. Adão Gonçalves | 74. Nazur Aragony de Vasconcelos | 113. Carmem Celinda Padilha |
| 33. Jorge Juan Portela Leques | 75. Protásio Rodrigues | 114. Ricardo Primo Portugal |
| 34. Claudete Costa | 76. Mara Cremer | 115. Valdir Pereira |
| 35. André Luis Marenco da Silva | 77. Maria do Carmo F. Machado | 116. Maria Eneida Correia |
| 36. Nilton da Costa Azevedo | 78. Gilmar Gutierrez da Silva | 117. Helom P. Nascimento |
| 37. Alcides José de Almeida Neto | 79. Sandra Jovchelovitch | 118. Rose Maria Costa Correa |
| 38. Valter de Almeida Freitas | 80. Adelaide Griesang | 119. Judite da Rocha Dutra |
| 39. Luci Teixeira Bulsing | 81. Alex Borba dos Santos | 120. Ceremi Martins de Souza |
| 40. Carlos Jorge Ramers | | 121. Efraim Golbert |
| 41. Carlos Alberto Dobrovotski | | 122. Robert Raupp |
| 42. Paula Maria Soares Alonso | | 123. Celso Afonso M. Lima |
| | | 124. Verena Perotto |
| | | 125. Eduardo Vieira |

126. Sttella Maris Valenzuela
de Oliveira
127. Genoveva Maya Fruet
128. Luciano Gregory Brunet
129. Marcelo Generali da Costa
130. Leôncio N. de Almeida
Ayres

131. Astrogildo Machado Lima
132. Vilson Guimarães
133. Maria C. de Souza
Martins
134. Francisco Canella

Presidente: Olivio Dutra
Secretário: Cezar Alvarez

Convenção Municipal do Partido dos Trabalhadores. 31/07/1988

1ª Zona: Delegados

Titulares:

1-Francisco Vicente
2- Luis Henrique Donádio
Batista

Suplentes:

Jussara Pereira Dutra
Paulo Iser

2ª Zona: Delegados

Titulares:

Eduardo de Lacerda Mancuso
Elizete Maria Menegat
Maria Inês Rodenco da Silva
Marcello Daisson Hameister
Sonia Berenice Rosler

Suplentes:

Cícero Cleto Justo
Nelson Vantuir Schmidt
Álvaro Meneprezzi
Marcos Julio
João C. de Lemos

111ª Zona: Delegados

Titulares:

Fernando Luis Schüller
Leonilse Fracasso Guimarães
Marcelo Gross Villanova
Sonia Venâncio Cruz
Judite da Rocha Dutra

Suplentes:

Paulo Ricardo Lemos
Nestor Ourique Medeiros
Marcelo Duarte da Silva
Marion Kruse Nunes

112ª Zona: Delegados

Titulares:

Eunice Rossi
Eduardo Dalbosco
Roberto Pereira da Rocha
Mario Antonio de Mello Poloni
Luis Ribeiro
Suplentes:
Angelita Jussara Cruz da Silva
Cássio Felipe Galvão Bessa
Paulo Adalberto Alves Ferreira
Marilane Oliveira Teixeira

113ª Zona: Delegados

Titulares:

Iria Charão Rodrigues
Luis Alberto Girardi
Denise Gomes Simanke
Claudete Teixeira Costa
Antonio Antunes do Prado
Gilson Luis de Oliveira Lima
Luis Carlos Ribeiro Stephanom
Ceres Cristina Severo Pimenta
(negra)
Márcia Pinto Camargo

Tânia Mara Azambuja Reis

Suplentes:

Celso Kipper
Carlos Pestana Neto
Márcia Elisa Melo Branco
Rita Mara Chagas Ribeiro

114ª Zona: Delegados

Titulares:

Fernando Wagner
Heriberto Back
Paulo J. Marroni
Maria Aparecida de Souza
Ferreira
Raul F. Giacobone

Suplentes:

Gert Schinke
Sonia Sarai (negra)
Adalberto Silva de Oliveira
Aida Dresseno Silveira
Antonio Cunha Losada

158ª Zona: Delegados

Titulares:

João Manoel Maldaner
Carneiro
Danilo Lima de Vargas
Marlene Steffen Borges
Carlos Roberto da Silva
Machado

Dario Borges Martins

Suplentes:

José Valdir Rodrigues da Silva

José Roberto Lacerda Borges

Zulamar Aurélio

Carmen Sylvia Ribeiro

Virgílio Manoel Aurélio

159ª Zona: Delegados

Titulares:

Décio Aloísio Shauren

Lula Pereira Leite

Miguel Ovídio Cunha
Thomasin

Ernani Carvalho Cibeira

Antonio Inácio da Silva Matos

Suplentes:

Ivan Darijo dos Santos

Ricardo Giuliani Neto

Luis Volnei Caragnato

Adelto Rolvi

Leci Soares SANTOS

160ª Zona: Delegados

Titulares:

Hélio Corbelini

Letícia MARIA Schabbach

Ricardo Pinto da Costa

Karla Rosane Demoly de
Melos

Suplentes:

José Carlos Mello D'Avila

Solange Correa Gauto

Marco Antonio Pontes de Jesus

161ª Zona: Delegados

Titulares:

Luis Antonio Martins Pereira

Eduardo Machado Araújo

Antonio Ropdrigues

Suplentes:

Gilberto Cardoso Aguiar

Rogério Leandro Lima da
Silveira

Lucia Abouzalvi

Parlamentares:

Dep. Raul Pont

Dep. José Fortunati

Dep. Olivio Oliveira Dutra

Ver. Antonio Carlos Holfeldt

LISTA DE PRESENÇA DA CONVENÇÃO MUNICIPAL DE 1992

1ª Zona: Delegados

1. Titulares:

2. Clara Maria Scott da Silva

3. Cláudio Fernandes
Machado

4. Enio Dias de Castro Filho

5. José Jorge Rodrigues
Branco

6. Carla Ribeiro

7. Paulo Renato Cardoso
Soares

Suplentes:

8. Tânia Mara Azambuja Reis

9. Elenita Teresinha Paulino

10. Sergio Luis Cardoso Soares

11. Danton Silveira

12. Lenise da Costa Frediani

13. Nataniel Antonio Vicente

2ª Zona: Delegados

14. Maria Luiza de Castro
Smielewski

111ª Zona: Delegados

15. Marcio Rogério de Oliveira
Bresson

112ª Zona: Delegados

16. Mario Antonio de Mello
Poloni

113ª Zona: Delegados

17. Mariângela Bairros

114ª Zona: Delegados

18. Simone Ferreira Lisboa

158ª Zona: Delegados

19. José Carlos de Moraes

159ª Zona: Delegados

20. Rogério Rodrigues Ferreira

160ª Zona: Delegados

21. Roberto Pereira da Rocha

161ª Zona: Delegados

22. Gilberto Cardoso de Aguiar

23. Parlamentares;

24. Raul Pont

25. José Fortunati

26. Flavio Koutzi

27. Antonio Holfeldt

28. Clovis Ilgenfritz

29. Decio Schauen

30. Giovanni Gregol

31. João Verle

32. José Valdir

LISTA DE PRESENÇA DA CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PT. 02/06/1996

VEREADORES:	Maria do Rosário	Esther Grossi
		Miguel Rosseto
Clovis Ilgenfritz	DEPUTADOS ESTADUAIS:	
Décio Schauren		
Helena Bonumá	Flavio Koutz	Comissão Provisória da Capital:
Henrique Fontana	José Gomes	Luis Pilla Vares
Giovani Gregol	Luciana Genro	Paulo Ferreira
Guilherme Barbosa		Voltaire Branco Pellenz
João Verle	DEPUTADOS FEDERAIS:	Eduardo de Lacerda Mancuso
João Motta		Carlos Rogério Garay Correa
José Valdir	José Fortunati	

DIRETÓRIO ELEITO EM 14 E 15/06/97

1. Ana Lucia Rossi
2. Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes
3. Carlos Marli Silva Boeira
4. Darci Campani
5. Dario Martins
6. Doloris Teresinha Gassen de O.Campos
7. Eduardo de Lacerda Mancuso
8. Elaine Paz
9. Flavio Heron da Silva
10. Gilberto Cardoso de Aguiar
11. Guilherme Toledo de Barbosa
12. Hamilton Gubert Viegas
13. Helena Gomes Bonumá
14. Hidelrado Luiz Caroni
15. Iole Carreta Kunze
16. João Acir Verle
17. Jorge Augusto da Cruz
18. José Carlos Ferreira dos Reis **(negro)**
19. José do Nascimento Júnior
20. José Enedir Francisco
21. Lizete Kagami Marques
22. Luis Eduardo Cunha Thomassini
23. Marcelo Quevedo do Amaral
24. Maria do Rosário Nunes
25. Maria Inês Rodenco da Silva
26. Maria Lilia Daleiro
27. Mariângela Silveira Bairros
28. Maristela Maffei
29. Marlona Elisa Finge
30. Mauri dos Santos Teixeira
31. Nilton Vantuir Schmidt
32. Paulo Adalberto Alves Ferreira
33. Pedro Luis da Silveira Osório
34. Ricardo Britz
35. Sonia Maria Passos
36. Sonia Sarai Soares Pereira **(negra)**
37. Teobaldo Luis Kerbers
38. Ubiratan de Souza
39. Voltaire Branco Pellenz
40. Waldir José Bonh Gass
41. José Carlos Felisberto
42. Roselaine Oliveira Amaro
43. Maria das Graças Santos da Silva
44. Cláudio Roberto Bertoldo Langone
45. Vanete Farias Lopes
46. José Valdir Rodrigues da Silva
47. Adroaldo Bauer Spindola Correa **(negro)**
48. Cyro Martini da Silva
49. Rosalino Rochelles da Silva Mello
50. Ruy Rosário Guimarães
51. Milton José Pantaleão Junior
52. Paulo Roberto Lebonte
53. Vânia Araújo Machado
54. Antonio Escosteguy Castro

55. Bruno Scheid Emanuel Neto
 56. Luis Alberto dos Santos Rodrigues
 57. Milton Antonio Zagonel
 58. Rita Mara Chagas Ribeiro
 59. Talis Fernando Rosa da Rosa **(negro)**
 60. Laércio Damasceno Barbosa
 61. Silvio Luiz Silva da Silva **(negro)**

CONSELHO FISCAL:

Talis Fernando Rosa da Rosa

- Laércio Damasceno Barbosa
 Silvio Luiz Silva da Silva
 Francisco Hipólito Silveira
 Paulo Roberto Garcia

Presidente eleito: Guilherme Barbosa

Vice-presidente: Iole C. Kunze

Secretária: Maria Inês Rodenco da Silva

Tesoureiro: Voltaire Branco Pellenz

Suplentes da Comissão Executiva:

Lizete Marques

Waldir Bonh Gass

Hideraldo Luiz Caron

DIRETÓRIO ELEITO EM 25 E 26/09/1999

1. Guilherme Toledo Barbosa
 2. Ana Rossi
 3. Gislaíne Campos **(Negra)**
 4. Jairo Carneiro
 5. César Filomena
 6. Elaine Paz
 7. Lizete Marques
 8. Carlos Rogério Garay
 9. Leonita de Carvalho
 10. Danilo Toio de Farias **(negro)**
 11. Yuri Santanna dos Santos
 12. Roselaine Amaro **(negra)**
 13. Cordialiani Fátima Lopes
 14. Eduardo Rolim
 15. Milton Mottin Machado
 16. José do Nascimento Junior
 17. José Felisberto
 18. Luis Eduardo Thomassin
 19. Anália Martins
 20. Paulo Casa Nova
 21. Paulo Wayne
 22. Sonia Passos
 23. Nelson Cunico
 24. Antonio Matos **(negro)**

25. Ronaldo Kufner
 26. Silvio Nogueira
 27. Maria Inês Rodenco da Silva
 28. Teobaldo Kerber
 29. Jorge Konrad
 30. Alessandro Barcelos
 31. Leticia Gorski
 32. Rosalino Mello
 33. Dario Martins
 34. Ana Marta V. Resing
 35. Oscar Soares
 36. José Carlos Reis **(negro)**
 37. Silvio Silva
 38. Milton Pantaleão
 39. Fernando Wagner
 40. Alberto Terres **(negro)**
 41. Antonio Losada
 42. Carlos Pestana Neto
 43. Delmar Steffen
 44. Ebrain Fonseca Shain
 45. Flavio Heron da Silva
 46. Flavio Helmann
 47. Francisco Giovanni de Souza
 48. Helena Bonumá

49. José Carlos M. da Conceição
 50. Juberlei Barcellos
 51. Marcelo Daneris
 52. Márcia Bauer
 53. Mariângela Bairros
 54. Marta Mendes dos Santos
 55. Mauri Cruz
 56. Rejane Rodrigues
 57. Silvana Beatriz Klein
 58. Sofia Cavedon Nunes
 59. Ubirajara Toledo **(negro)**

Presidente eleito: Waldir Bohn Gass

Vice-presidente: Carlos Rogério Garay Correa

Tesoureiro: Maria Inês Rodenco da Silva

Secretário: José Carlos Monteiro da Conceição

DIRETÓRIO ELEITO EM 04/11/2001

- | | | |
|---------------------------------------|---|--|
| 1. Adeli sell | 24. Juberlei Barcelos | 51. Eduardo de Lacerda Mancuso |
| 2. Adroaldo Correa
(negro) | 25. Lauro Magnago | 52. Eunésio Rigo |
| 3. Alessandro Pires Barcelos | 26. Leila Mattos | 53. Flavio Ricardo Nunes de Meirelles |
| 4. Ana Rossi | 27. Leonita Carvalho | 54. Ivan Ricalde |
| 5. Anália Bescia Martins Barros | 28. Luiz Antonio Frank Settineri | 55. João Victor Domingues |
| 6. André Passos Cordeiro | 29. Maercio Cruz | 56. Jorge Duarte de Moraes |
| 7. Assis Brasil Olegário Filho | 30. Marcelo Danéris | 57. José do Nascimento Junior |
| 8. Carlos Rogério Garay Correa | 31. Marcio Augusto de Azeredo | 58. Lucia Bertini |
| 9. Carlos Atílio Todeschini | 32. Nelson Cunico | 59. Luiz Antonio Philomena |
| 10. Carlos Pestana Neto | 33. Paulo Francisco Berta Wayne | 60. Marcos Uilson Martins Rache |
| 11. Cícero Vilanil Dalestro | 34. Paulo Tomasi Pereira | 61. Paulo Antonio Casa Nova |
| 12. Cordialiani Fátima Lopes | 35. Raquel Vercelino da Silva | |
| 13. Daniel Maia | 36. Roselaine Amaro | Presidente: Waldir Bohn Gass |
| 14. Devanir Camargo | 37. Sofia Cavedon | Vice-presidente: Marcelo Danéris |
| 15. Eduardo Rolim E. Oliveira | 38. Suzana Branco | Secretária: Roselaine de Oliveira Amaro (negra) |
| 16. Estilac Xavier | 39. Sylvia Severo | Tesoureiro: Paulo Francisco Berta Wakne |
| 17. Flavio José Helmahn da Silva | 40. Tauana Santos | Suplentes: |
| 18. Flavio Heron | 41. Terezinha Prudente de Souza | Adroaldo Correa |
| 19. Francisco Geovani de Souza | 42. Virgilio Manoel Aurélio | Flavio José Helmann da Silva |
| 20. Helena Gomes Bonumá | 43. Waldir Bohn Gass | |
| 21. José Adair Santos da Silva | 44. Wilson Valério da Rosa Lopes (negro) | |
| 22. José Augusto Amatneeks | 45. Yuri Santanna dos Santos | |
| 23. José Carlos Monteiro da Conceição | 46. Adriana Nunes Wolffenbuttel | |
| | 47. Ana Eloísa Rech | |
| | 48. César Bento Filho | |
| | 49. Catarina Erminia Klein | |
| | 50. César Luciano Filomena | |

ANEXO II

Frequência relativas e absolutas da amostragem oficial dos servidores de cargos de confiança.

TABELA I: Formação acadêmica

<i>Cursos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Administração de Empresas	10	7,2
Arquitetura e Urbanismo	7	5,1
Artes Cênicas/Plásticas	2	1,4
Serviço Social	8	5,8
Ciências Políticas	2	1,4
Ciências Contábeis	4	2,9
Ciências Econômicas	10	7,2
Ciências Jurídicas e Sociais - Direito	20	14,5
Comunicação	7	5,1
Desenho Industrial	1	0,7
Educação	2	1,4
Engenharia	15	10,9
Filosofia	3	2,2
Geografia	1	0,7
História	11	8,0
Informática	1	0,7
Ciências Sociais	5	3,6
Jornalismo	5	3,6
Letras	2	1,4
Medicina	3	2,2
Medicina Veterinária	1	0,7
Nutrição	2	1,4
Psicologia	4	2,9
Sociologia	5	3,6
Teologia	2	1,4
Pedagogia	1	0,7
Terapia Ocupacional	1	0,7
Gestão Pública	1	0,7
Ciências - licenciatura	1	0,7
Secretariado Executivo	1	0,7
Total	138	100

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 4 (2,5 %) e Não possuem formação 17 (10,7%)

TABELA II: Órgão ao qual pertence

<i>Órgãos/Secretarias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
DMLU	4	2,5
FASC	8	5,1
PROCEMPA	4	2,5
SMOV	5	3,2
SMS	5	3,2
SPM	5	3,2
GP	10	6,4
CRC	2	1,3
SECAR	3	1,9
GAPLAN	2	1,3
SMIC	5	3,2
PGM	3	1,9
SMF	5	3,2
SMAM	8	5,1
SME	3	1,9
DEP	4	2,5
DMAE	10	6,4
SMDHSU	4	2,5
DEMHAB	19	12,1
SMC	5	3,2
SMA	7	4,5
SMED	6	3,8
EPTC	8	5,1
CARRIS	4	2,5
SGM	7	4,5
PREVIMPA	1	0,6
CCS	3	1,9
TRENSURB	1	0,6
HPS	1	0,6
CLC	1	0,6
DS	1	0,6
SEC	1	0,6
CGVS	1	0,6
IASC	1	0,6
Total	157	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 4 (1,3 %)

TABELA III: Órgão em que está lotado

<i>Órgãos/Secretarias</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
DMLU	4	2,5
FASC	7	4,5
PROCEMPA	4	2,5
SMOV	4	2,5
SMS	3	1,9
SPM	5	3,2
GP	4	2,5
CRC	3	1,9
SECAR	3	1,9
GAPLAN	3	1,9
SMIC	6	3,8
PGM	3	1,9
SMF	5	3,2
SMAM	10	6,4
SME	2	1,3
DEP	4	2,5
DMAE	9	5,7
SMDHSU	4	2,5
DEMHAB	21	13,4
SMC	6	3,8
SMA	9	5,7
SMED	7	4,5
EPTC	8	5,1
CARRIS	3	1,9
SGM	7	4,5
PREVIMPA	1	0,6
CTS	1	0,6
CCS	1	0,6
DTI	1	0,6
URC	1	0,6
HPS	1	0,6
IRGA	1	0,6
ECOOP	1	0,6
CGVS	1	0,6
HMIPV	2	1,3
CRH	1	0,6
CEEE	1	0,6
Total	157	100

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.
Resposta não válida: NR 2 (1,3 %)

TABELA IV: Cargo ocupado atualmente

<i>Cargos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Função Independente	11	6,9
Agente Comunitário(a)	5	3,1
Assessor(a)	41	25,8
Assistente	12	7,5
Chefe de Equipe	3	1,9
Chefe de Gabinete	7	4,4
Chefe de Seção	6	3,8
Coordenador(a)	46	28,9
Diretor(a)	4	2,5
Oficial de Gabinete	7	4,4
Gerente	8	5,0
Secretario(a)	5	3,1
Supervisor(a)	3	1,9
Superintendente	1	0,6
Total	159	100

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA V: Profissão que exerceu anteriormente

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Administrador de Empresas	2	1,3
Advogado	11	6,9
Contador(a)	3	1,9
Educação (Magistério/Diretor de Escola/MOVA)	12	7,5
Bancário(a)	8	5,0
Auxiliar de Escritório/Assistente Administrativo	4	2,5
Servidor Público Municipal	6	3,8
Servidor Público Estadual/Federal	18	11,3
Arquiteto(a)	2	1,3
Engenheiro (a)	6	3,8
Repórter/Assessor de Imprensa/Relações Públicas/Jornalista	8	5,0
Artes (Teatro/Pintura)	2	1,3
Médico(a)/Psicólogo(a)	3	1,9
Analista de Sistemas/Programador (Operador) Computador	3	1,9
Assessor (Comunitário, Técnico)	2	1,3
Estudante/Estagiário	9	5,7
Gerente	4	2,5
Auditor(a)/Consultor(a)/Prof. Liberal	12	7,5
Comerciante/Comprador/	7	4,4
Assessor Sindical/Dirigente Partidário/ONG	4	2,5
Rede Privada	8	5,0
Autônomo(a)/Micro empresário(a)	5	3,1
Ferrovário/Metalúrgico/Metroviário/Mecânico	4	2,5
Nenhuma	2	1,3
NR	1	0,6
Auxiliar de Enfermagem/Para-médico	2	1,3
Sacerdote/Religioso	2	1,3
Telefonista/Tele-marketing	2	1,3
Técnico Telecomunicações/Químico	2	1,3
Analista de Desenvolvimento/Securitário	2	1,3
Cozinheiro/Funcionário/Pesquisador	3	1,9
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 1 (%)

TABELA VI: Ocupação de cargo político remunerado no Partido dos Trabalhadores

<i>Opções</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não	150	95,5
Sim	7	4,5
Total	157	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 2 (1,3 %)

TABELA VII: Especificação dos cargos políticos remunerados exercidos no Partido dos Trabalhadores

<i>Cargos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Assessor parlamentar	1	0,6
Coordenador de campanha e assessor de bancada	1	0,6
Coordenador executivo campanha Tarso Genro	1	0,6
Dirigente partidário	1	0,6
Secretaria geral	1	0,6
Não ocupa(ou) cargo	150	96,8
Total	155	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: 4 (2,5 %)

TABELA VIII: Cargos e/ou governos anteriores onde ocuparam cargos em comissões

<i>Cargos e/ou Governos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
PMDB	1	0,6
PSB	1	0,6
Assessor	1	0,6
Collares	2	1,3
Gerente Técnico	1	0,6
Governo Britto (PMDB)	1	0,6
Governo Collares	1	0,6
Governo do Estado	1	0,6
Jair Soares, Pedro Simom (TVE)	1	0,6
NR	4	2,5
Não ocuparam cargos anteriormente	145	91,2
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA IX: Outras tendências de política interna

<i>Tendência</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ação Democrática	1	7,7
Brasil Socialista	2	15,4
Coletivo Carneiro Cruz	1	7,7
Coletivo em Defesa da Vida	1	7,7
Força Socialista	2	15,4
Fórum de Ação Socialista	1	7,7
Movimento Pólo de Esquerda	1	7,7
Rede	1	7,7
Resistência Socialista	2	15,4
UPS	1	7,7
Total	13	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA X: Cargos em comissões e escalões ocupados em governos anteriores

<i>Governos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Olívio Dutra	31	19,5
1° Escalão	3	9,7
2° Escalão	7	22,6
3° Escalão	12	38,7
4° Escalão	9	29,0
Tarso Genro 92	26	16,4
2° Escalão	8	30,8
3° Escalão	12	46,2
4° Escalão	6	23,1
Raul Pont	40	25,2
2° Escalão	6	15,0
3° Escalão	15	37,5
4° Escalão	19	47,5
Tarso/Verle 2000	24	15,1
2° Escalão	6	25,0
3° Escalão	8	33,3
4° Escalão	10	41,7
Nenhum	32	20,1
Outro	5	3,1
NS/NR	1	0,6
Total	159	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XI: Outras formas de indicação descritas para cargos em comissões ocupados em governos anteriores

Outros Tipos de Indicações	Freq	%
Amigos	9	11,5
Análise de currículo	8	10,3
Da direção e/ou coordenador	9	11,5
Qualificação técnica	23	29,5
Política	15	19,2
De algum partido	10	12,8
De outros núcleos do PT	3	3,8
Outros	1	1,3
Total	78	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 3 (3,7 %)

TABELA XII: Ano de admissão no primeiro cargo em comissão assumido

<i>Ano</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 1982 a 1990	18	11,6
De 1991 a 2000	93	60,0
De 2001 a 2003	44	28,4
Total	155	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004. Resposta não válida: NR 3 (1,9 %) e Outros 1 (0,6 %)

ANEXO III

CRUZAMENTOS

TABELA I: Faixa salarial e etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%
Até R\$ 1.500,00	32	20,00	19	14,18	13	50,00
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	87	54,38	79	58,96	8	30,77
Acima de R\$ 3.000,00	41	25,63	36	26,87	5	19,23
Total	160	100,00	134	100,00	26	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA II: Faixa salarial do sexo masculino e etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%
Até R\$ 1.500,00	15	16,48	8	10,81	7	41,18
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	49	53,85	43	58,11	6	35,29
Acima de R\$ 3.000,00	27	29,67	23	31,08	4	23,53
Total	91	100,00	74	100,00	17	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA III: Faixa salarial do sexo feminino e etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%	<i>Freq</i>	%
Até R\$ 1.500,00	17	24,64	11	18,33	6	66,67
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	38	55,07	36	60,00	2	22,22
Acima de R\$ 3.000,00	14	20,29	13	21,67	1	11,11
Total	69	100,00	60	100,00	9	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA IV: Faixa salarial da categoria de cargo CC4 e etnia

Faixa Salarial	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até R\$ 1.500,00	25	86,2	15	78,9	10	100,0
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	3	10,3	3	15,8	0	0,0
Acima de R\$ 3.000,00	1	3,4	1	5,3	0	0,0
Total	29	100,0	19	100,0	10	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA V: Grau de instrução e etnia

Grau de Instrução	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Da 5ª a 8ª série	3	1,86	2	1,48	1	3,85
Ensino médio completo	14	8,70	10	7,41	4	15,38
Ensino superior incompleto	27	16,77	16	11,85	11	42,31
Ensino superior completo	70	43,48	62	45,93	8	30,77
Pós-graduação incompleto	11	6,83	11	8,15	0	0,00
Pós-graduação completo	36	22,36	34	25,19	2	7,69
Total	161	100,00	135	100,00	26	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA VI: Categoria do cargo de confiança ocupado e etnia

Categoria do Cargo	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
CC2	1	0,7	1	0,8	0	0,0
CC4	29	20,7	19	15,7	10	52,6
CC5	43	30,7	38	31,4	5	26,3
CC6	22	15,7	20	16,5	2	10,5
CC7	36	25,7	34	28,1	2	10,5
CC8	9	6,4	9	7,4	0	0,0
Total	140	100,0	121	100,0	19	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA VII: Origem da indicação para o cargo que ocupa atualmente, segundo a etnia

Tendência	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Do parlamentar	9	5,7	8	6,0	1	4
Da Tendência a que você pertence	69	43,4	57	42,5	12	48
Dos núcleos	6	3,8	2	1,5	4	16
Outros	75	47,2	67	50,0	8	32
Total	159	100,0	134	100,0	25	100

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA VIII: quantidade de cargos ocupados, anterior ao Governo Verle, e etnia

Quantidade	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	41	31,8	33	30,8	8	36,4
Dois Cargos	42	32,6	32	29,9	10	45,5
Três cargos	26	20,2	25	23,4	1	4,5
Quatro cargos	20	15,5	17	15,9	3	13,6
Total	129	100,0	107	100,0	22	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA IX: Quantidade de cargos ocupados, antes do atual governo Verle, e etnia

Quantidade	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	41	25,6	33	24,6	8	30,8
Dois Cargos	42	26,3	32	23,9	10	38,5
Três cargos	26	16,3	25	18,7	1	3,8
Quatro cargos	20	12,5	17	12,7	3	11,5
Nenhum	31	19,4	27	20,1	4	15,4
Total	160	100,0	134	100,0	26	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA X: Quantidade de cargos ocupados, antes do atual governo Verle, e etnia

Quantidade	Total		Etnia			
			Branca		Negra	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De um a dois cargos	83	64,3	65	60,7	18	81,8
De Três a quatro cargos	46	35,7	42	39,3	4	18,2
Total	129	100,0	107	100,0	22	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XI: Ano de filiação ao Partido e gênero

Período de filiação	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Outro partido	6	3,77	6	6,67	0	0,00
Não é filiado	29	18,24	15	16,67	14	20,29
Até 1985	37	23,27	25	27,78	12	17,39
De 1986 a 1995	54	33,96	36	40,00	18	26,09
De 1996 a 2003	33	20,75	8	8,89	25	36,23
Total	159	100,00	90	100,00	69	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XII: Ano de filiação ao Partido e faixa salarial

Período de filiação	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Outro partido	6	3,80	0	0,00	3	3,45	3	7,32
Não é filiado	28	17,72	5	16,67	11	12,64	12	29,27
Até 1985	37	23,42	5	16,67	23	26,44	9	21,95
De 1986 a 1995	54	34,18	10	33,33	31	35,63	13	31,71
De 1996 a 2003	33	20,89	10	33,33	19	21,84	4	9,76
Total	158	100,00	30	100,00	87	100,00	41	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XIII: Possui filiação ao Partido e faixa salarial

Opções	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Não	28	17,72	5	16,67	11	12,64	12	29,27
Sim	124	78,48	25	83,33	73	83,91	26	63,41
Outro partido	6	3,80	0	0,00	3	3,45	3	7,32
Total	158	100,00	30	100,00	87	100,00	41	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XIV: Tempo de filiação no Partido até assumir o primeiro cargo, segundo o gênero

Tempo de filiação	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 10 anos filiação	64	56,1	33	53,2	31	59,6
De 11 a 22 anos de filiação	36	31,6	26	41,9	10	19,2
Cargo sem filiação ao PT	14	12,3	3	4,8	11	21,2
Total	114	100,0	62	100,0	52	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XV: Tendência política interna no partido e faixa salarial

Tendência Política	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Democracia Socialista	45	29,80	15	50,00	23	28,05	7	17,95
Amplo e Democrático	25	16,56	3	10,00	15	18,29	7	17,95
Articulação e Esquerda	4	2,65	0	0,00	1	1,22	3	7,69
Esquerda Democrática	3	1,99	2	6,67	1	1,22	0	0,00
Movimento de Construção Socialista	12	7,95	2	6,67	9	10,98	1	2,56
Outras	13	8,61	2	6,67	10	12,20	1	2,56
Nenhuma	49	32,45	6	20,00	23	28,05	20	51,28
Total	151	100,00	30	100,00	82	100,00	39	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XVI: Período de filiação no partido, segundo a participação em tendência política interna

Ano de Filiação	Total		Militantes de Tendência			
			Sim		Não	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 1995	90	73,2	75	77,3	15	57,7
De 1996 a 2003	33	26,8	22	22,7	11	42,3
Total	123	100,0	97	100,0	26	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XVII: Quantidade de cargos em comissão ocupados, anterior ao governo Verle, e faixa salarial

Quantidade	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	42	31,34	13	50,00	24	32,43	5	14,71
Dois Cargos	45	33,58	6	23,08	28	37,84	11	32,35
Três cargos	27	20,15	6	23,08	14	18,92	7	20,59
Quatro cargos	20	14,93	1	3,85	8	10,81	11	32,35
Total	134	100,00	26	100,00	74	100,00	34	100,00

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XVIII: Quantidade de cargos de confiança ocupados, anterior ao governo Verle, e faixa salarial

Quantidade	Total		Faixa Salarial					
			Até R\$ 1.500,00		De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00		Acima de R\$ 3.000,00	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De um a dois cargos	80	64,0	16	72,7	49	70,0	15	45,5
De Três a quatro cargos	45	36,0	6	27,3	21	30,0	18	54,5
Total	125	100,0	22	100,0	70	100,0	33	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XIX: Quantidade de cargos ocupados e gênero

Quantidade	Total		Sexo			
			Masculino		Masculino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	39	31,0	21	31,8	18	30,0
Dois Cargos	42	33,3	20	30,3	22	36,7
Três cargos	26	20,6	11	16,7	15	25,0
Quatro cargos	19	15,1	14	21,2	5	8,3
Total	126	100,0	66	100,0	60	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XX: Quantidade de cargos ocupados e gênero

Quantidade	Total		Sexo			
			Masculino		Masculino	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	39	24,7	21	23,6	18,0	26,1
Dois Cargos	42	26,6	20	22,5	22	31,9
Três cargos	26	16,5	11	12,4	15	21,7
Quatro cargos	19	12,0	14	15,7	5	7,2
Nenhum	32	20,3	23	25,8	9	13,0
Total	150	100,0	89	100,0	69	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XXI: Quantidade de cargos de confiança ocupados, anterior ao governo Verle, e ano de filiação ao Partido dos Trabalhadores

Quantidade	Total		Ano de Filiação							
			Não Filiado e/ou Outro Partido		Até 1985		De 1986 a 1995		De 1996 a 2003	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Um cargo	39	24,7	5	14,7	10	27,0	10	18,5	14	42,4
Dois Cargos	42	26,6	9	26,5	7	18,9	15	27,8	11	33,3
Três cargos	26	16,5	3	8,8	9	24,3	10	18,5	4	12,1
Quatro cargos	19	12,0	6	17,6	5	13,5	7	13,0	1	3,0
Nenhum	32	20,3	11	32,4	6	16,2	12	22,2	3	9,1
Total	158	100,0	34	100,0	37	100,0	54	100,0	33	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

TABELA XXII: Quantidade de cargos de confiança ocupados, anterior ao governo Verle, e ano de filiação ao Partido dos Trabalhadores

Quantidade	Ano de Filiação									
	<i>Total</i>		<i>Não Filiado e/ou Outro Partido</i>		<i>Até 1985</i>		<i>De 1986 a 1995</i>		<i>De 1996 a 2003</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De um a dois cargos	78	63,4	11	55,0	17	54,8	25	59,5	25	83,3
De Três a quatro cargos	45	36,6	9	45,0	14	45,2	17	40,5	5	16,7
Total	123	100,0	20	100,0	31	100,0	42	100,0	30	100,0

Fonte: Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PPGCP/UFRGS, 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

AIRTON FERNANDES ARAÚJO

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O PODER DOS NEGROS NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

Orientador: professor doutor André Marengo

Porto Alegre, dezembro de 2004